

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**Ariana Silva Pessoa**

**INFLUÊNCIA DO PERFIL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE  
EDUCAÇÃO NO DESEMPENHO ESTUDANTIL**

**São Caetano do Sul - SP  
2023**

**ARIANA SILVA PESSOA**

**INFLUÊNCIA DO PERFIL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE  
EDUCAÇÃO NO DESEMPENHO ESTUDANTIL**

**Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional - da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.**

**Área de concentração: Formação de Professores e Gestores**

**Orientador: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**São Caetano do Sul - SP  
2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

**PESSOA, Ariana Silva**

Influência do perfil de Secretarias Municipais de Educação no desempenho estudantil / Ariana Silva Pessoa. – São Caetano do Sul: USCS, 2023.

143 p.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo.

Dissertação (Mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional, 2023.

1. Gestão da educação. 2. Secretaria Municipal de Educação. 3. Desempenho estudantil. 4. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). 5. Políticas públicas. I. Título. II. Prearo, Leandro Campi. III. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa  
Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação  
Profa. Dra. Ana Sílvia Moço Aparício**

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 15/02/2023 perante Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo (USCS)

Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda (USCS)

Prof. Dr. Estéfano Vizconde Veraszto (UFSCAR)

*Dedico este trabalho especialmente aos meus pais,  
por todo apoio, incentivo, paciência e por acreditarem no meu potencial  
com tamanha intensidade.*

*Ao meu afilhado, pelos inúmeros sorrisos  
em meio às instabilidades durante esta empreitada.  
A eles todo o meu amor, apreço e gratidão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por renovar a minha fé diariamente, por nunca soltar as minhas mãos e por me proporcionar grandes realizações como esta.

Aos meus pais, José e Francisca, por todo ensinamento, pela dedicação e por serem meus parceiros fiéis em todas as minhas jornadas. Devo a vocês tudo que sou.

Ao Kauã, meu sobrinho e afilhado, por transmitir paz e alegria diante das minhas crises de eterna estudante.

Agradeço ao Sandro pelo companheirismo em meio as angustias, pela paciência e por me ouvir nos dias difíceis.

Aos familiares, colegas de trabalho e colegas de mestrado, agradeço por sempre terem acreditado em mim e torcido por esta conquista.

À USCS pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico e concessão da bolsa de estudos, em especial, agradeço ao Reitor e meu orientador, Prof. Dr. Leandro Campi Prearo, por toda contribuição e confiança no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda, pelo incentivo e auxílio antes e durante a minha estadia no PPGE.

Ao Prof. Ms. Paulo César Porto Di Liberato, agradeço pelo apoio e oportunidade de aprendizado constante.

*Tudo fez Deus formoso no seu devido tempo.*

*Eclesiastes 3:11*



## RESUMO

A discussão acadêmica acerca da gestão educacional no país transita entre o ambiente escolar e os órgãos de maior instância dos Poderes Públicos, ambos os espaços são implementadores e monitoradores das Políticas Públicas de Educação, sendo seus gestores os principais responsáveis pelas ações organizadoras do sistema de ensino. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar quais variáveis influenciam no desempenho dos estudantes do ensino fundamental do Brasil a partir da relação com o perfil de Secretarias Municipais de Educação e do perfil dos secretários municipais de educação. Trata-se de um estudo quantitativo de finalidade descritiva. Os dados utilizados para análise são advindos do SAEB, sendo microdados que não passaram por qualquer tratamento analítico. Como parâmetro para análise no que tange ao desempenho do estudante foram considerados os microdados da Prova Brasil de 2017 e 2019, e para o perfil da Secretaria Municipal de Educação, o questionário do secretário referente ao ano de 2019. A partir dos dados foi possível buscar subsídios para sustentar o estudo, que visa caracterizar os perfis da secretaria e do secretário, analisar os resultados das avaliações de português e matemática dos alunos de 5º e 9º ano e mensurar a correlação existente entre esse órgão central e o desempenho dos estudantes. Para dar conta de tal empreitada foi utilizada na análise a técnica estatística de Regressão Logística Binária. De forma geral, os resultados apontaram correlação positiva entre as caracterizações inicialmente propostas nos objetivos do estudo. Constatou-se que quando o secretário tem experiência prévia no cargo ou experiência como profissional da equipe técnica da secretaria, bem como ter na estruturação da secretaria o Fórum Permanente de Educação, o Conselho Municipal de Educação e utilizar os resultados do IDEB para determinados subsídios, dentre outras variáveis de maior impacto, influencia positivamente no desempenho dos estudantes. A presente pesquisa contribui para futuros trabalhos que pretendam analisar com especificidade a relação entre a figura do secretário municipal de educação, enquanto gestor educacional, e o desempenho estudantil. Como produto final deste estudo, foi proposta uma Carta de Recomendação Educacional que poderá servir para possíveis reflexões que possam otimizar ações gestoras que resultem no melhoramento do desempenho escolar dos estudantes.

**Palavras-chave:** Gestão da educação; Secretaria Municipal de Educação; Desempenho estudantil; SAEB; Políticas públicas.

## ABSTRACT

The academic discussion about educational management in the country transits between the school environment and the highest bodies of the Public Authorities, both spaces are implementers and monitors of Public Education Policies, with their managers being the main responsible for the organizing actions of the education system. Thus, this research aimed to analyze which variables influence the performance of elementary school students in Brazil based on the relationship with the profile of Municipal Departments of Education and the profile of municipal secretaries of education. This is a quantitative study with a descriptive purpose. The data used for analysis come from the SAEB, being microdata that did not undergo any analytical treatment. As a parameter for analysis regarding student performance, microdata from the 2017 and 2019 Prova Brasil were considered, and for the profile of the Municipal Secretary of Education, the secretary's questionnaire for the year 2019. From the data, it was possible to search subsidies to support the study, which aims to characterize the profiles of the secretary and the secretary, analyze the results of the Portuguese and Mathematics assessments of the 5th and 9th grade students and measure the existing correlation between this central body and the performance of the students. To handle this task, the statistical technique of Binary Logistic Regression was used in the analysis. In general, the results showed a positive correlation between the characterizations initially proposed in the study objectives. It was found that when the secretary has previous experience in the position or experience as a professional of the secretariat's technical team, as well as having the Permanent Forum of Education, the Municipal Council of Education in the structure of the secretariat and using the results of IDEB for certain subsidies, among other variables of greater impact, it positively influences the performance of students. This research contributes to future work that intends to specifically analyze the relationship between the figure of the municipal secretary of education, as an educational manager, and student performance. As a final product of this study, an Educational Recommendation Letter was proposed that could serve for possible reflections that could optimize managerial actions that result in the improvement of students' school performance.

**Palavras-chave:** Education management; Municipal Secretary of Education; Student performance; SAEB; Public policy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das políticas públicas .....	41
Figura 2 – Movimentação da avaliação em larga escala .....	48
Figura 3 – Organização do sistema de avaliação em larga escala .....	51
Figura 4 – Fluxograma de referência do secretário .....	64
Figura 5 – Estruturação das variáveis .....	74
Figura 6 – Fluxograma de extração da amostra.....	76
Figura 7 – Fluxograma de amostra final.....	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos Históricos da Educação no Brasil .....	22
Quadro 2 – Aspectos de excelência na gestão pública .....	35
Quadro 3 – Contribuições da avaliação em larga escala.....	49
Quadro 4 – Aplicação SAEB 2019.....	52
Quadro 5 – Fases do SAEB .....	54
Quadro 6 – Escala de proficiência SAEB - Língua Portuguesa .....	57
Quadro 7 – Escala de proficiência SAEB - Matemática.....	58
Quadro 8 – Análise multivariada.....	66
Quadro 9 – Dados: informações pessoais e experiência profissional .....	67
Quadro 10 – Dados: organização e planejamento .....	68
Quadro 11 – Dados: conselhos de gestão.....	70
Quadro 12 – Dados: ensino fundamental .....	71
Quadro 13 – Dados: avaliação .....	71
Quadro 14 – Dados: plano de carreira .....	73

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Busca literária (2017-2022) .....	31
Tabela 2 – SAEB 2019 por região .....	51
Tabela 3 – Sexo do secretário municipal de educação .....	78
Tabela 4 – Idade do secretário municipal de educação .....	78
Tabela 5 – Raça do secretário municipal de educação .....	79
Tabela 6 – Escolaridade do secretário municipal de educação .....	80
Tabela 7 – Formação no campo educacional .....	80
Tabela 8 – Exercício em outra função na área da educação .....	81
Tabela 9 – Funções executadas na área da educação.....	82
Tabela 10 – Exercício de outra atividade profissional simultaneamente .....	82
Tabela 11 – Tempo de experiência.....	83
Tabela 12 – Organização e planejamento da educação no município.....	85
Tabela 13 – Critério de escolha dos diretores das escolas no município.....	86
Tabela 14 – Conselhos de gestão.....	87
Tabela 15 – Avaliações .....	88
Tabela 16 – Codificações de variáveis categóricas .....	90
Tabela 17 – Teste de <i>Omnibus</i> .....	91
Tabela 18 – <i>Cox &amp; Snell e Nagelkerke</i> .....	92
Tabela 19 – Teste de <i>Hosmer e Lemeshow</i> .....	92
Tabela 20 – Desempenho do modelo logístico 5º ano .....	93

Tabela 21 – Desempenho do modelo logístico 9º ano .....	<b>93</b>
Tabela 22 – Equação das variáveis independentes 5º ano .....	<b>97</b>
Tabela 23 – Equação das variáveis independentes 9º ano .....	<b>102</b>
Tabela 24 – <i>Ranking</i> das variáveis de maior impacto .....	<b>106</b>

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE	Conferências Nacionais de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretarias de Educação
FNE	Fórum Nacional de Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PLP	Projeto de Lei Complementar
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SME	Sistema Municipal de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Problema de Pesquisa.....	27
1.2 Objetivo geral .....	27
1.3 Objetivos específicos.....	27
1.4 Justificativa.....	28
1.5 Organização Geral da Dissertação.....	29
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>30</b>
2.1 A Secretaria Municipal de Educação .....	33
2.2 Avaliação e gestão educacional .....	37
2.2.1 Políticas públicas na educação .....	40
2.2.1.1 As secretarias de educação e as políticas públicas.....	45
2.2.2 Avaliação em larga escala e a qualidade do ensino .....	47
2.2.3 O SAEB.....	50
<b>3 MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>61</b>
3.1 Abordagem de pesquisa.....	61
3.2 Universo da pesquisa .....	63
3.3 Coleta de dados, critérios e período de referência.....	64
3.4 Método de análise de dados.....	65
3.5 Das variáveis independentes.....	66
3.6 Da variável de desempenho .....	73
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>75</b>
4.1 Tamanho final da amostra .....	75
4.2 Caracterização da Secretaria Municipal de Educação .....	77
4.2.1 Perfil do secretário municipal de educação .....	77



4.2.2 Perfil da Secretaria Municipal de Educação .....	83
4.3 Modelo logístico .....	89
<b>5 PRODUTO: CARTA DE RECOMENDAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>108</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO SAEB 2019.....</b>	<b>126</b>



## APRESENTAÇÃO

Sou da cidade grande, sou do mato, sou da tecnologia, sou da luta, gosto do simples ao sofisticado e sou de sorrisos largos, me perco e me encontro nos mais diferentes contextos, e foi assim que vim parar aqui. Cresci cantando ao lado do meu pai, grande músico e incentivador de cada passo que dei e dos que ainda nem comecei a buscar, gratidão tenho a ele, meu melhor sanfoneiro, e ao par perfeito que ele poderia ter, minha mãe, uma mulher de fibra que toma para si cada escolha minha. Sem muitas delongas vou logo dizendo, já fiz um pouco de tudo e muito ainda quero fazer, da cultura ao burocrático, em qualquer área procuro me reconhecer. Sou formada em Comunicação Social-Jornalismo, um mundo ao qual conheci por olhares distintos, um dia eu era a entrevistada e no outro estava me preparando para entrevistar. Antes mesmo de finalizar tal graduação ingressei na área da educação. Já são dez anos de vivência na Universidade Municipal de São Caetano do Sul, atualmente com a tarefa de prestar assistência aos coordenadores de curso de graduação, bem como ao diretor de área, até aqui muito pude aprender com esses gestores. Tudo era tão diferente, vim de um mundo cheio de liberdade e tive que me encaixar em padrões, mas adaptação sempre foi o meu forte, e foi nesse momento que me induzi a ser uma eterna estudante, antes de terminar um curso já estava começando outro, seria uma fuga dessa minha nova etapa? Mas que fosse, para mim o que sempre importa é todo o conhecimento que venho adquirindo. E assim passei pelo *Lato-Sensu* em MBA Empresarial, seguido da Licenciatura em Pedagogia juntamente com a Especialização em Gestão da Educação e Políticas Públicas Educacionais, o anseio em aprender me instigou a ter como objetivo o Mestrado, bom, cá estou, ainda atuando como assistente de coordenação, concluindo o Mestrado e sim, cantando, e quais serão os próximos passos? Aprender! Ensinar! Me adaptar. Afinal, “sou muitas em mim” e ainda posso ser tudo que eu quiser ser, é assim que vejo a vida!



# 1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é estabelecida como um direito social de responsabilidade do Estado. Amparada pelo Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o documento afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 4).

No Brasil, a área da educação passa por transformações que ficaram evidentes ainda na década de 1930, em parte, devido a evolução industrial e as mudanças no campo político, econômico e cultural (DRABACH, 2013). Nesse contexto, há o surgimento de uma nova sociedade, bem como de uma movimentação de intelectuais diante das novas necessidades, o que acaba impulsionando visibilidade no que tange à educação.

Historicamente, o direito à educação no Brasil ocorreu por meio de idas e vindas na formulação de amparos documentais e suas regulamentações. Em 1932, um olhar crítico de educadores ao que era compreendido como educação resultou em um dos primeiros escritos sobre administração da educação, “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Esse documento trata da complexidade e de pontos que corroboravam para a desorganização do sistema de ensino, é um registro que

[...] é possível identificar características fundamentais como: um modelo de educação baseado no respeito ao desenvolvimento individual; a educação como um direito de todos dentro do princípio democrático da igualdade de oportunidades para todos; o direito a educação deve ser assegurado pelo Estado, por isso esta deve ser essencialmente pública; por ser democrática, a educação deverá ser única, obrigatória, gratuita e laica; na organização dos serviços e dos sistemas de educação e ensino adota-se o princípio da descentralização administrativa (DRABACH, 2013, p. 43).

O Manifesto de 1932 foi a influência inicial para o desenvolvimento do regime democrático objetivando a reconstrução do Sistema Nacional de Educação (SNE) do país, defendendo a obrigatoriedade e a qualidade do ensino.

O campo educacional requer constante adequação para que o sistema de ensino seja validado pela sociedade, possibilitando, assim, que o conhecimento alcance a todos inibindo a desigualdade. Por isso, diversas foram e são as discussões que percorrem a linha do tempo e os marcos da educação no Brasil.

**Quadro 1 - Marcos Históricos da Educação no Brasil**

Marco		Síntese
1932	<b>Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova</b>	É um documento elaborado por intelectuais com a intenção de posicionar diretrizes para uma política educacional (MENEZES, 2001) em defesa de a educação como uma função essencialmente pública, obrigatória, laica e de qualidade, além de guardar o ensino nacional como gratuito com objetivo de serviço social e cooperação, tendo em vista enfatizar a democracia no Brasil.
1934	<b>Plano Nacional de Educação (PNE)</b>	Em 1934 a Constituição brasileira é modificada e traz referência direta ao Plano Nacional de Educação, porém se traduzia em algo teórico, não se pensava na aplicação prática (VIEIRA; RAMALHO, VIEIRA, 2017), não era discutida uma aplicabilidade efetivamente, mas “[...] trazia como novidade a imposição da gratuidade, da obrigatoriedade, da vinculação percentual dos impostos para o financiamento da educação e de um currículo que contemplasse tanto o nacional quanto o regional” (CURY, 2011, p. 800). Devido ao golpe político (Estado Novo) o projeto fica engavetado mesmo a proposta sendo levada para votação e aprovada em 1937.
1946	<b>Constituição de 1946</b>	Prevalecendo a ideia de educação pública e de ensino liberal, a Constituição de 1946 “[...] ampliou direitos da população, reconhecendo a educação para todos e garantindo o acesso ao voto, embora houvesse limitações neste aspecto” (SILVA, [s.d.], online).
1959	<b>Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público</b>	Com alto índice de desigualdade escolar na década de 1950, o Brasil teve um período marcado por um plano voltado para a economia, levando a crise educacional que o país vivia de forma omissa (MARQUES; SANTOS, 2021). Em 1959, um novo manifesto surge afirmando que o Brasil só alcançaria um efetivo crescimento caso a educação fosse vista como prioridade. O Manifesto dos Educadores de 1959, indica que a geração de intelectuais de 1932 foi a principal força criativa e responsável por encadear esse documento, “[...] produziu um discurso calculado para provocar adesões e, sobretudo, para afetar a opinião pública, intimidar adversários e pressionar governo e congressistas a tomar partido de seus princípios e intenções” (BONTEMPI JR., 2021, p. 14).
1961	<b>LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61)</b>	A aprovação da LDB de 1961 se deu depois de mais de uma década de intensos embates que envolveram educação, homem e sociedade. Teve como objetivo organizar nacionalmente a legislação educacional brasileira substituindo normativas anteriores, provendo junto à União o posicionamento de prestação de assistência financeira aos Municípios e Estados. Foi considerada como conquista de ordem liberal e caráter descentralizador quanto a administração e organização do sistema de educação do Brasil (SAVIANI, 2007; COSTA; MUELLER, 2020; MARQUES; SANTOS, 2021).
1962	<b>Plano Nacional de Educação</b>	O PNE de 1962 foi idealizado por Anísio Teixeira com base na síntese de suas batalhas e importantes debates pela educação no Brasil. O documento trazia um conjunto de metas propostas sobre a concepção de educação para serem aplicadas no período de sete anos (1963-1970) sob ampla visão quanto as opções político pedagógicas (AMÂNCIO; CASTIANI, 2021). Teve como principal foco a qualidade no desenvolvimento humano e social elevando a noção de cidadania e expressando o direito à educação pública de forma planejada.
1966	<b>Plano Complementar de Educação de 1966</b>	No ano de 1966, após necessidade de uma nova revisão, surge o Plano Nacional Complementar de Educação, tornando o ensino do país ainda mais descentralizado (MARQUES; SANTOS, 2021). Assim, foram inseridas alterações importantes, como: adequação de recursos financeiros federais, atendimento aos analfabetos acima de dez anos de idade e implantação de ginásios orientadores para o trabalho (BRASIL, 2000).

1967	<b>Constituição Federal de 1967</b>	A Constituição Federal de 1967 dispõe em seu Artigo 168º que a educação além de ser um direito de todos que assegura da igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana. Além disso, tratou de questões financeiras e do fortalecimento do ensino privado ressaltando que o Poder Público substituiria a gratuidade da educação pela concessão de bolsas de estudos, contemplando ainda o ensino superior (BRASIL, 1967). Em resumo, de acordo com Oliveira e Santelli (2020, p. 11), a Constituição de 1967 ressaltou que na educação é de direito o “ensino ministrado no lar e na escola; ampliação do período obrigatório de escolarização; mecanismos de bolsas de estudos restituíveis no contexto ulterior de ensino; explicita-se o dever do Estado em garantir a educação para todos”.
1971	<b>LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692/71)</b>	A contribuição da LDB de 1971 se dá por meio de reforma e de mudanças das estruturas curriculares dos primeiros e segundos graus por meio da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971; SAVIANI, 2007; COSTA; MUELLER, 2020). Nesse contexto, há um impulso profissionalizante que “[...] busca adequar os ensinamentos de primeiro e segundo graus as novas demandas do capitalismo periférico brasileiro que estava em expansão com o chamado ‘milagre econômico’. Assim, seria necessário garantir a ampliação progressiva do ensino fundamental [...]” (COSTA; MUELLER, 2020, p. 131) entrelaçando a educação ao mercado de trabalho.
1988	<b>Constituição Federal de 1988</b>	De acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, o documento se fez um marco nos direitos coletivos e individuais que tratou sobre reivindicações sociais consagrando diversos princípios, pois “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), defende os direitos e garantias quanto à dignidade humana (OLIVEIRA; SANTELLI, 2020) e se tornou indispensável para subsidiar diversos dispositivos legais. A Constituição de 1988 é uma conquista que fortalece o campo da educação nacionalmente.
1996	<b>LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996)</b>	Com princípios de uma educação democrática, a LDB de 1996 ampliou o acesso à educação para todos (COSTA; MUELLER, 2020) norteando de forma organizada o trabalho no sistema de ensino. Além disso, essa lei estabelece o dever dos Municípios, do Estado e da União junto à educação pública em regime colaborativo, e, resalta ainda sobre a valorização dos profissionais de educação. Pautada pela Constituição de 1988 a LDB de 1996 possibilitou avanços significativos na área educacional para a promoção da educação básica, em seu Artigo 4º está subscrito que é dever do Estado garantir: a pré-escola; o ensino fundamental; e o ensino médio (BRASIL, 1996) em defesa de uma educação escolar pública, tendo por finalidade desenvolver o educando para exercício da cidadania.
2010	<b>CONAE (Conferência Nacional de Educação)</b>	As CONAES interferem diretamente no aumento da participação popular nas políticas públicas e nos processos deliberativos. Com o intuito de organizar a educação, a Conferência de 2010 possibilitou o aprofundamento da discussão sobre a responsabilidade educacional, contemplando a temática: “ <i>Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação</i> ”, foi um espaço democrático que buscou soluções para barreiras na educação pública do país por meio de discussões e propostas que resultaram na definição de estratégias para o Plano Nacional de Educação. Dividida em seis eixos, a CONAE de 2010 tratou: da garantia e qualidade da educação junto ao Estado; do acesso, permanência e sucesso escolar; da formação e valorização dos profissionais de educação; do financiamento e controle social da educação; e da inclusão, diversidade e igualdade no que tange à justiça social, educação e trabalho (BRASIL, 2010).

2011	<b>Posicionamento da SASE/MEC (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação)</b>	Em atendimento a uma demanda da CONAE de 2010, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino foi criada em 2011, teve como objetivo instituir o SNE fortalecendo o percurso de desenvolvimento de consensos e acordos. Além disso, trata também de políticas de valorização dos profissionais de educação por meio de auxílio técnico junto aos Estados e Municípios, orientando e visando as questões financeiras e orçamentárias para impulsionar de forma sustentável a revisão dos planos de carreira dos educadores (BRASIL, 2011).
2014	<b>CONAE (Conferência Nacional de Educação)</b>	Com o objetivo de avaliar e acompanhar as deliberações da CONAE de 2010, a Conferência de 2014 deu continuidade aos planos de educação em nível Municipal, Estadual e Nacional. Levantando o tema: “ <i>O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração</i> ”, a CONAE de 2014 amplia as discussões ressaltando que as desigualdades educacionais ocorrem em razão da ausência de sistema. O documento final da CONAE de 2014 foi destrinchado em sete eixos, sendo: organização do PNE e do SNE; educação e diversidade; trabalho, educação e desenvolvimento sustentável; qualidade da educação; gestão democrática, valorização e carreira dos profissionais; e recursos (BRASIL, 2014). Suas deliberações, resultaram num importante referencial de debate permanente e de mobilização entre educadores e entidades da sociedade civil.
2014	<b>PNE (Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14)</b>	O PNE de 2014 retrata uma lei composta por metas a serem atingidas até 2024, sendo uma das metas primordiais a ampliação do financiamento da educação visando um trabalho colaborativo e organizado nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal (SMORIGO, 2014). Fica evidente no Artigo 7º da Lei nº 13.005 de 2014 que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). O PNE foi proposto também como meio de articulação do SNE (MARQUES; SANTOS, 2021) que possibilitou uma sequência de projetos, ainda que não concretizados.
2016	<b>Posicionamento do FNE (Fórum Nacional de Educação)</b>	O FNE se fez uma entidade essencial para consolidar a gestão democrática, fomentando um espaço de discussão entre a sociedade civil e o Estado, além disso, passa a organizar as CONAES e acompanhar os trâmites do PNE. De acordo com a Carta Aberta de 12 de maio de 2016, o coordenador do FNE, Heleno Araújo, ressalta que “[...] para o FNE, não há direitos sociais sem democracia, tampouco democracia sem a ampliação de direitos sociais, especialmente educacionais” (FNE, 2016, p. 1). Nesse contexto, o FNE é um importante mobilizador da agenda educacional do país.
2018	<b>CONAE (Conferência Nacional de Educação)</b>	Com o tema: “ <i>A consolidação do Sistema Nacional de Educação – SNE e o Plano Nacional de Educação – PNE: monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica</i> ”, a CONAE de 2018 foi a terceira conferência do país, e, ficou constituída como um “[...] espaço de resistência que reflita a luta dos profissionais e trabalhadores da educação, dos estudantes contra qualquer tipo de retrocesso [...]” (BRASIL, 2018, p. 177).
2019 a 2022	<b>Projetos de Lei Complementar no Congresso Nacional e CONAE 2022</b>	Em defesa do direito à educação de qualidade está em discussão os PLP’s 25/2019, 47/2019, 216/2019 e 267/2020, da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2019; BRASIL, 2020); e no Senado Federal, o PLP 235/2019 (BRASIL, 2019). Anteriormente foram arquivados PLP’s, nos anos de 2011, 2014, 2015 e 2017. Em 2022, foi realizada em novembro a CONAE com o tema: “ <i>Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira</i> ” (FNE, 2022).

Fonte: elaboração da autora.



Dentre os marcos da educação no Brasil, a Constituição Federal de 1988 se destaca por entender a educação como um direito social de responsabilidade do Estado, além de prover de uma gestão mais democrática, já que “a Constituição Federal de 1988 se configurava tendo como base os anseios de uma sociedade sedenta de mudanças e que lutava pela construção de um país democrático” (DRABACH, 2013, p. 47).

Destarte, no conceito de uma educação nacional para todos, a Constituição de 1988 passa a ser fundamental para pautar outros dispositivos legais e promover a reorganização do sistema educacional brasileiro. Para tanto, é firmado em seu Artigo 214º que tem como objetivo articular o Plano Nacional de Educação do país, colaborar e definir estratégias, diretrizes, metas e objetivos de efetivação para assegurar a assistência e evolução do ensino em suas diferentes etapas, modalidades e níveis por meio de ações integradas dos poderes públicos (BRASIL, 1988), tornando evidente que a Constituição Federal de 1988 foi de grande valia no desenvolvimento de documentos que regem o campo da educação no Brasil.

Apesar de a educação estar prevista em lei se faz necessário diversos esforços para que ela se concretize, permeando pelas diretrizes do Estado e dos órgãos correspondentes e reguladores da área da educação, perpassando pelas autoridades e especialistas técnico-administrativos. E por fim, alcançando os atores de campo, dentre esses, educadores orientadores, professores, assim como a equipe gestora, normalmente formada por coordenadores pedagógicos e diretores escolares.

O ato de educar não é uma atividade solitária e individualista, muito “embora o desempenho acadêmico seja o critério central de qualidade escolar, é fundamental que o modelo de gestão atue na melhoria do processo organizacional como um todo, criando condições favoráveis ao conjunto de atores deste sistema” (ASSIS; MARCONI, 2021, p. 882), pois nele as pessoas colaboram umas com as outras e interagem entre si, sendo isso válido não somente para mestres e discentes, mas também para a equipe envolvida em toda a gestão educacional, além das diferentes figuras que compõem a comunidade escolar.

Nesse contexto, sendo a educação uma questão pública permeada por inúmeros fatores que podem influenciar na aprendizagem e no desempenho do estudante, esta pesquisa acadêmica propôs uma reflexão sobre a relação entre o perfil da Secretaria Municipal de Educação e o desempenho estudantil.

Há evidências de escassez literária quanto ao tema definido, pois é sabido que os estudos voltados para identificação do impacto dos profissionais gestores no desempenho dos alunos tratam majoritariamente das escolas, de diretores e de coordenadores pedagógicos.

Apesar de o secretário municipal de educação não atuar diretamente sobre a aprendizagem dos alunos, compete a esse gestor da educação conduzir de forma articulada, técnica e estratégica os processos de sua responsabilidade, devendo ele ter clareza na promoção de ações com foco na aprendizagem do estudante.

Constatada carência na literatura quando se remete ao afunilamento do tema, cabe informar que tamanha escassez foi verificada a partir de levantamento bibliográfico apresentado no próximo capítulo, o qual trata do referencial teórico deste trabalho.

O sujeito de estudo desta pesquisa está no campo da gestão das políticas municipais da educação, sendo o tema amplo, gestão educacional, entendido como parte fundamental para promover o funcionamento adequado do ambiente escolar.

Nesse âmbito, Lück (2009, p. 23) compreende que a gestão

[...] constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

Para tanto, muito ainda deve ser realizado, um trabalho árduo deve ser desenvolvido diariamente, os gestores educacionais são essenciais para a evolução dos amparos para a construção do conhecimento, são eles os responsáveis por diversificar os métodos em prol da aprendizagem e estimular o corpo docente e demais colaboradores/educadores a acreditar na educação como um meio de desenvolver cidadãos críticos e participativos na sociedade.

Faz parte da atuação dos gestores da educação promover ações norteadoras e de qualidade social que propicie a educação, isso é firmado pela autora Lück ao enfatizar que a gestão educacional “[...] constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadoras da promoção de ações educacionais com qualidade social [...]” (2009, p. 23).

Destarte, a reflexão que norteia a presente pesquisa é a relação do perfil de Secretarias Municipais de Educação e suas estruturas, bem como o perfil profissional

do secretário municipal de educação em relação ao desempenho estudantil, haja vista que esse profissional pode influenciar no resultado de avaliações em larga escala e nos desafios diários para tomada de decisões mais precisas.

Os dados que embasaram a presente pesquisa são de 5.412 cidades brasileiras, abrangendo todas as regiões. São microdados referentes ao ano de 2017 e 2019, sendo utilizado o questionário do secretário municipal de educação para as questões de gestão educacional do ano de 2019, e para as informações sobre as avaliações de desempenho dos estudantes as notas obtidas em Português e Matemática da Prova Brasil dos anos de 2017 e 2019.

### **1.1 Problema de pesquisa**

Nesses termos, a problemática desta pesquisa acadêmica emerge o aprofundamento da seguinte questão:

Qual a relação entre o perfil das Secretarias Municipais de Educação e o desempenho dos estudantes do ensino fundamental?

### **1.2 Objetivo geral**

Em termos mais extensos, o objetivo da presente pesquisa é analisar a relação entre o perfil das Secretarias Municipais de Educação e o desempenho dos estudantes do ensino fundamental.

### **1.3 Objetivos específicos**

Em termos mais específicos, pretende-se:

- Caracterizar a figura do secretário municipal de educação das regiões do Brasil;
- Caracterizar a estrutura de Secretarias Municipais de Educação;

- Propor uma Carta de Recomendação Educacional para complementação de ações da Secretaria Municipal de Educação, visando melhora no desempenho estudantil.

#### 1.4 Justificativa

Esta pesquisa busca colaborar com a ampliação de produção científica no campo da educação enquanto gestão. Visto que, mesmo com estudos já realizados na área da gestão educacional, enfatiza-se que sujeitos como diretores escolares e coordenadores pedagógicos estão mais evidentes na literatura.

Um dos desafios encontrados para a construção deste estudo e uma das grandes contribuições desta pesquisa é o fato de não existirem estudos que focalizaram exatamente o perfil da Secretaria Municipal de Educação, o trabalho desenvolvido por esse órgão e o trabalho desenvolvido pelo secretário municipal de educação.

Há escassez quanto a especificidade do tema, mesmo na busca por estudos correlatos.

Desse modo, esta pesquisa acadêmica se faz relevante devido à necessidade de estudo voltado para a figura do secretário municipal de educação, possibilitando o encontro de dados a serem explanados com profundidade e posicionamento de interferência no desempenho do estudante.

Por conseguinte, se por um lado o secretário municipal de educação não atua diretamente sobre a aprendizagem dos estudantes, por outro, é um agente que deve ser apresentado na literatura não com menos importância no que se refere aos demais gestores educacionais, minimizando, assim, a ideia de que esse profissional é meramente um executor de funções burocráticas.

Além disso, a temática gestão da educação é uma área que necessita de estudo contínuo. Segundo Miranda *et al.* (2020, p. 120)

É oportuno salientar ainda que os estudos focalizando a gestão da educação e da escola, em geral, têm sido realizados com o intuito de atrelar a relação entre gestão escolar e desempenho estudantil em razão da centralidade que as avaliações em larga escala ganharam, no cenário nacional, a partir da década de 1990.

A Secretaria Municipal de Educação é um órgão central da gestão educacional, sendo, portanto, de execução desse órgão todas as tratativas que relacionam entidades educacionais de maior instância e as escolas, tendo como finalidade intermediar e colaborar com a obtenção da qualidade do ensino, promovendo as adequações necessárias por meio do que lhe é apropriado.

Dessa maneira, o presente estudo poderá contribuir para futuras práticas de Secretarias Municipais de Educação. Destaca-se, ainda, que por meio dos resultados obtidos novas pesquisas poderão ser embasadas de forma mais aprofundada.

### **1.5 Organização geral da dissertação**

Com relação à organização do texto, esta dissertação se apresenta em cinco partes, além das considerações finais acerca do objeto estudado.

Na primeira seção, é apresentada a introdução da pesquisa, a qual contextualiza sobre a educação e transcorre pela gestão educacional. Esclarece, ainda, sobre a problemática, seus objetivos e a justificativa da pesquisa.

Na segunda seção, empreende-se sobre o referencial teórico recorrendo-se sobre a Secretaria Municipal de Educação no tocante à gestão da educação. Contempla, também, no que se refere à avaliação em larga escala, à qualidade educacional, enquanto contextualiza sobre o desenvolvimento de políticas públicas em educação. Além disso, explana-se sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e sua estrutura.

A próxima seção trata do percurso metodológico para realização da pesquisa; em seguida, na quarta seção, é feita a análise e discussão dos resultados.

Por fim, na quinta seção, é discorrido sobre o produto idealizado para colaborar com os desafios da gestão educacional, mais precisamente na função de secretário municipal de educação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando atender aos objetivos propostos por este estudo, o referencial teórico é composto pela literatura disponível no que tange à gestão de educação, à Secretaria Municipal de Educação, à avaliação em larga escala e às políticas públicas no campo educacional.

Cabe posicionar que a partir desta seção, será construído um diálogo entre diferentes autores com embasamento teórico de produção científica, buscando subsídios que permeiam o tema gestão de educação e, mais precisamente, no que possa tratar da correlação entre a gestão educacional, o secretário municipal de educação e o desempenho dos estudantes.

Vale destacar que é na revisão bibliográfica que o pesquisador identifica os autores que estudam sobre a sua temática, se familiariza com textos científicos e reconhece a diversidade de problemáticas já pesquisadas, o que colabora com o desenvolvimento das argumentações do pesquisador e sua redação científica (GIL, 2002; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; SEVERINO, 2013).

Na busca por estudos voltados a gestão educacional na especificidade do tema, foi possível detectar que nas bases de dados há escassez no que se refere ao perfil da Secretaria Municipal de Educação e ao perfil do secretário municipal de educação, entretanto, foram encontradas com mais facilidade as pesquisas voltadas para o diretor escolar enquanto sujeito.

Por exemplo, nas bases de dados dos Periódicos CAPES e da BDTD é notória a ausência de pesquisas que registram a importância da figura do secretário municipal de educação na gestão educacional, e tampouco o impacto da função no desempenho dos estudantes. Contudo, no que remete à Secretaria Municipal de Educação, é possível encontrar estudos com foco em recursos financeiros, gestão de custos e no desenvolvimento da formação docente.

Com o intuito de apresentar os dados dos levantamentos bibliográficos referentes as especificidades desta pesquisa, foi construída a Tabela 1 de busca literária que possibilita visualizar de forma quantitativa o fato de o tema ser pouco explorado na literatura disponível.

**Tabela 1 – Busca literária (2017-2022)**

<b>Palavras-chave</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Publicações encontradas</b>
Secretaria Municipal de Educação	CAPES	5.441
	BDTD	853
Secretário municipal de educação	CAPES	4.375
	BDTD	77
Avaliação em larga escala	CAPES	3.151
	BDTD	892
Desempenho estudantil	CAPES	646
	BDTD	109
Secretaria Municipal de Educação; Secretário municipal de educação; Avaliação em larga escala	CAPES	261
	BDTD	2
Secretaria Municipal de Educação; Secretário municipal de educação; Desempenho estudantil	CAPES	91
	BDTD	0
Secretaria Municipal de Educação; Secretário municipal de educação; Avaliação em larga escala; Desempenho estudantil	CAPES	16
	BDTD	0

Fonte: Elaboração da autora.

Conforme Tabela 1, a busca por meio das palavras-chave de forma isolada e combinada trouxe um resultado dos últimos cinco anos que revela a carência no âmbito da problemática desta pesquisa, pois apesar de o número de publicações encontradas ser mais elevado quando se busca isoladamente por “Secretaria Municipal de Educação”, depara-se com uma diversidade de assuntos, dentre eles, educação infantil, gastos públicos, formação continuada de professores, currículo e políticas públicas.

Quando se busca separadamente por “secretário municipal de educação” nos Periódicos CAPES, não se remete necessariamente a esse profissional, mas sim a Secretaria Municipal de Educação como um todo, entretanto, foi possível encontrar um artigo sobre o processo seletivo para a escolha do cargo de secretário municipal

de educação no Paraná, o estudo de Lamelo *et al.* (2017) apresenta o trajeto dos procedimentos que possibilitaram escolha mais adequada para a ocupação da vaga de secretário.

Na BDTD, ainda na busca por “secretário municipal de educação”, os assuntos transitam entre políticas municipais e gestão pública, além de tratar da formação docente; no âmbito desta pesquisa, destaca-se o estudo de Viana (2018) sobre a relação entre a qualificação do secretário municipal de educação e o aprendizado.

Filtrando pela palavra-chave “avaliação em larga escala”, o resultado é extenso de variedades, sendo importante para fundamentar este estudo os resultados no contexto desse tipo de avaliação como uma ferramenta de gestão da educação.

Para a busca da palavra-chave “desempenho estudantil” os resultados que mais aparecem estão no campo das políticas públicas enquanto assistência; já ao conduzir a busca para o viés de interferências no desempenho dos alunos relacionada a equipe gestora, a figura do diretor escolar fica em evidência nas pesquisas encontradas.

Por fim, quando a busca passa a ser por meio de palavras-chave de forma combinada, o número de pesquisas encontradas é estritamente reduzido, não sendo possível identificar estudos que de fato vão ao encontro da problemática desta pesquisa, ou seja, a relação do perfil das Secretarias Municipais de Educação e o desempenho dos estudantes.

A autora Viana (2018) destaca em sua pesquisa que ao realizar a busca literária identifica-se diferentes estudos sobre a importância das atribuições e da gestão escolar, entretanto, há dificuldade de encontrar estudos abordando a relação entre o perfil do secretário municipal de educação e a qualidade do ensino.

A lacuna literária identificada na Tabela 1 é um dos desafios encontrados na construção desta pesquisa, contudo, tal dificuldade eleva a necessidade de contextualização de questões relacionadas ao tema, o que valida a contribuição do desenvolvimento deste trabalho.

Nesse sentido, este estudo deve ser considerado como uma inovação na área da gestão educacional ao evidenciar a Secretaria Municipal de Educação com foco na figura do secretário municipal de educação.

Desse modo, a perspectiva desta pesquisa está na concepção investigativa de compreender a relevância desse órgão público (a Secretaria Municipal de Educação) na melhoria da qualidade da educação do Brasil.



## 2.1 A Secretaria Municipal de Educação

Em meados de 1990 a educação do Brasil teve avanço no campo da gestão, o que foi positivo e possibilitou o alcance de entidades que não tinham espaço, como é o caso das secretarias de educação, “[...] grande atenção passou a ser dada às questões de gestão educacional, lideradas sobre tudo, pelo CONSED - Conselho Nacional de Secretarias de Educação<sup>1</sup>, que estabeleceu e mantém, desde então, a gestão educacional como uma de suas políticas prioritárias” (LÜCK, 2015, p. 26).

Considerando que a execução do sistema de ensino requer a participação ativa de diferentes atores, a Secretaria Municipal de Educação possui um papel fundamental para organizar, manter e desenvolver o Sistema Municipal de Educação, assim como para acompanhar e planejar de forma integrada os planos e políticas educacionais.

Para a autora Lück (2009), a descentralização corrobora com a construção dos sistemas de educação, possibilitando participação em todos os níveis públicos.

Somente com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), através de seus dispositivos é que se evidenciou contraditoriamente a necessidade de controle social, focalizando a necessidade de acompanhamento e verificação das ações dos gestores públicos em todos os níveis (federal, estadual e municipal), por meio da participação da sociedade que deverá também avaliar os objetivos, os processos e os resultados dessas ações. Nessa mesma direção, o município passou a ter atribuições e responsabilidades até então não experimentadas por estes. Nesse sentido tornou-se fundamental, para o êxito da gestão municipal, o entendimento do processo de descentralização e municipalização das políticas sociais levando a termo pelos governos federais da década de 90 (SANTOS, 2011, p. 49).

As organizações públicas de educação necessitam de uma gestão que impulse a qualidade do ensino, para tanto é preciso que haja conexão entre as práticas e as defasagens encontradas na área.

Nesse contexto, o gestor de educação tem como atribuição reconhecer e promover ações estratégicas que tenham como foco obter resultados satisfatórios.

---

<sup>1</sup> O CONSED auxilia na orientação de dirigentes locais municipais e estaduais promovendo a integração das redes de educação que conseqüentemente participam dos processos decisórios das políticas públicas de educação.

Sejam os gestores, diretores escolares ou integrantes de outras instâncias da rede educacional, são esses profissionais primordiais para as ações articuladoras dos processos educacionais, segundo Lück (2009).

Como parte integrante da equipe gestora, o secretário municipal de educação pode contribuir de forma estratégica na melhoria da qualidade educacional por meio da consolidação de práticas objetivadas em resultados, pois

É fundamental que o gestor, independentemente da tipologia de organização que tenha sob sua responsabilidade, possua um conjunto de conhecimentos, de técnicas e procedimentos que viabilizem agir e tomar decisões de forma a garantir uma gestão eficiente e eficaz, cujo foco seja o alcance de determinados resultados (SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ, 2015, p. 328).

De acordo com essas autoras, para obter a excelência na gestão pública de uma Secretaria Municipal de Educação, é essencial a “[...] consolidação de uma cultura organizacional pautada na gestão estratégica, que contribua para a celeridade dos processos e práticas administrativas e pedagógicas para uma educação de qualidade” (IBIDEM, 2015, p. 316).

No sistema de ensino, a gestão educacional é de “[...] caráter amplo e abrangente [...]” Lück (2015, p.15). Por sua vez, a Secretaria Municipal de Educação está estritamente vinculada à gestão educacional, sendo que esse órgão tem representatividade em seu envolvimento para além das questões escolares de campo, podendo atuar de forma participativa juntamente com outros órgãos que fazem parte da composição do que se remete à gestão educacional.

Apesar do aval para o desenvolvimento das funções de uma equipe gestora, há o levante de indagação quanto as limitações dos profissionais gestores envolvidos em processos decisivos.

Porém, os avanços na área da educação no Brasil buscam ultrapassar as dificuldades e superar as barreiras encontradas na relação entre o planejamento de forma criteriosa para alocar os recursos disponibilizados e a interposição de uma boa gestão (VICTORIO *et al.*, 2018).

Quanto aos gestores, a qualificação e formação continuada daqueles que atuam na Secretaria Municipal de Educação aprimoram as práticas rotineiras, sendo a formação imprescindível para uma gestão estratégica mais precisa. Ao secretário

municipal de educação compete o entrelaçamento de estratégias que visam a qualidade do ensino, pois a gestão educacional constitui-se em

[...] uma área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino. Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto (LÜCK, 2015, p. 15).

Tendo em vista que na literatura vem sendo discutido sobre os fatores que influenciam o desempenho educacional, Oliveira, Menezes-Filho e Komatsu (2018) consideram a gestão educacional como um dos fatores importantes na oferta da educação de qualidade, sendo que eles indicam que uma gestão municipal adequadamente estruturada pode afetar o desempenho educacional das redes de ensino.

Com isso, entende-se que “no âmbito de um município, a Secretaria Municipal de Educação é uma das instâncias que deve zelar pela educação pública de qualidade” (SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ, 2015, p. 317).

As autoras acima apresentam quatro aspectos essenciais para desenvolver a excelência na gestão pública educacional, sendo eles:

### **Quadro 2 – Aspectos de excelência na gestão pública**

1-)	-A formação dos gestores de maneira que se possa transitar entre a administração e a educação, já que procedimentos específicos fundamentam uma gestão estratégica;
2-)	-A corresponsabilização coletiva dos profissionais enquanto participantes no desenvolvimento de um projeto, partindo da perspectiva dos colaborados e minimizando as dificuldades;
3-)	-Uma relação de confiança e dialogada para impulsionar a autoconfiança dos profissionais;
4-)	-A observação e o respeito nos processos coletivos e individuais para que sejam condizentes com o que a organização tem como visão e missão.

Fonte: Adaptação da autora a partir de SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ (2015).

Devido a intensificação do papel dos municípios na educação a partir da década de 1990, a Secretaria Municipal de Educação enquanto órgão central passa a ter maior relevância de atuação. Isso ocorre devido ao crescimento da oferta de ensino

fundamental municipalizado no país, de modo que Viana (2018) aponta que na década de 1990 as redes municipais representavam cerca de 36,5% das matrículas públicas, e que em 2015 passou a representar 67,34%.

Com isso, a atuação dos dirigentes municipais de educação, como é o caso do secretário municipal, passa a ser mais expressiva, já que

[...] existem fatores que os diretores não conseguem mudar pois estão sob controle das secretarias de educação como: definição de regras de contratação, demissão, avaliação e remuneração dos professores, práticas de formação continuada e regras de alocação dos professores entre as diferentes escolas (VIANA, 2018, p. 16).

Dentre as diversas atribuições de uma Secretaria Municipal de Educação estão também a atualização de dados, a elaboração, implementação e o monitoramento das políticas do sistema educacional. Portanto, trata-se de um órgão central municipal com participação ativa na área da educação.

As discussões educacionais se voltam cada vez mais para as questões relacionadas à permanência e à qualidade do ensino, sendo um dos direitos fundamentais e essenciais no Brasil previstos pela CF/88. As normas jurídicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação - PNE, para o decênio 2014/2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resguarda a obrigação do poder público no cumprimento desse dever. No âmbito municipal, o Plano Municipal de Educação, em consonância com o PNE, estabelecerá as diretrizes, como meta, de erradicar o analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade e valorização dos profissionais da educação (VICTORIO *et al.*, 2018, p. 216).

Em diversos artigos, tanto na LDB de 1996 quanto na Constituição Federal de 1988, o direito à educação de qualidade está assegurado como dever do Estado e da sociedade (BRASIL, 1988; 1996). No entanto, a educação básica do país é um grande desafio para a movimentação das políticas públicas.

Para que seja possível o alcance dos padrões mínimos de qualidade os gestores municipais devem ter habilidades que possam apoiar de maneira eficiente sua atuação e conseqüentemente movimentar as políticas educacionais.

O secretário municipal além de especialista em educação deve ser um bom gestor de ampla visão, deve delegar, definir metas e buscar soluções planejadas, conduzindo de forma organizada o melhoramento do sistema de ensino.

Um estudo realizado sobre o processo seletivo de um secretário municipal na cidade de Londrina, no Paraná, concluiu que o ingresso por meio de competências pode subsidiar melhor a escolha de dirigentes do setor público, “o caso específico de Londrina, os candidatos foram avaliados nas competências: resiliência e resultados; tomada de decisão; liderança; capacidade de engajamento e influência; capacidade de comunicação; e estabilidade emocional” (LAMELO *et al.*, 2017, p. 239).

A seleção para a ocupação do cargo de secretário municipal de educação em Londrina foi uma iniciativa que impactou positivamente, além disso, possibilitou o ingresso à função sem vínculo exclusivo político-partidário, como ocorre predominantemente no setor público.

Para organizar e gerir a educação, Estados e Municípios estruturam uma rede de gestão, que envolve desde a direção dos estabelecimentos de ensino à gestão da Secretaria Estadual de Educação - SEE. Geralmente, as direções das unidades de ensino municipais se reportam às Secretarias Municipais, que juntamente com as direções das unidades estaduais se reportam às Diretorias Regionais de Ensino, as quais, por sua vez, se reportam às Secretarias Estaduais de Educação que prestam contas ao Ministério da Educação (BERNARDES *et al.*, 2022, p. 8).

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação deve ser enquadrada como um órgão público potencializador da qualidade do ensino, compete aos profissionais que nela atuam identificar e promover ações voltadas para uma educação de qualidade.

## **2.2 Avaliação e gestão educacional**

O sistema de avaliação na educação brasileira está relacionado diretamente com as ações que norteiam a gestão educacional, já que a implementação da avaliação sistemática possibilita a discussão de fragilidades que possam ser vinculadas na formulação das políticas públicas, além de embasar de maneira aprofundada no que tange à qualidade da educação.

Assim, este subcapítulo tratará da importância da avaliação e seus resultados para o desenvolvimento da gestão no campo da educação, pois é sabido que “nas organizações, a avaliação é quase sempre um instrumento fundamental em termos de gestão” (AFONSO, 2000, p. 18).

Independentemente da área de atuação, as organizações, mesmo as educacionais, por mais que sejam complexas, devem fazer uso desse instrumento, impactando diretamente nos desafios encontrados em benefício do melhoramento da educação do país.

A avaliação é vista como uma ferramenta que possibilita o monitoramento, é uma circunstância assumida pelos gestores educacionais no controle do ensino, podendo fazer uso dos resultados para repensar nortes com efeito focalizado na aprendizagem dos estudantes (SOUSA; PIMENTA; MACHADO, 2012).

Além de propiciar informações para tratar da aprendizagem, há variadas objetivações que podem ser beneficiadas com os resultados da avaliação. Dentre elas, movimentar as políticas públicas conforme aponta Afonso (2000, p. 19) quando ressalta que “as funções da avaliação têm que ser, por isso, compreendidas no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas” para subsidiar a educação em seus diferentes alcances.

A gestão pública educacional está apta a discutir sobre entraves que permeiam a educação. Por meio da indução de secretarias, os municípios utilizam os resultados das avaliações para repensar ações pedagógicas objetivando a aprendizagem do aluno e a melhoria da qualidade e do sistema de ensino.

O aprofundamento quanto aos indicadores monitoráveis e a identificação de pontos que possam ser melhorados no desenvolvimento e estruturação do processo de ensino, possibilita a implantação de novas políticas públicas direcionadas.

Em vista disso, compete aos gestores exprimir por meio de suas funções e especificidades a visibilidade de reconfigurar as políticas públicas educacionais, alinhando-as às necessidades encontradas no sistema de educação, já que a

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais [...] (LÜCK, 2015, p. 35).

A implantação de políticas públicas voltadas para a educação tem a necessidade de movimentação constante devido a rotatividade gerada por toda uma sociedade. Assim, os resultados avaliativos obtidos e plausíveis de monitoramento se fazem presentes em diferentes situações, já que “a necessidade de avaliação, por parte do Estado, também é mais visível em momento em que há incertezas ou dúvidas

sobre a recepção ou a consecução de determinadas políticas públicas” (AFONSO, 2000, p. 50).

No contexto desta pesquisa, quanto ao secretário municipal de educação, sabe-se que “as influências políticas interferem na gestão municipal, ocasionando dificuldades a seus processos de gestão e trazendo problemas para a ação dos gestores educacionais” (MIERTSCHINK, 2014, p. 43), mas esse profissional deve visualizar-se como uma figura que muito pode contribuir para as mudanças que se fazem indispensáveis na educação.

Ao gestor de educação, como é o caso do secretário municipal, compete o desenvolvimento da integralização no contexto educacional por meio de reflexões e planejamento estratégico envolvendo toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Enquanto líder, esse profissional deve alinhar suas propostas incorporando a participação coletiva. Conforme ressalta Gobbi (2020), a liderança está interligada com o estilo de gestão desempenhada pelo dirigente, bem como seus valores, objetivos, visão e abordagem quanto às mudanças que se fazem necessárias.

O conceito de gestão educacional para a autora Lück (2011, 2015) perpassa questões meramente administrativas, devendo o gestor mobilizar e organizar de forma coletiva sua equipe. Possibilitando, assim, interferências positivas, orientando e mediando ações que movimentem os profissionais disponíveis em prol do desenvolvimento da qualidade do ensino.

No Brasil os sistemas de ensino federal, estadual e municipal são as bases organizadas para atuação da gestão educacional.

No campo do município, os autores Oliveira, Menezes-Filho e Komatsu (2018) destacam haver vinculação positiva entre a qualidade do ensino ofertado e a qualidade da gestão municipal de educação.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação enquanto órgão central é um meio de atuação com possibilidade de mobilização dos sistemas de ensino que devem estar em harmonia em todos os âmbitos.

O processo avaliativo e os indicadores obtidos em decorrência das avaliações, movimentam as três esferas governamentais e proporcionam respaldo para a construção de dispositivos regulamentares.

Nesse sentido, Sousa, Pimenta e Machado (2012) entendem que

As avaliações implementadas pelo governo federal, direcionadas ao ensino fundamental e médio, conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), expressam um movimento de centralização de expectativas de aprendizagem e de parâmetros a serem atendidos, que gradualmente vêm pautando propostas e ações de governos estaduais e municipais (p. 17).

Ainda quanto as possibilidades do aproveitamento dos resultados das avaliações como parâmetro de ações, “as informações coletadas indicam que a avaliação vem sendo apropriada pela gestão municipal, orientando propostas e práticas de secretarias e de escolas, abrangendo desde usos com caráter formativo, seja de alunos ou professores [...]” (IBIDEM, 2012, p. 31).

Para esta pesquisa a avaliação é um instrumento de análise, sendo a Prova Brasil a avaliação utilizada para analisar o perfil do secretário municipal de educação e da secretaria. Os dados resultados por meio da Prova Brasil possibilitam informações do sistema de ensino de várias ordens (OLIVEIRA; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018) provedoras de decisões mais assertivas na configuração de políticas públicas voltadas para a educação.

### **2.2.1 Políticas públicas na educação**

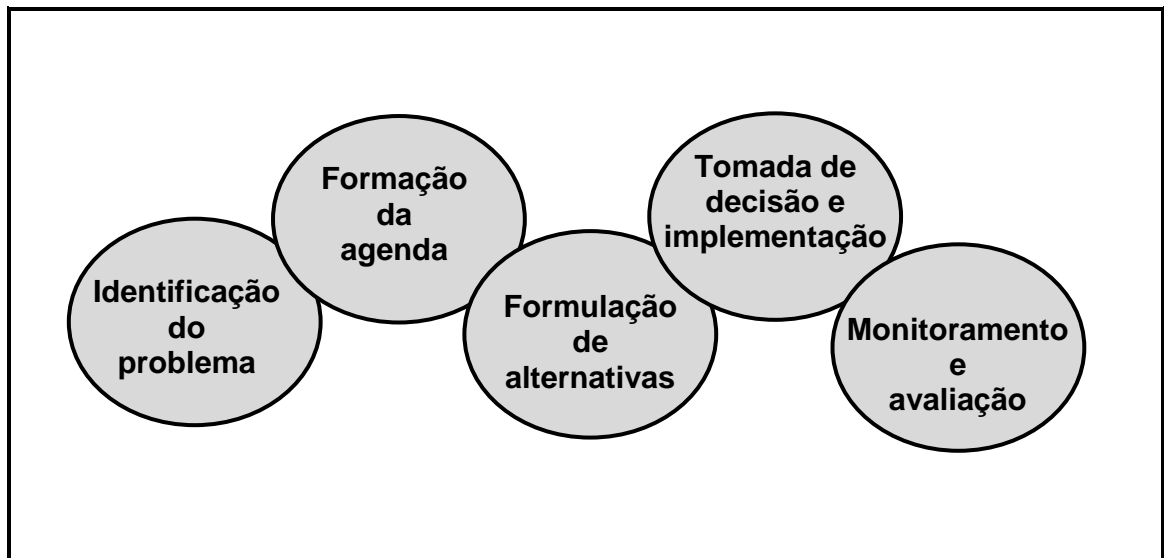
As políticas públicas são geralmente conceituadas como uma forma de resposta do Estado à sociedade, trata-se do “Estado em ação”. Em geral, é por meio da formulação de políticas públicas que se busca atender as demandas que impactam e regulam aspectos para o bem comum dos cidadãos.

Nesse contexto, as políticas públicas correspondem às responsabilidades do Estado para com a sociedade e ocorre mediante implementação e manutenção de ações, programas e decisões que visam assegurar o direito de cidadania, é a ação do Estado propriamente dita (OLIVEIRA, 2010; CAPELLA, 2018; PARENTE, 2018; BAIRROS, 2019).

Formuladas pelos Poderes Executivo e Legislativo, as políticas se desenvolvem por meio de ciclo, sendo o processo estruturado conforme sequência a seguir:



**Figura 1 – Ciclo das políticas públicas**



Fonte: Elaboração da autora.

O ciclo das políticas públicas ocorre mediante a constatação de um problema existente na sociedade e inclusão na agenda governamental.

Iniciando o ciclo, a identificação do problema é obtida por meio da conjunção de demandas sociais e a percepção técnica observada pela gestão pública, podendo ser rotineiro, progressivo e até súbito. Para a autora Capella definir o problema é elemento primordial na explicação para formalizar a agenda governamental (2018). O problema necessita de análise, delimitação e definição objetivando a organização de possíveis resoluções.

A prioridade e a urgência de situações a serem trabalhadas pelo governo em benefício da sociedade formam a agenda, sendo esse o momento em que o poder público opta pelo enfrentamento das questões avistadas.

A agenda está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros (CAPELLA, 2018, p. 13).

A formulação de alternativas é o momento de identificação de possíveis soluções. Contempla o levantamento de riscos, custos e benefícios de planos, programas e projetos. É o caminho circunstancialmente permeado por negociações entre os envolvidos no campo político.

A etapa de tomada de decisão corresponde a explicitação da solução mais viável, ocorrendo após equalização dos interesses e resultando na implementação da política pública.

Implementar, por sua vez, é a efetivação da política pública (BAIRROS, 2019) que busca a combinação dos recursos disponibilizados visando repercutir devidamente junto à sociedade.

Na fase de monitoramento e avaliação, a política implantada deve ser observada com criticidade qualitativa e quantitativa para medição da eficiência, eficácia e efetividade em resposta ao problema.

A autora Parente ressalta que “a avaliação é uma ação feita com base em valores, julgamentos, critérios e parâmetros. São esses elementos que irão julgar se determinada política pública funcionou de forma positiva ou negativa na solução de determinado problema” (2018, p. 428).

É por meio da avaliação que se controla e supervisiona a execução da política implementada, bem como se decide quanto a sua continuidade, reestruturação ou extinção. Para Bairros, 2019,

Avaliar a política pública significa que esta deve estar consolidada após um período que permita dizer funcionou, atingiu seu objetivo, foi ao encontro do esperado. Não é possível implementar uma política e logo em seguida avaliar. É preciso de tempo para a implementação e amadurecimento para após avaliar. Considerar os objetivos desejados para a superação do problema identificado. E então medir a eficácia desta política, para além disso, é necessário o levantamento de dados e informações para que isso ocorra. A etapa de avaliação requer rigor e um tempo que poderíamos chamar de tempo de maturação da política, o tempo de que uma política precisa para que seja testada e avaliada e isto pode variar de política para política (p. 134).

São as políticas públicas que consistem e movimentam um conjunto de ideias que transitam nas decisões, nos planos, nas metas, nas mudanças e ações nos diferentes níveis governamentais, sendo elas voltadas para a resolução dos problemas de interesse público.

Ademais, ultrapassar barreiras sociais fazendo uso de propostas regulamentadas, indica que “a política pública pode ser compreendida como uma ação do Estado para o enfrentamento de determinado problema público” (PARENTE, 2018, p. 418).

Mas do que se tratam, de fato, as políticas públicas educacionais?

Em resposta, pode-se enunciar que são os projetos vinculados ao contexto escolar e as questões submetidas à qualidade educacional. São ações governamentais planejadas e de impacto direto no campo da educação, assim, “entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar” (OLIVEIRA, 2010, p. 98).

Os problemas enfrentados nas escolas públicas brasileiras levam à reflexão sobre a necessidade da construção de dispositivos legais que possam ultrapassar os obstáculos encontrados.

A Constituição Federal de 1988 é um marco regulador que confirma que não é somente o acesso à escola que se faz importante, mas que a educação de qualidade é também um direito do cidadão, sendo ainda dever do Estado o pleno desenvolvimento da pessoa por meio da educação de qualidade e equidade (BRASIL, 1988).

Dentre os problemas que podem despertar a necessidade de desenvolver uma política pública na educação estão temas como: evasão escolar, defasagem na qualidade profissional, rendimento escolar baixo, estrutura pedagógica desalinhada, situações catastróficas (como foi o caso do coronavírus) que impactam diretamente no processo de ensino e aprendizagem, distribuição de recursos, adequação estrutural física e tecnológica, entre outros.

É possível que a formulação e a implementação de determinada política pública despertem discussões de ordem pedagógica, administrativa e financeira, que levem os gestores a associarem ações em andamento a problemas existentes. Essa é a dialética da política pública, da educação e da gestão da educação (PARENTE, 2018, p. 418-419).

No Brasil a formação da agenda governamental na educação no âmbito nacional, estadual e municipal se articula, mas pode ser contraposta (IBIDEM, 2018) devido o aspecto conjuntural do país. O equilíbrio entre os princípios de interesse e a realidade se faz necessário para que o consenso seja alcançado em benefício da sociedade e da resolução de problemas educacionais.

O processo de desenvolvimento de políticas públicas no cenário educacional brasileiro requer alternativas diferentes para solucionar uma dificuldade pública (CAPELLA, 2018; PARENTE, 2018) que ao longo do percurso identifica a opção mais alinhada ao problema. É na fase de formulação de alternativas que se planeja os

objetivos e metas de maneira linear a fim de atender as necessidades previamente detectadas.

Na fase de tomada de decisões são definidas as ações de execução para implementação de políticas públicas educacionais, como, por exemplo, recursos e prazos.

Quanto à etapa de implementação, trata-se da política pública efetivamente pronta para ser operacionalizada (PARENTE, 2018) pelos executores responsáveis por sua aplicação em campo.

Fechando o ciclo formal das políticas públicas, o monitoramento e a avaliação dos dispositivos reguladores da educação são processos que necessitam de período de maturação. É no estágio de monitoramento que se observa indicadores plausíveis de medição de impacto e possíveis reformulações dessas políticas.

Notadamente, a avaliação perpassa por todos os momentos do ciclo, porém em proporções diferentes deste “momento final” que requer certo aprofundamento.

“A literatura sobre avaliação de políticas educacionais voltadas à qualidade da educação é extensa, cobrindo diversas dimensões do processo educacional” (ROCHA; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018, p. 4). Contudo, de acordo com Parente, 2018, devido criticidade aos métodos e técnicas estabelecidos para conduzir as avaliações, há resistência ao processo e defasagem na obtenção efetiva dos resultados no campo da avaliação das políticas públicas de educação.

Priorizar a área da educação no país não é uma tarefa fácil, pois envolve questões que vão além do ambiente escolar; além disso, a necessidade de interpretação da política pública educacional implementada efetivamente deve considerar a característica dos profissionais envolvidos e dos órgãos institucionais, sendo eles os implementadores dos dispositivos legais. Essa é uma forma de reduzir o distanciamento entre quem pensa a política pública e quem de fato a implementa.

As vivências e experiências pessoais de cada professor, dos gestores escolares, dos secretários de educação envolvidos no momento de materialização da política educacional, a relação da sigla partidária com a do Governo Federal, papel dos prefeitos, dos gestores educacionais dos municípios e estados, assim como é importante saber a forma de escolha dos secretários de educação das redes de ensino. Todas estas informações fazem parte de um todo quando se trata da política pública educacional (BAIROS, 2019, p. 119).

Por isso, quanto à Secretaria Municipal de Educação, fica evidente a necessidade de articulação e aprofundamento no que diz respeito às políticas públicas educacionais, bem como a observação dos problemas detectados e as soluções impostas. Também é de competência desse órgão discutir e acompanhar as políticas públicas, sua origem, sua importância e o quanto os resultados foram ou são efetivos.

### **2.2.1.1 As secretarias de educação e as políticas públicas**

No Brasil as políticas públicas no campo da educação são promotoras de ações governamentais geridas pelo Estado como meio de garantia dos direitos educacionais aos cidadãos. Para tanto, passam por reformulações ao longo dos anos e requerem a validação por meio dos órgãos implementadores.

Por conseguinte, a Secretaria Municipal de Educação enquanto implementadora das políticas públicas educacionais (SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ, 2015; PARENTE, 2018; BAIROS, 2019) necessita compreender o processo de como elas são elaboradas e para quais finalidades.

Em vista disso, a equipe desse órgão deve partilhar de conhecimento e aptidão no que se refere ao contexto das políticas públicas de educação para transitar e interceder em benefício da qualidade do ensino.

Conforme Bairros,

[...] os professores, gestores, responsáveis pela efetivação das políticas têm que conhecer a política, saber a razão pela qual ela chegou nas escolas, ter claro a sua importância, ocorre que nem sempre isso é alcançado a partir da formulação de uma política pública educacional (2019, p. 135).

Sendo a Secretaria Municipal de Educação compreendida como um órgão central articulador das políticas públicas educacionais, compete a essa instituição implementar as políticas de forma adequada. Para os autores Sarmiento, Menegat e Ramirez (2015) a secretaria e seu modelo de gestão enquanto município podem ser um entrave ou um facilitador na consolidação da qualidade educacional das escolas sob sua demanda no país.

Destarte, o distanciamento entre a formulação de uma política pública e a ação na prática deve ser minimizado para precaver que lacunas desnecessárias possam ser desenvolvidas, evitando a solidificação de obstáculos.

É preciso investir na superação da dicotomia entre formulação e implementação. A incorporação de atores implementadores e dos próprios beneficiários no processo de formulação de políticas educacionais parece ser uma perspectiva democrática e participativa que avança no sentido de melhor atender às demandas educacionais (PARENTE, 2018, p. 428).

A partir das leis municipais, estaduais e federais são empregadas as políticas públicas educacionais objetivando um ensino de qualidade como direito social, desse modo, solucionar os problemas diagnosticados é a base para alcançar esse propósito.

Conforme posiciona Capella (2018) são “[...] as características da ‘formação de agenda na prática’, que se inicia pela etapa de busca por problemas, passam pela seleção de problemas e pela definição de problemas, chegando até a definição de objetivos e prioridades e análise de opções” (p. 118) que se constitui, de fato, na estruturação de uma política pública.

Entender o processo dinâmico da construção de uma política, bem como implementá-la, reflete diretamente no desenvolvimento das funções de uma secretaria, pois

[...] é da Secretaria Municipal de Educação que saem as normativas e demais procedimentos administrativos e pedagógicos a serem observados pelos gestores de cada escola, de forma a se efetivar o que preconizam os dispositivos legais nacionais. Ainda, esta Secretaria é que responde pela gestão dos recursos direcionados à educação oriundos do governo federal e do orçamento municipal. Também é ela que organiza a distribuição dos profissionais que irão atuar em cada contexto educacional (SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ, 2015, p. 317).

Os dirigentes de uma Secretaria Municipal de Educação juntamente com a sua equipe de profissionais devem ter visão ampla da importância desse órgão para a área educacional, além de desenvolvê-la para explicar assuntos contribuidores no que tange ao progresso do ensino com qualidade mediante intervenção do Estado.

Nesse sentido Capella ressalta que “todo conflito, quando explorado pelas organizações políticas, pode se expandir e se transformar numa questão política [...]” (2018, p. 16).

Assim sendo e tendo em vista que as propostas políticas buscam solucionar problemas de forma pacífica, no tocante desta pesquisa, tanto a Secretaria Municipal de Educação enquanto órgão central quanto o secretário municipal de educação que nela atua são implementadores pertinentes das políticas públicas educacionais.

### **2.2.2 Avaliação em larga escala e a qualidade do ensino**

Nos últimos anos houve um notável avanço quanto à implantação dos sistemas de avaliação educacional no Brasil, em grande parte isso ocorreu com o intuito de obter ampla visualização do desempenho da qualidade da educação do país.

Muito embora haja um crescente interesse nos resultados que a avaliação pode trazer, há uma certa carência quanto a estudos que trabalhem minuciosamente esse tipo de monitoramento. Segundo Gobbi *et al.*,

As pesquisas internacionais sobre eficácia escolar são tradicionalmente consolidadas há cerca de cinco décadas. Nacionalmente os estudos começaram nos anos 2000 de forma sistemática após a inserção de testes em larga escala. Mediante tais pesquisas busca-se explicar os resultados variáveis no desempenho de estudantes (2020, p. 200).

Assim sendo, são os indicadores, resultados das avaliações, que favorecem o planejamento e a adequação do trabalho a ser desenvolvido pelos gestores de educação, mesmo havendo uma certa complexidade entre o que foi coletado enquanto dado e o bom uso ao traçar novas estratégias para impactar diretamente no desempenho e na qualidade da educação.

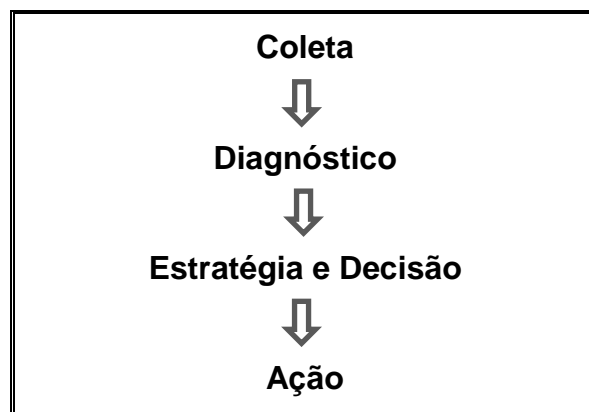
Ademais, a avaliação educacional possibilita subsídio na formulação de dispositivos legais que possam nortear a melhoria do ensino e aprendizagem, já que “[...] a institucionalização da avaliação educacional no Brasil é hoje, sem dúvida, instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do debate público sobre os desafios da educação no país” (CASTRO, 2009, p. 6), possibilitando, assim, a apresentação de dados relevantes e respaldo para a tomada de decisões mais precisas.

Entretanto, enfrentar os problemas que ocasionam o desnivelamento do desempenho dos estudantes requer diferentes providências estratégicas, além da validação de regimentos regulamentadores do campo da educação.

É com o objetivo de ampliar a formulação de ações para a melhoria da qualidade educacional que a avaliação se torna ferramenta essencial para o controle e legitimação de aportes provedores de estratégias que possam ser discutidas em sintonia com as políticas públicas de educação, buscando explicar as diferenças entre alunos, escolas e aplicabilidade dos sistemas de ensino (AFONSO, 2000; CASTRO, 2009; COSTA, 2012; SOUSA; PIMENTA; MACHADO, 2012; GOBBI *et al.*, 2020).

A política de avaliação em larga escala passou por diversas mudanças até chegar no modelo atual, mas seus primórdios continuam sendo evidentes, seguindo como um meio de articulação para os estados e municípios com base nos índices obtidos nos resultados conforme demonstra a Figura 2:

**Figura 2 – Movimentação da avaliação em larga escala**



Fonte: Elaboração da autora.

Quanto à regulamentação da avaliação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996, dispõe nos Artigos 9º e 87º, ambos no inciso IV, que compete à União assegurar a integração dos estabelecimentos de ensino fundamental ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar, objetivando o melhoramento da qualidade do ensino e definindo prioridades (BRASIL, 1996).

A avaliação em larga escala proporciona por meio de seus resultados o levantamento dos sistemas educacionais, bem como a dinâmica que envolve seus processos, porém a autora Castro alerta que os resultados “[...] não são diretamente observáveis nem imediatos, dada a heterogeneidade do corpo docente e da situação socioeconômica familiar dos alunos [...]” (2009, p. 6).



De forma sucinta, no que se refere às contribuições da avaliação em larga escala para o campo da educação, é uma dimensão importante para a qualificação do ensino enquanto sistema (COSTA, 2012) que possibilita fomentar e imprimir a amplitude do sistema educacional.

### Quadro 3 – Contribuições da avaliação em larga escala

-Diagnóstico das interferências no que tange ao desempenho e fatores de contradições das redes de ensino;
-Monitoramento, acompanhamento e controle observacional da qualidade da educação ao longo do tempo;
-Determinações e subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais com foco na qualidade e equidade, bem como no direito à educação;
-Planejamento e promoção de melhorias por meio de ações que perpassem os desafios identificados;
-A relação com órgãos centrais e escolas para a rede como um todo.

Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2018).

A avaliação em larga escala possibilita referenciais nacionais da qualidade do ensino. De forma sistemática, busca aferir o desempenho dos estudantes ocasionando em uma robusta base de dados que visa contribuir com ações e possíveis propostas de políticas públicas educacionais (MIRANDA; GARCIA; VERASZTO, 2020). Nesse sentido,

[...] a própria escolha das modalidades e técnicas de avaliação dos alunos supõe e implica uma determinada orientação política. Nas escolas, enquanto contexto *meso*-político, as decisões em torno dos processos avaliativos são também, com frequência, o resultado de jogos de poder e de processos de negociação (AFONSO, 2000, p. 20).

Os resultados da avaliação em larga escala devem ser utilizados como meio articulador de novos atos, “[...] cabendo aos gestores a responsabilidade de se apropriarem dos resultados dessas avaliações e estabelecerem planos de ação para que professores e demais educadores façam uso deles em benefício da melhoria da qualidade do ensino” (MIRANDA; GARCIA; VERASZTO, 2020, p. 243).

Os resultados também possibilitam discussões para a formulação e implementação das políticas públicas educacionais, além da expansão do conhecimento do gestor público e identificação das dificuldades que se referem a complexidade escolar como um todo (GOBBI *et al.*, 2020).

Diante do exposto, este estudo acadêmico faz uso dos dados da avaliação censitária Prova Brasil como instrumento de análise para pesquisar o perfil da Secretaria Municipal de Educação mediante a qualidade do ensino, pois “a avaliação dos sistemas educativos aparece doravante associada à responsabilização pelos resultados escolares dos alunos [...]” (AFONSO, 2000, p. 44), como é o caso da Prova Brasil.

Em suma, a avaliação em larga escala é uma forma de medição da qualidade do ensino, pois seu resultado pode ser quantificado, comparado, observado e tratado estatisticamente objetivando compreender a evolução dos sistemas educacionais das escolas públicas.

O levantamento estatístico na educação brasileira é regulamentado de acordo com a legislação geral, sendo as informações coletadas um meio de estruturação e de organização do campo da educação, visando a qualidade e equidade educacional.

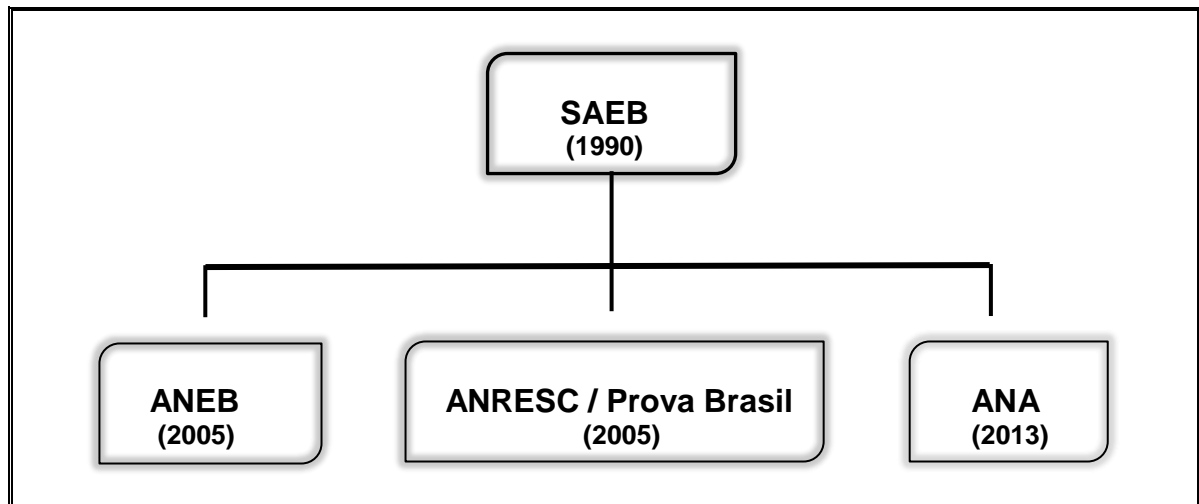
No próximo subcapítulo será apresentado o Sistema de Avaliação da Educação Básica que está em vigência no Brasil.

### **2.2.3 O SAEB**

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi implantado no Brasil em 1990, tendo como fator primordial monitorar e aprimorar as políticas públicas por meio de evidências quantitativas da qualidade da educação do país.

Em 2005 o SAEB passou a ser composto por duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil. Em 2013 foi incluída no SAEB a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) obtendo resultados de desempenho em matemática, leitura e escrita (INEP, 2019).

**Figura 3 – Organização do sistema de avaliação em larga escala**



Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2019).

O SAEB tem por objetivo avaliar a qualidade do sistema de ensino do Brasil, ocorre entre os meses de outubro e novembro bianualmente.

Trata-se de um sistema de avaliação para monitorar a educação básica produzindo indicadores e dados por meio de sua aplicação a estudantes dos anos finais do ensino fundamental I e II, e também do ensino médio.

Em 2019 houve uma adesão de 80,99% de respondentes presentes em todo o país, sendo a região nordeste a que obteve maior percentual de alunos, com 82,62% de presentes, enquanto a região sul teve 76,99% de respondentes, o menor percentual por região, conforme é verificável na Tabela 2:

**Tabela 2 – SAEB 2019 por região**

Localização	Estudantes previstos	Estudantes presentes	% Presentes
Norte	793.721	627.427	79,05%
Nordeste	2.006.892	1.658.172	82,62%
Centro-Oeste	554.919	441.144	79,50%
Sudeste	2.685.920	2.203.840	82,05%
Sul	947.679	729.625	76,99%
Brasil	6.989.131	5.660.208	80,99%

Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2019).

De acordo com a Portaria nº 366 de 29 de abril de 2019 em seu Artigo 2º fica estabelecido que a aplicação SAEB propõe “avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação no país em seus diversos níveis governamentais” (BRASIL, 2019).

Na presente pesquisa, os resultados do SAEB 2019 no que tange ao ensino fundamental é instrumento central para verificar a correlação da Secretaria Municipal de Educação e do desempenho estudantil, tendo dois pilares de coleta de dados, a saber: o questionário do secretário municipal de educação e os indicadores obtidos como resposta da avaliação da Prova Brasil enquanto teste.

Em 2019, além dos ensinos fundamental e médio, houve ainda uma organização do SAEB para aplicação amostral abrangendo a educação infantil, conforme Quadro 4:

**Quadro 4 – Aplicação SAEB 2019**

Instrumentos de avaliação	Público-alvo
<p style="text-align: center;"><b><u>Questionários</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Secretários estaduais e municipais de educação;</li> <li>-Diretores;</li> <li>-Professores;</li> <li>-Estudantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Todas as escolas públicas, localizadas em zonas urbanas e rurais, com dez ou mais estudantes matriculados no 5º e 9º ano do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio (tradicional e integrado);</li> <li>-Amostra de escolas privadas, localizadas em zonas urbanas e rurais, com dez ou mais estudantes matriculados no 5º e 9º ano do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio (tradicional e integrado), distribuídas nas 27 unidades da Federação;</li> <li>-Amostra de escolas públicas e privadas, localizadas em zonas urbanas e rurais, com dez ou mais estudantes matriculados em turmas de 9º ano do ensino fundamental, distribuídas nas 27 unidades da Federação;</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b><u>Testes</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Língua portuguesa e matemática Estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio;</li> <li>-Ciências da natureza e ciências humanas Estudantes do 9º ano do ensino fundamental;</li> <li>-Língua portuguesa e matemática Estudantes do 2º ano do ensino fundamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Amostra de escolas públicas e privadas, localizadas em zonas urbanas e rurais, com dez ou mais estudantes matriculados em turmas de 2º ano do ensino fundamental, distribuídas nas 27 unidades da Federação;</li> <li>-Amostra de instituições públicas ou conveniadas com o setor público, localizadas em zonas urbanas e rurais, com turmas de creche ou pré-escola da etapa da educação infantil, nas 27 unidades da Federação.</li> </ul>

Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2019).

Com o intuito de identificar os dados característicos das escolas, o SAEB foi desenvolvido inicialmente com a intenção de obter informações das práticas pedagógicas e dos profissionais docentes, incluindo a equipe gestora (BONAMINO, 2016) no âmbito das escolas. Quanto aos dados de aprendizado do aluno, contempla as áreas de conhecimento de matemática e língua portuguesa.

O campo da educação necessita de aportes que possam monitorar, formular e reformular as políticas públicas focalizadas na qualidade do ensino e no progresso do aluno. Nesse sentido, o conjunto de avaliações em larga escala que compõe o SAEB vêm sendo primordial para o avanço desses aportes educacionais.

A fim de avaliar o desenvolvimento estudantil, o Brasil tem monitorado por meio dos índices resultados do SAEB a evolução da educação básica do país. Avaliar os sistemas de ensino tem como objetivo principal oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de educação (CASTRO, 2009) por meio de diagnóstico consistente sobre o desempenho dos estudantes.

O SAEB tem como fluxo três fases interligadas até chegar nos resultados, sendo eles: o contexto, os insumos e os processos (INEP, 2018). Tal fluxo produz informações qualificáveis para promover discussões na área educacional. Cabe ressaltar que desde sua criação, o SAEB vem passando por adequações.

Implantado no ano de 1990, o SAEB em sua primeira fase não obtinha informações de ordem social, não sendo possível analisar e medir os dados relacionando-os às questões socioeconômicas. O foco estava voltado para as políticas e planos nacionais, regionais e estaduais de acesso ao ensino e também para as competências do educador e a relação entre eficiência e a democratização na gestão.

A autora Bonamino (2016) apresenta em sua bibliografia os ciclos da estruturação do SAEB, sendo eles entre os anos de 1990 e 2005.

As duas primeiras etapas do SAEB “[...] enfatizaram a avaliação das condições intraescolares intervenientes no desempenho do aluno” (BONAMINO, 2016, p. 117) demonstrando atenção entre os aspectos internos escolares e o desenvolvimento do estudante. Essas etapas trataram da gestão dos diretores e da infraestrutura da escola, bem como das práticas docentes e planejamento pedagógico do professor.

**Quadro 5 – Fases do SAEB**

Fase 1 - 1990	- Universalização do ensino, valorização do magistério e democratização da gestão como eixos temáticos das causas escolares. Levantamento de referências sobre as escolas, professores e diretores;
Fase 2 - 1993	- Reestruturação do questionário do diretor e do professor, contemplando formação, experiência e forma de ingresso na função;
Fase 3 - 1995	- Inclusão de dados socioeconômicos e culturais dos estudantes;
Fase 4 - 1997	- Caracterização das escolas mediante coleta de informações sobre o estado de conservação das instituições de ensino;
Fase 5 - 1999	- Indicativo de renda tendo como base as informações de bens e serviços residenciais do estudante;
Fase 6 - 2001	- Introdução dos conceitos da sociologia da educação e foco na promoção de educação com equidade e eficácia;
Fase 7 - 2003	- Aspectos do perfil do estudante beneficiário do Programa Bolsa Escola, do estudante trabalhador e aspectos no que tange à discriminação racial e social;
Fase 8 - 2005	- Criação da Prova Brasil. Uma avaliação mais detalhada e de amplo resultado para o Brasil perpassando pelos estados e municípios.

Fonte: Adaptação da autora a partir de BONAMINO (2016).

No ciclo de 1995 foram adotadas referências da sociologia da educação, enquanto no quarto período, no ano de 1997, houve o reconhecimento do estabelecimento escolar e sua estrutura como um espaço de oportunidade de aprendizagem.

Na quinta fase, em 1999, houve a inclusão dos indicadores de renda, nesse ano também foi publicado estudo das escolas do país com base nos dados do ano de 1995. Já as características envolvendo o capital cultural, social e motivacional foram inseridas a partir do SAEB de 2001 (INEP, 2018).

Na etapa de 2003 buscou-se entender a relação dos resultados cognitivos dos estudantes com os aspectos dos perfis dos alunos do Programa Bolsa Escola, estudantes trabalhadores e questões sociais e raciais (BONAMINO, 2016).

Os relatórios publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que até o ano de 2003 as diferentes fases do SAEB foram de abordagem sociológica do desempenho escolar.

Em 2005 foi lançada a Prova Brasil, desenvolvida e aplicada pelo INEP com foco no conhecimento da língua portuguesa e matemática; além disso, o aluno responde ainda a um questionário socioeconômico.

Essa avaliação é de caráter censitário e objetiva informações mais detalhadas do desempenho e sistema educacional, seu resultado exprime referências do ensino em todos os municípios e escolas possibilitando o atendimento de demanda de gestores, educadores e pesquisadores (CASTRO, 2009; BONAMINO, 2016; ROCHA; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018).

No ano de 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que traduz os conceitos: o *fluxo escolar* e *médias de desempenho* no SAEB, é um importante indicador e condutor de políticas públicas educacionais.

Em abril de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais lançou o IDEB, indicador sintético que permite definir metas e acompanhar a qualidade do ensino básico no país, fornecendo informações sobre o desempenho de cada uma das escolas brasileiras de educação básica. O IDEB reúne num só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e desempenho dos alunos nas avaliações. Seu cálculo baseia-se nos dados de aprovação escolar, apurados no Censo Escolar, e nas médias de desempenho obtidas nas avaliações nacionais: o Saeb, para as unidades da federação e o país; e a Prova Brasil, para os municípios. O novo indicador considera dois fatores que interferem na qualidade da educação: as taxas de aprovação, aferidas pelo Censo Escolar; e as médias de desempenho medidas pelo Saeb e pela Prova Brasil (CASTRO, 2009, p. 11).

Para essa autora o IDEB se faz relevante ao evitar “[...] o aumento da aprovação sem que os alunos aprendam e evitar que as escolas reprovem em massa, excluindo alunos com desempenho insuficiente e selecionando os melhores para elevar as notas na prova” (IBIDEM, 2009, p. 12).

O SAEB é regularmente aplicado a cada dois anos, trata-se de uma avaliação em larga escala de desempenho acadêmico e dos fatores relacionados ao rendimento escolar do Brasil. No campo desta pesquisa os resultados do SAEB são provedores

de “[...] ações voltadas para a correção das distorções e debilidades identificadas, de modo a orientar seu apoio técnico e financeiro para o crescimento das oportunidades educacionais, da eficiência e da qualidade do sistema educacional brasileiro, em seus diferentes níveis” (CASTRO, 2009, p. 8).

Faz parte do escopo de definição dessas ações a voz das Secretarias Municipais de Educação e “[...] pode-se afirmar que as avaliações em larga escala parecem cada vez mais legitimadas no âmbito das gestões municipais” (BAUER *et al.*, 2015, p. 340).

A partir de 2007 o SAEB e a Prova Brasil enquanto avaliações complementares são operacionalizadas de forma conjunta devido ter o mesmo tipo de metodologia (CASTRO, 2009). Ainda em 2007, os questionários dos diretores e professores também abrangeram questões socioeconômicas, além de informações sobre infraestrutura e material escolar (ROCHA; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018).

A estabilização de questionários contextuais possibilita a análise de dados ao longo do tempo, fazendo “[...] avançar o compromisso original da avaliação em larga escala com a produção de evidências sobre a relação entre fatores sociais, escolares e desempenho” (BONAMINO, 2016, p. 124).

O questionário do secretário municipal de educação foi inserido no SAEB de 2019, ou seja, esta pesquisa acadêmica trata da primeira versão (INEP, 2019) aplicada do questionário dessa função.

De acordo com Bauer *et al.*, 2015, é sabido que “as contribuições trazidas para discussão, relativas a contextos municipais, permitem evidenciar que a avaliação em larga escala vem se consolidando como instrumento de gestão educacional nas municipalidades” (p. 349). Assim, a participação da Secretaria Municipal de Educação no sistema de avaliação nacional se faz importante no âmbito educacional.

A escala de proficiência da Prova Brasil é destrinchada em níveis de 0 a 10, sendo que a descrição de cada nível conforme vai sendo elevada deve considerar a descritiva dos níveis anteriores como somatização de descrição do nível, exceto o nível 0, o qual não possui descrição representativa de avaliação.

Os Quadros 6 e 7 adiante, retratam a escala de pontuação SAEB do ensino fundamental I e II nos anos finais por meio das disciplinas de língua portuguesa e matemática da educação básica.



**Quadro 6 – Escala de proficiência SAEB – Língua Portuguesa**

Nível	Pontuação 5º Ano	Síntese descritiva 5º Ano	Pontuação 9º Ano	Síntese descritiva 9º Ano
Nível 0	> que 125	- Não há itens de avaliação;	****	*****
Nível 1	≥ 125 e < que 150	- Identificação de informações visíveis em pequenos textos narrativos, e relação entre as partes;	≥ 200 e < que 225	- Reconhecimento de expressões características da linguagem (jornalística, científica e etc.);
Nível 2	≥ 150 e < que 175	- Identificação de informações explícitas em contos. Personagem e assunto principal em reportagens e fábulas, além de interpretação de linguagens em tirinhas;	≥ 225 e < que 250	- Localização de informações visíveis em fragmentos de crônica e romances. Reconhecimento de causa e consequência em lendas e fábulas. Efeito de sentido de repetição de expressões;
Nível 3	≥ 175 e < que 200	- Identificação de informações claras em contos, reportagens e propagandas. Reconhecimento de causa e consequência. Sentido de palavra, expressão e assunto em cartas, contos, tirinhas e quadrinhos;	≥ 250 e < que 275	- Reconhecimento de tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas. Comparação de textos de gêneros diferentes com o mesmo tema. Interpretação do sentido de conjunções, de advérbios e elementos verbais ou não-verbais;
Nível 4	≥ 200 e < que 225	- Identificação de informações em sinopses ou receitas. Reconhecimento de personagem e assunto em música e em contos. Observação efeito de humor em piadas, tirinhas e quadrinhos;	≥ 275 e < que 300	- Reconhecimento do sentido de expressão e de variantes linguísticas. Identificação de informações em fragmentos de romances. Efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso em humor ou ironia;
Nível 5	≥ 225 e < que 250	- Identificação de opinião e assuntos em reportagens e contos. Diferenciação entre opinião e fato. Interpretação de efeito de humor e sentido de palavras de piadas;	≥ 300 e < que 325	- Reconhecimento de elementos de narrativa, argumentos e opiniões em notícias, artigos e romances;
Nível 6	≥ 250 e < que 275	- Identificação de informação e opinião em reportagens, fábulas, contos e crônicas. Relação de causa, consequência e relação entre pronomes;	≥ 325 e < que 350	- Reconhecimento de efeito decorrente de figuras de linguagem e de recursos gráficos em poemas e romances. Relação de causa e consequência em contos;
Nível 7	≥ 275 e < que 300	- Reconhecimento de gênero textual. Identificação de efeito de sinais gráficos;	≥ 350 e < que 375	- Identificação de variantes linguísticas. Reconhecimento de conjunções;
Nível 8	≥ 300 e < que 325	- Reconhecimento de locução adverbial e elementos de narrativa. Identificação de assunto comum entre textos de gêneros diferentes;	≤ 375	- Diferenciação de fatos e opiniões em artigos e notícias. Localização de ideia em manuais, artigos, teses e reportagens.
Nível 9	≤ 325	- Identificação de opinião em fábulas e reconhecimento de advérbios em cartas.	****	*****

Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2020).

**Quadro 7 – Escala de proficiência SAEB – Matemática**

Nível	Pontuação 5º Ano	Síntese descritiva 5º Ano	Pontuação 9º Ano	Síntese descritiva 9º Ano
Nível 0	> que 125	- Nesse nível não há itens de avaliação;	****	*****
Nível 1	≥ 125 e < que 150	- Determinação de área de figuras;	≥ 200 e < que 225	- Interpretação de dados em tabela e gráfico. Reconhecimento de números racionais em forma decimal;
Nível 2	≥ 150 e < que 175	- Resolução de problemas cotidianos envolvendo dinheiro. Localização de elemento em tabelas ou gráficos;	≥ 225 e < que 250	- Associação de dados apresentados em gráfico de colunas em uma tabela;
Nível 3	≥ 175 e < que 200	- Reconhecimento de polígonos, ângulos e de gráfico de duas colunas. Associação de figuras geométricas elementares;	≥ 250 e < que 275	- Resolução de problemas envolvendo grandezas representadas por números inteiros;
Nível 4	≥ 200 e < que 225	- Reconhecimento de retângulo e planificação de pirâmide. Conversão de horas em minutos e semana em dias. Interpretação de horas em relógio de ponteiro;	≥ 275 e < que 300	- Interpretação do movimento de um objeto utilizando referenciais diferentes. Localização de números inteiros negativos na reta numérica;
Nível 5	≥ 225 e < que 250	- Reconhecimento de planificação de cubo. Conversão de quantia dada em moedas. Resolução de problemas monetários;	≥ 300 e < que 325	- Determinação de volume por meio da contagem de blocos. Localização de dois ou mais pontos em um sistema de coordenadas;
Nível 6	≥ 250 e < que 275	- Reconhecimento de medida de área. Determinação de porcentagem simples;	≥ 325 e < que 350	- Reconhecimento da medida de ângulo determinado entre deslocamentos e relação entre medidas de raio e diâmetro de circunferências;
Nível 7	≥ 275 e < que 300	- Determinação de perímetro de retângulo. Conversão de medidas em toneladas para quilogramas e litro para mililitro. Interpretação de dados em gráficos de setores;	≥ 350 e < que 375	- Reconhecimento dos ângulos agudos, retos ou obtusos. Resolução de problemas utilizando a Teoria de Pitágoras. Determinação de média aritmética de um conjunto de valores;
Nível 8	≥ 300 e < que 325	- Reconhecimento de linhas paralelas (exemplo: mapa) e formas esféricas. Estimativa de altura;	≥ 375 e < que 400	- Resolução de problemas envolvendo grandezas inversamente proporcionais;
Nível 9	≥ 325 e < que 350	Reconhecimento cilíndrico. Identificação de gráfico em sequência de valores ao longo do tempo;	≤ 400	- Reconhecimento de expressão algébrica nas regularidades de uma sequência de números ou figuras.
Nível 10	≤ 350	- Reconhecimento de quadriláteros. Conversão de medida de comprimento em decímetros, centímetros e milímetros.	****	*****

Fonte: Adaptação da autora a partir de INEP (2020).

Composta por duas competências, a Prova Brasil tem como disciplinas de avaliação, a matemática, que está associada as habilidades de competência em resolver problemas matemáticos, e a disciplina de português para testar as habilidades em leitura e interpretação de textos (INEP, 2019).

Compreender os sistemas de educação de forma ampla requer minuciosas especificidades que devem ser reconhecidas pelos profissionais gestores. Castro (2009) enfatiza que “[...] só é possível obter uma visão geral do desempenho dos sistemas educacionais mediante uma avaliação externa em larga escala” (p. 6).

Com isso, o instrumento avaliativo é um meio de apoio na formulação e monitoramento de políticas públicas, pois o SAEB produz um tipo estatístico de organização que oportunamente é utilizado pela gestão educacional na regulamentação e implementação de dispositivos legais com foco na qualidade e equidade do ensino, o que inclui a figura do secretário municipal de educação como participante ativo.

Quanto a relevância da Prova Brasil, ela se dá pela oferta consistente enquanto diagnóstico para as escolas do país sobre o desempenho dos estudantes pela mesma métrica do SAEB, sendo que “na Prova Brasil, a escala SAEB é utilizada para situar o aprendizado nas competências de leitura e interpretação e na resolução de problemas matemáticos” (EDUACADEMIA, 2022, online).

A intenção avaliativa por meio da Prova Brasil busca examinar o aprendizado do estudante durante a trajetória escolar, sendo importante a identificação de habilidades do aluno em anos anteriores e posteriores ao que ele está matriculado.

O resultado da Prova Brasil é utilizado na base de cálculo do IDEB juntamente com as taxas de rendimento escolar e as informações do censo escolar (INEP, 2020; EDUACADEMIA, 2022).

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, compete a esse órgão central o auxílio ao INEP na articulação junto às escolas avaliadas na rede de ensino. Assim, na aplicação dos testes e dos questionários espera-se dos gestores e dos secretários de educação o comprometimento na implementação da Lei nº 13.005/2014 que prevê em seu Artigo 11º que por meio do SAEB sejam construídas informações para orientação das políticas públicas educacionais (INEP, 2020), consolidando, assim, o Plano Nacional de Educação.

Em suma, um sistema nacional de avaliação em larga escala pode prover informações estratégicas para aprofundar o debate sobre a situação educacional de um país e mostrar o que os alunos estão aprendendo, ou o que deveriam ter aprendido, em relação aos conteúdos e habilidades básicas estabelecidos no currículo (CASTRO, 2009, p. 7).

Contudo, apesar de ser relevante a função do SAEB para o campo da educação e suas regulamentações, essa avaliação sistematizada não deve ser fonte única de busca pela efetivação e acompanhamento evolutivo da qualidade do ensino.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

O método é um ponto essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa, pois trata da organização sistemática que o estudo irá discorrer. Segundo Severino (2013), o método científico é próprio da ciência e representa uma sequência de técnicas de operação e lógicas procedimentais, o autor ressalta ainda que a “observação dos fatos” é a atividade inicial do cientista seguido de um olhar problematizador. Por conseguinte,

Toda investigação nasce de algum problema observado ou sentido, de tal modo que não pode prosseguir a menos que se faça uma seleção da matéria a ser tratada. Essa seleção requer alguma hipótese ou pressuposição que vai orientar e, ao mesmo tempo, delimitar o assunto a ser investigado. Daí o conjunto de processos ou etapas de que se serve o método científico [...] (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 29).

Para esses autores, de forma geral, o método científico apresenta o delineamento dos procedimentos aplicados na investigação para obtenção de um resultado cientificamente verdadeiro (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Diante do exposto, este estudo traz ampla abordagem do conceito de “gestão educacional”, portanto, esta seção irá tratar da organização sistematizada da pesquisa, apresentando por meio de subcapítulos, a tipologia do estudo, referências, preparo da coleta de dados, e as variáveis que compreendem a proposta de análise.

#### 3.1 Abordagem de pesquisa

No campo da educação é sabido que os estudos qualitativos são de notória prevalência, contudo, os métodos quantitativos podem contribuir na compreensão de diferentes problemas educacionais quando traduzidos em números. De acordo com Gatti (2004), apesar de serem poucas as pesquisas que empregam essa metodologia, há contextos que precisam de dados quantitativos para obtenção de soluções qualitativas.

Ainda segundo a autora, a pesquisa quantitativa é encontrada “[...] especialmente nos estudos de rendimento escolar em nível de sistemas ou

subsistemas [...]” (GATTI, 2004, p. 24), contribuindo inclusive para potencializar os planejamentos da gestão de educação.

Na educação, o estudo quantitativo se enquadra como uma possibilidade de análise de forma objetiva por meio de processamentos estatísticos, plausível de uso de recursos tecnológicos que visam auxiliar o pesquisador desde a coleta e análise de dados até a apresentação dos resultados da pesquisa (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2018).

Através da pesquisa quantitativa é possível imprimir dados de forma organizada proporcionando informações consistentes para eventualmente subsidiar ações que visam a qualidade da educação.

De forma sucinta, os estudos quantitativos “preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz” (PITANGA, 2020, p. 193).

Sendo esta pesquisa enquadrada no campo dos estudos da avaliação educacional, é oportuno destacar que o estudo discorre por meio de abordagem quantitativa e por meio de dados secundários que não passaram por qualquer tipo de tratamento analítico anteriormente. Ainda que

[...] na área educacional, operam majoritariamente em metodologias qualitativas, havendo pouca incidência de pesquisas quantitativas. O que se mostra como uma manifestação coerente, tendo em vista os referenciais teóricos comuns à área. Contudo, utilizar pesquisas em larga escala contribui para uma visão mais panorâmica das questões. Como seria possível avaliar analfabetismo, perfis de estudantes ou professores, diferenças regionais etc. sem instrumentos de cunho quantitativo que permitissem construir e sintetizar os dados de forma a torna-los operáveis (PEREIRA; ORTIGÃO, 2016, p. 66).

Portanto, é preciso dispensar a resistência existente no campo da educação quanto aos estudos quantitativos, tendo em vista que tal abordagem possibilita a coleta de dados com representatividade nacional, como é o caso deste estudo.

Além disso, as pesquisas quantitativas na educação são proporcionalmente menores do que as qualitativas, não necessariamente por falta de interesse dos pesquisadores, podendo, sim, estar o fato relacionado a falta de conhecimento ou insegurança em como desenvolver os estudos nesse âmbito.

Sobre a tipologia desta pesquisa, ressalta-se que é de ordem descritiva quanto aos objetivos, pois de acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas são,

juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações educacionais [...]”.

O intuito é “[...] descrever, metodologicamente, cada um dos passos dados na realização da pesquisa e na aplicação das técnicas de pesquisa” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32) para que o que foi observado, ou investigado, se torne compreensível.

Destarte, a figura do secretário municipal de educação compõe os critérios necessários para tal desenvolvimento, assim como a análise dos dados secundários, já que a pesquisa descritiva

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados [...] (GIL, 2002, p. 42).

Especialmente a pesquisa descritiva “[...] deve ser bem planejada se quiser oferecer resultados úteis e fidedignos” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 50), pois a coleta de dados por si só não é suficiente para trazer soluções ou respostas ao que está sendo investigado, “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (IBIDEM, 2007, p. 61), favorecendo de forma mais completa quanto ao que está sendo analisado.

### **3.2 Universo da pesquisa**

Em amplo contexto este estudo refere-se ao campo da gestão educacional e o desempenho estudantil, a amostragem se trata de coleta de dados por meio de microdados do ano de 2019 de fontes oficiais que não passaram por qualquer tipo de tratamento analítico, disponibilizados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Para a análise das questões de gestão da educação foi utilizado o questionário do secretário municipal de educação, que obteve 5.412 respostas abrangendo os vinte

e seis estados e do Distrito Federal. Já as informações para análise do desempenho dos estudantes advêm das notas registradas por meio da Prova Brasil.

O estudo proposto abrange escolas públicas em anos finais do ensino fundamental nas redes municipais e estaduais do país.

Em 2019 cerca de 11,9 milhões de alunos estavam matriculados nos anos finais do ensino fundamental, sendo 42,9% na rede municipal e 41,6% na rede estadual (INEP, 2019).

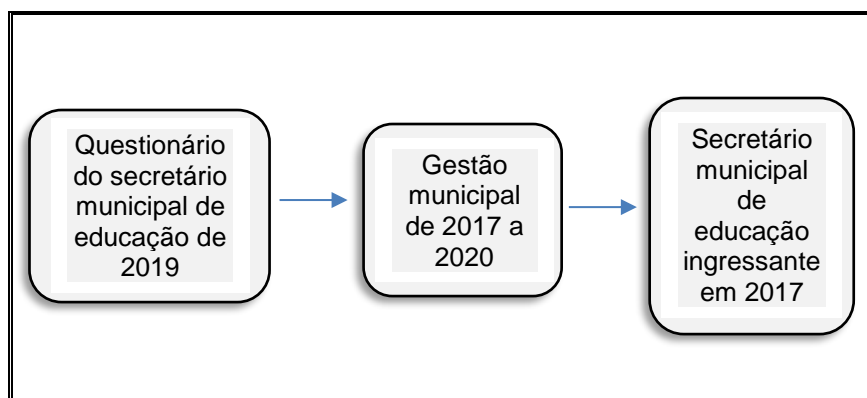
### 3.3 Coleta de dados, critérios e período de referência

Para as informações sobre as avaliações de desempenho dos estudantes, o presente estudo utilizou os microdados das notas obtidas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil de 2017 e 2019.

Para as questões de gestão educacional, mais especificadamente sobre a influência de Secretarias Municipais de Educação, foi considerada a primeira versão do questionário do secretário municipal de educação, sendo que a aplicação desse questionário foi inserida na estruturação do SAEB a partir de 2019.

Em geral, sabe-se que a troca de gestão do secretário municipal de educação acontece no início do mandato do prefeito, portanto, esta pesquisa delimitou-se aos secretários que ingressaram no cargo no ano de 2017, sendo esses profissionais, ao menos em tese, responsáveis pela gestão da educação municipal no período compreendido entre 2017 e 2020.

**Figura 4 – Fluxograma de referência do secretário**



Fonte: Elaboração da autora.



### 3.4 Método de análise de dados

Para atender aos objetivos mencionados, propôs-se a aplicação de estatísticas descritivas e a aplicação da técnica estatística cognominada Regressão Logística Binária (*Logistic Regression Analysis*), sendo essa uma técnica complexa. Conforme Prearo (2008, p. 36) “sobre o objetivo de aplicação da técnica de análise de regressão, em função e inúmeros objetivos ‘secundários’ possíveis, faz-se necessário sublinhar que o objetivo mais geral dessa técnica é a avaliação do relacionamento entre variáveis”.

A Regressão Logística Binária é uma das técnicas estatísticas de análise multivariada que possibilita o processamento de diferentes variáveis ao mesmo tempo, permitindo que o material seja potencializado para o desenvolvimento da análise dos dados (LOURENÇO; MATIAS, 2001 *apud* PREARO, 2008).

Devido à sofisticação tecnológica as ferramentas estatísticas se tornaram fortes aliadas da análise multivariada, que por sua vez permite analisar dados quantitativos entre diversas variáveis ainda que relativamente complexas. Foi utilizado na análise estatística do estudo o *software* IBM SPSS<sup>2</sup> *Statistics* 23.

Considerando a complexidade das variáveis para uso da técnica estatística escolhida, optou-se pela aplicação do método *Stepwise* como ferramenta de estimação. Tal método “[...] é um processo relativamente simples e com baixo custo computacional agilizando assim, a seleção de variáveis” (ALVES; LOTUFO; LOPES, 2013, p. 5).

Abbad e Torres (2002) apresentam o método *Stepwise* da seguinte forma: “*forward* - quando a equação começa vazia e cada preditor entra, um por um, na equação e *backward* - quando todos os preditores são incluídos de uma só vez na equação, e depois são retirados, um a um, até que se identifiquem os melhores preditores” (p. 23).

Portanto, o método *Stepwise* possibilita sistematicamente a identificação das variáveis mais significativas, bem como proporciona a remoção das variáveis menos significativas em cada passo do tratamento dos dados. Assim, por meio desse método é possível encontrar o conjunto de variáveis que podem ser definidas como preditivas.

---

<sup>2</sup> *Statistical Package for the Social Sciences* é um conjunto robusto de recursos que permite que sua organização extraia rapidamente *insights* a partir de seus dados.

Dentre as técnicas de análise multivariada está a Análise de Regressão e análise de Regressão Logística que segundo Johnson e Wichern, 1998, *apud* Prearo, 2011, tem como classificação *a investigação da dependência entre as variáveis, e objetivar predição*, a qual o valor de uma ou mais variáveis advém da observação de outras variáveis.

**Quadro 8 – Análise multivariada**

Síntese	Autor
- A análise multivariada permite estudar e evidenciar as ligações, as semelhanças e as diferenças existentes entre todas as variáveis envolvidas no processo;	Bouroche; Saporta <i>apud</i> Trivelloni; Hochheim (1998)
- A necessidade de entender a relação entre diversas variáveis aleatórias faz da análise multivariada uma metodologia com grande potencial de uso;	Steiner (1995)
- Apesar de uma razoável complexidade teórica, fundamentada na matemática, as técnicas multivariadas, por permitirem o tratamento de diversas variáveis ao mesmo tempo, podem oferecer ao pesquisador um material bastante robusto para a análise dos dados da pesquisa;	Lourenço e Matias <i>apud</i> Prearo <i>et al.</i> (2011)
- A análise multivariada auxilia na formulação específica e precisa de questões relativamente complexas, possibilitando a condução de pesquisas teoricamente significativas.	Hair Jr. <i>et al.</i> (2005)

Fonte: Adaptação da autora a partir de PREARO *et al.* (2011).

Após alinhamento entre o problema de pesquisa e a técnica de análise foram constituídos os grupos classificatórios, sendo denominados no presente estudo da seguinte forma: *variáveis independentes e variável de desempenho*.

Os microdados do SAEB utilizados foram operacionalizados por meio de variáveis independentes (de explicação) e variável dependente (de desempenho).

### 3.5 Das variáveis independentes

As variáveis independentes que vão explicar o desempenho dos estudantes estão divididas em dois grupos, a saber: *o perfil do secretário municipal de educação* (Grupo 1) e *o perfil da Secretaria Municipal de Educação* enquanto estrutura (Grupo 2).

Para organizar o processo de operacionalização foram utilizados os microdados do questionário do secretário municipal de educação do SAEB 2019,

sendo que para o Grupo 1 foram utilizadas as variáveis que tratam das informações pessoais e experiência profissional do secretário, e para o Grupo 2 as que tratam da organização e planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

A seguir, nos Quadros 9, 10, 11, 12, 13 e 14, serão descritas as variáveis originais utilizadas e as informações de operacionalização organizadas em Blocos e nos Grupos já descritos.

### Quadro 9 – Dados: informações pessoais e experiência profissional

Grupo	Descrição da variável originária	Operacionalização
Grupo 1	Q001 Qual é o seu sexo? A - Masculino B - Feminino	0 - Masculino 1 - Feminino
	Q002 Qual é a sua idade?	Variável numeral
	Q003 Qual é a sua cor ou raça? A - Branca B - Preta C - Parda D - Amarela E - Indígena	0 - Branca 1 - Preta 2 - Parda 3 - Amarela 4 - Indígena
	Q004 Qual é o seu mais alto nível de escolaridade concluído? B - Ensino Médio C - Graduação D - Especialização E - Mestrado F - Doutorado	0 - Ensino Médio 1 - Graduação 2 - Especialização 3 - Mestrado 4 - Doutorado
	Q005 Esta formação é relacionada ao campo educacional? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q004 for igual a "C", "D", "E" ou "F"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q006 Além de Secretário(a) da Educação, você exerceu alguma outra função na área de educação? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q007 Indique as funções que exerceu: Professor (a) da Educação Básica (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q008 Indique as funções que exerceu: Professor (a) da Educação Superior (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q009 Indique as funções que exerceu: Membro de equipe pedagógica da escola (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q010 Indique as funções que exerceu: Diretor (a) de escola (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q011 Indique as funções que exerceu: Equipe técnica da Secretaria de Educação (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

	Q012 Indique as funções que exerceu: Secretário(a) de Educação em outra rede (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q006 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q014 Qual o seu tempo total de experiência, em anos, na área de educação?	Variável numeral
	Q015 Qual o seu tempo de experiência como Secretário(a) de Educação?	Variável numeral
	Q018 Além de atividades na área da educação, você exerce outra atividade profissional? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Fonte: Elaboração da autora.

### Quadro 10 – Dados: organização e planejamento

Grupo	Descrição da variável originária	Operacionalização
	Q019 Sobre a organização e planejamento da educação, o município possui: Sistema Municipal de Ensino? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q020 Sobre a organização e planejamento da educação, o município possui: Plano Municipal de Educação? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q021 Sobre a organização e planejamento da educação, o município possui: Fórum Permanente de Educação? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q025 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Aperfeiçoamento de pessoal docente e demais profissionais. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q026 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Aquisição e manutenção de equipamentos. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q027 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Compra de material didático. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q028 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Concessão de bolsas de estudo para estudantes. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q029 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Construção de escolas. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q030 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Manutenção e conservação das escolas. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q031 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Merenda escolar. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Grupo 2	Q032 Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Remuneração de pessoal docente e demais profissionais. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Q033	Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar: Transporte escolar. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q035	A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com: Serviços de saúde. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q036	A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com: Serviços de assistência social. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q037	A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com: Serviços de segurança pública. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q038	A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com: Ministério Público. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q040	Há alguma legislação que regulamente a nomeação dos diretores das escolas? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q041	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Livre indicação pelos poderes públicos. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q042	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Prova de conhecimentos. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q043	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Tempo de serviço. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q044	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Titulação acadêmica. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q045	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Experiência em gestão. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q046	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Curso de formação para gestores escolares. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q047	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Listas de candidatas. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q048	Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas? Consulta pública/eleição. A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q049	As escolas do município adotam um sistema apostilado? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q050	O Ensino Fundamental é oferecido em ciclos? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 11 – Dados: conselhos de gestão**

<b>Grupo</b>	<b>Descrição da variável originária</b>	<b>Operacionalização</b>
Grupo 2	Q051 O município possui Conselho Municipal de Educação? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q052 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Consultiva (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q053 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Normativa (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q054 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Deliberativa (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q055 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Fiscalizadora (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q056 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Propositiva (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q057 Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação: Mobilizadora (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q073 O Secretário de Educação é o presidente do Conselho de Educação? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q074 Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho de Educação neste ano?	Variável numeral
	Q094 Neste ano foi realizada capacitação para os Conselheiros de Educação? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q051 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q095 Há Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb? CACS no seu município? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q096 Neste ano foi realizada capacitação para os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q095 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q106 Há no seu município Conselho de Alimentação Escolar? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q117 Desde 2014, o município realizou alguma Conferência Municipal de Educação preparatória para a Conferência Nacional de Educação (Conae)? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não	

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 12 – Dados: ensino fundamental**

Grupo	Descrição da variável originária	Operacionalização
Grupo 2	Q146 A Secretaria possui escolas de Ensino Fundamental? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q147 Com relação ao Ensino Fundamental, a Secretaria possui: Cálculo da demanda por vagas? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q146 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q148 Com relação ao Ensino Fundamental, a Secretaria possui: Programa de formação de professores? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q146 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q149 Com relação ao Ensino Fundamental, a Secretaria possui: Busca ativa de crianças e jovens? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q146 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q150 Com relação ao Ensino Fundamental, a Secretaria possui: Currículo Municipal? (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q146 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 13 – Dados: avaliação**

Grupo	Descrição da variável originária	Operacionalização
Grupo 2	Q156 A Secretaria utiliza os resultados do IDEB? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q157 De que forma os resultados são utilizados? Planejamento das ações educacionais (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q158 De que forma os resultados são utilizados? Promoção de debates sobre a educação (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q159 De que forma os resultados são utilizados? Divulgação de informações para a sociedade (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q160 De que forma os resultados são utilizados? Subsídios para a formação continuada de professores (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q161 De que forma os resultados são utilizados? Implantação de políticas para redução da repetência (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q162 De que forma os resultados são utilizados? Revisão ou criação de orientações curriculares (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q163 De que forma os resultados são utilizados? Subsídios para a avaliação de programas ou projetos da Secretaria de Educação	

(Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q164 De que forma os resultados são utilizados? Produção de materiais didáticos e pedagógicos (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q165 De que forma os resultados são utilizados? Recompensa para escolas com melhores resultados (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q166 De que forma os resultados são utilizados? Auxílio para unidades escolares com resultados inferiores (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q167 De que forma os resultados são utilizados? Subsídios para pagamento de bonificação para professores (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q168 De que forma os resultados são utilizados? Estabelecimento de metas de desempenho nos testes de proficiência (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q169 De que forma os resultados são utilizados? Monitoramento das escolas (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q170 De que forma os resultados são utilizados? Criação de critérios para remanejamento de diretores (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q171 De que forma os resultados são utilizados? Outros (Regra de Dependência: somente será preenchida caso Q156 seja igual a "A"). A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q172 A Secretaria orienta as escolas a prepararem seus alunos para as avaliações externas? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
Q173 A Secretaria Municipal realiza avaliação externa das escolas, além daquelas promovidas pelos governos estadual ou federal? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Fonte: Elaboração da autora.



**Quadro 14 – Dados: plano de carreira**

Grupo	Descrição da variável originária	Operacionalização
Grupo 2	Q188 Indique quais profissionais vinculados à sua Secretaria possuem plano de carreira: Professores(as) do Ensino Fundamental. preparatória para a Conferência Nacional de Educação (Conae)? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não
	Q195 O plano de carreira prevê o limite máximo de 2/3 da jornada do(a) professor(a) em sala de aula? A - Sim B - Não	1 - Sim 0 - Não

Fonte: Elaboração da autora.

### 3.6 Da variável de desempenho

Para operacionalizar a variável relacionada ao desempenho estudantil foram selecionadas as variáveis referentes às notas das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática dos anos finais do ensino fundamental I e II obtidas como resultado da Prova Brasil de 2017 e 2019.

A partir dessas notas, foi criada uma variável única de avaliação para cada secretaria fazendo a média entre as disciplinas de português e matemática, sendo uma variável única para o ano de 2017 e outra variável única para o ano de 2019, em cada etapa.

Na sequência foi criada a variável que corresponde à diferença percentual de avanço ou recuo da nota obtida no ano de 2019 com relação a nota obtida em 2017.

Em seguida, depois da variável ordenada em ordem crescente, foi eliminado cerca de 25% de dados intermediários. Assim, o banco final ficou com um total de 75% de dados, sendo 37,5% relacionado ao menor crescimento (queda da nota) e 37,5% ao maior crescimento, entre os percentuais de maior crescimento e recuo, identificou-se os intermediários, sendo esses excluídos da pesquisa.

Após essa organização, foi criada a variável dicotômica, com o código 1 para os maiores avanços e 0 para os menores avanços.

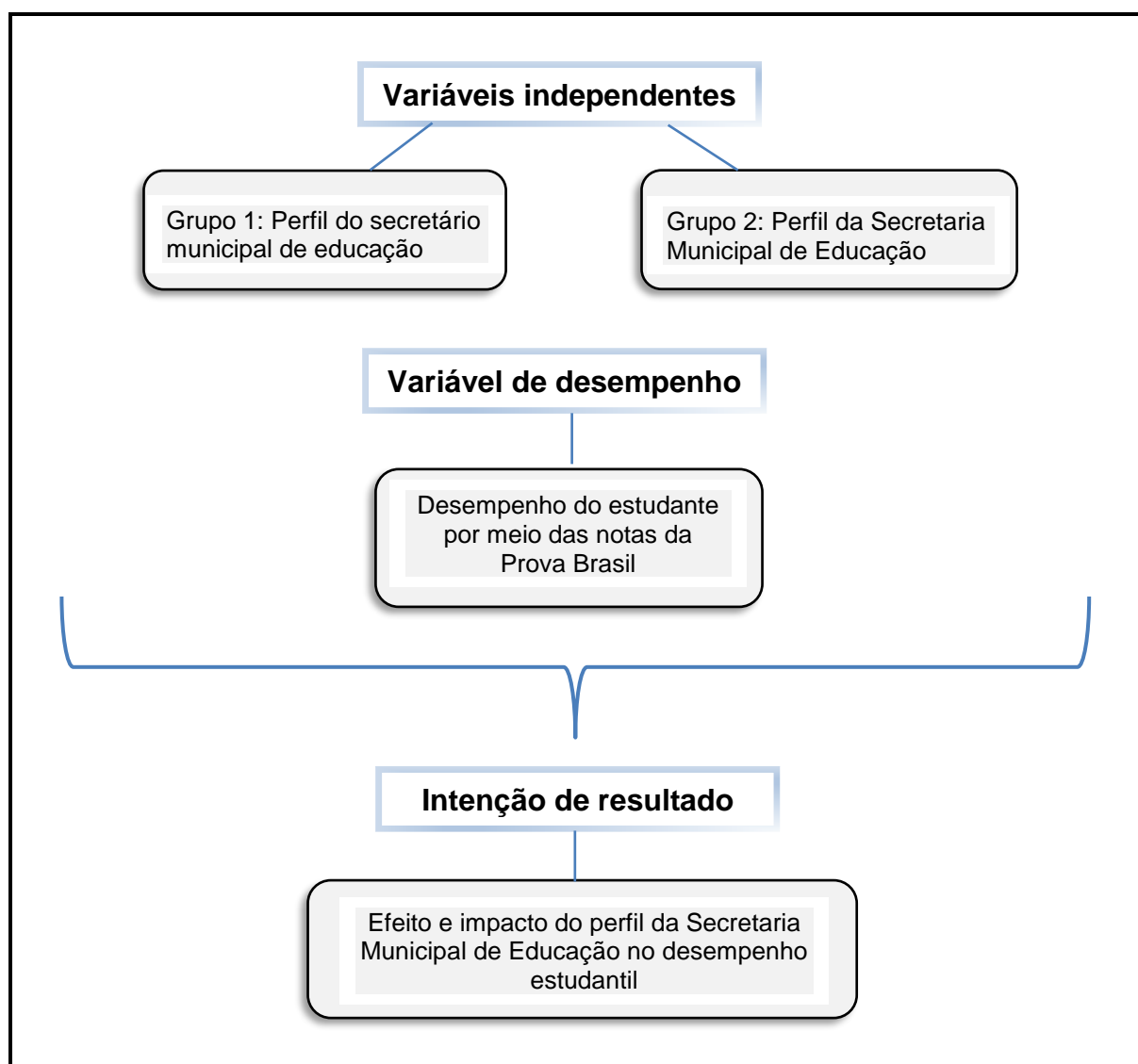
Cabe ressaltar que são dois modelos de avaliação, já que o percurso foi construído com as notas dos alunos dos anos finais do ensino fundamental I e II, que se refere ao 5º ano e 9º ano do ensino básico.

Os casos intermediários foram eliminados, pois não eram interessantes para esta pesquisa, já que este estudo tem como objetivo explicar as interferências que

posicionam as Secretarias Municipais de Educação que estão acima da média em relação ao que as faz estar abaixo, necessitando então do registro de um modelo apenas com pontos extremos, ou seja, as “melhores” e as “piores” secretarias.

A Figura 5 reflete o percurso das variáveis para obtenção dos resultados da pesquisa:

**Figura 5 – Estruturação das variáveis**



Fonte: Elaboração da autora.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção discorrerá sobre a apresentação de dados e a discussão dos resultados conforme os objetivos propostos na presente pesquisa.

A discussão procederá estruturada em duas partes. A primeira apresenta o tratamento das variáveis, bem como a caracterização do secretário municipal de educação e da Secretaria Municipal de Educação.

A segunda parte apresenta as discussões e o resultado do modelo de Regressão Logística Binária.

### 4.1 Tamanho final da amostra

Conforme já descrito nesta pesquisa, a coleta de dados se deu por meio de microdados disponibilizados pelo SAEB de 2019, o qual obteve a participação de um total de 5.412 cidades do país.

Para definir o tamanho final da amostra optou-se por analisar os dados de Secretarias Municipais de Educação que contemplam escolas do ensino fundamental I e II, chegando a um total de 5.360 secretarias.

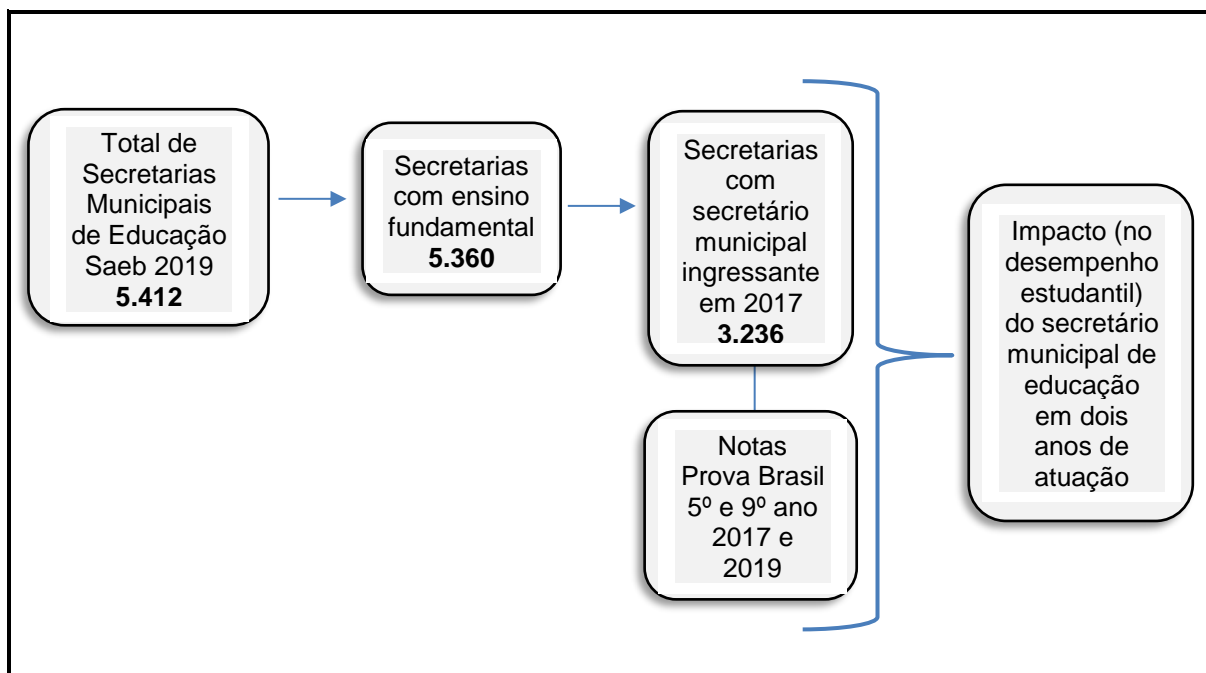
Desse total, foram selecionadas apenas as que têm como gestor educacional, o secretário municipal de educação com ingresso na gestão em 2017, reduzindo assim o número para 3.236 secretarias de amostra final.

Sendo o foco desta pesquisa municipal e para delimitar este estudo sob o efeito de tratamento dos dados, foi excluído o ensino médio, pois esse tipo de ensino majoritariamente está vinculado aos órgãos estaduais.

Quanto as notas de Língua Portuguesa e Matemática que compõem a variável de desempenho, foram consideradas as notas de 2017 e 2019 dos 5º e 9º anos do ensino fundamental.

A Figura 6, a seguir, sintetiza as informações do fluxo de extração descrito acima.

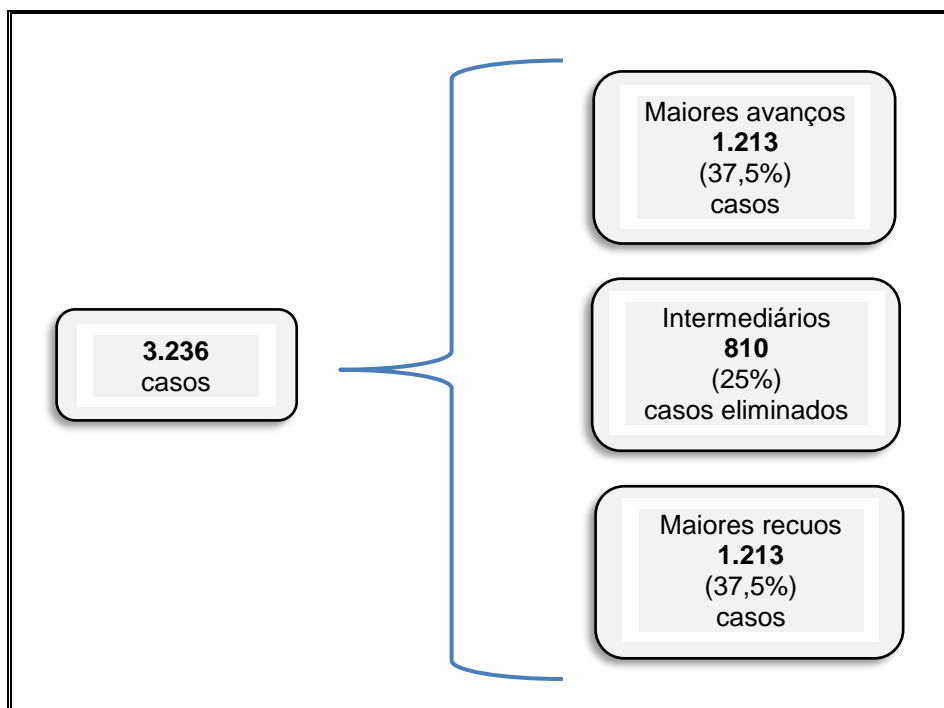
**Figura 6 – Fluxograma de extração da amostra**



Fonte: Elaboração da autora.

Cabe destacar que foi verificado o quanto, percentualmente, as notas avançaram ou recuaram de 2017 para 2019, pois 2017 foi o ano de início da gestão atuante em 2019.

**Figura 7 – Fluxograma de amostra final**



Fonte: Elaboração da autora.

## **4.2 Caracterização da Secretaria Municipal de Educação**

O impacto na qualidade educacional pode ser maior ou menor dependendo de diversos fatores. Desse modo, nesta subseção serão destrinchados o perfil do secretário municipal, bem como o da Secretaria Municipal de Educação e sua organização.

### **4.2.1 Perfil do secretário municipal de educação**

Analisando as respostas dos secretários municipais de educação ao Questionário da Prova Brasil de 2019, pode-se chegar ao perfil pessoal do ocupante desse cargo de gestão educacional por meio das características de sexo, idade, raça e escolaridade dos profissionais.

Partindo do pressuposto de que o gestor responsável por uma Secretaria Municipal de Educação tem papel fundamental de atuação, identificar o perfil desse dirigente municipal se faz importante para compreender esse órgão central como um todo.

Posto isso, foi constatado nos resultados que os profissionais que atuam nas Secretarias Municipais de Educação do país majoritariamente são do sexo feminino, pois em todas as regiões brasileiras as mulheres estão à frente desse órgão central.

Em estudo realizado por meio dos microdados do SAEB de 2007 a 2015, as autoras Oliveira e Giordano (2018) identificaram que os cargos de gestão educacional são ocupados por profissionais do sexo feminino, o que vai ao encontro dos resultados da presente pesquisa.

No entanto, o autor Souza (2007) *apud* Bernardes e Guimarães (2019) sinaliza que nos anos finais do ensino básico há crescente participação de homens dirigentes. As autoras afirmam ainda que nas práticas de gestão da educação, as mulheres tendem a desenvolver uma gestão mais participativa do que os homens.

Conforme Tabela 3, com 79,2% a região Sudeste foi identificada com o maior índice percentual de gestores do sexo feminino. Já a região Norte apresenta a menor diferença percentual, sendo 58,3% de mulheres para 41,7% de atuantes do sexo masculino.

**Tabela 3 – Sexo do secretário municipal de educação**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Masculino</b>	26,9%	34,4%	41,7%	20,8%	21,8%	27,5%
<b>Feminino</b>	73,1%	65,6%	58,3%	79,2%	78,2%	72,5%

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto a idade do secretário municipal de educação brasileiro, em todas as regiões a faixa etária de maior percentual está entre os 40 e 49 anos de idade, em seguida está a faixa etária entre 50 e 59 anos de idade; sendo que na região Sudeste a diferença entre essas faixas etárias é mínima, de apenas 0,2%. Ou seja, a média de idade dos secretários municipais nessa região está entre 40 e 59 anos.

No Brasil, a menor representatividade, com apenas 2,2%, é composta por profissionais de até 29 anos de idade. A região Norte possui o menor percentual dessa faixa etária, apenas 0,7% em atividade.

Os dirigentes municipais com 60 anos ou mais de idade totalizaram 11,1% de atuantes no país, em maior proporção na região Sudeste (16,0%) e em menor na região Norte (3,6%).

**Tabela 4 – Idade do secretário municipal de educação**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Até 29 anos</b>	2,8%	3,0%	0,7%	1,8%	2,1%	2,2%
<b>30 a 39 anos</b>	18,1%	23,3%	24,6%	17,1%	19,1%	20,2%
<b>40 a 49 anos</b>	43,5%	41,9%	49,4%	32,7%	35,1%	38,4%
<b>50 a 59 anos</b>	29,4%	22,1%	21,7%	32,5%	32,4%	28,1%
<b>60 anos ou mais</b>	6,3%	9,6%	3,6%	16,0%	11,2%	11,1%

Fonte: Elaboração da autora.

A Tabela 5 apresenta a tipologia de raça do profissional central desta pesquisa, sendo em maior número (58,9%) no Brasil o secretário municipal de raça branca.

Contudo, há duas regiões que possuem maior percentual de pardos na função, a região Norte com 66,3% dos atuantes e o Nordeste com 56,5%.

O menor índice é composto pelos indígenas, no país apenas 0,3% dos dirigentes são dessa raça, sendo que na região Centro-Oeste não há gestor indígena nesse cargo.

**Tabela 5 – Raça do secretário municipal de educação**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Branca</b>	51,7%	35,2%	24,5%	72,4%	90,5%	58,9%
<b>Preta</b>	3,5%	6,7%	6,4%	2,8%	1,4%	4,1%
<b>Parda</b>	42,0%	56,5%	66,3%	23,8%	7,3%	35,6%
<b>Amarela</b>	2,8%	1,2%	1,2%	0,9%	0,7%	1,1%
<b>Indígena</b>	0%	0,4%	1,7%	0,2%	0,1%	0,3%

Fonte: Elaboração da autora.

A maioria dos gestores municipais que atuam nas secretarias do país possuem como nível de escolaridade a especialização (67,4%), o índice percentual é maior na região Sul (73,7%) e menor na região Norte (59,9%).

O Nordeste é a região com maior representatividade de profissionais mestres, 8,5%. Já os dirigentes doutores estão mais presentes no Sudeste, 2,1%.

Os secretários que possuem graduação totalizam 21,6% no país, o menor índice está na região Sul (15,0%), enquanto o maior percentual está na região Norte com 30,2% de dirigentes graduados.

O mesmo não ocorre nos resultados obtidos no estudo de Oliveira e Giordano sobre o perfil do diretor escolar de 2007 a 2015, pois alguns estados “ [...] apresentam taxas inferiores a 60% de diretores pós-graduados, enquanto outros ultrapassam os 90%. Não por acaso, estados do norte e nordeste apresentam taxas inferiores, enquanto os das regiões sul e sudeste apresentam taxas superiores” (2018, p. 69).

Na presente pesquisa os secretários pós-graduados estão com a média percentual equilibrada entre as regiões. A correlação foi levantada devido ambos os profissionais (diretor e secretário) serem gestores educacionais.

**Tabela 6 – Escolaridade do secretário municipal de educação**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Ensino Fundamental</b>	0%	0%	0%	0%	0,3%	0,1%
<b>Ensino Médio</b>	4,8%	2,8%	3,6%	1,7%	3,6%	2,9%
<b>Graduação</b>	18,6%	18,7%	30,2%	28,1%	15,0%	21,6%
<b>Especialização</b>	71,8%	69,0%	59,9%	62,0%	73,7%	67,4%
<b>Mestrado</b>	4,3%	8,5%	5,7%	6,0%	6,3%	6,7%
<b>Doutorado</b>	0,5%	1,0%	0,7%	2,1%	1,0%	1,3%

Fonte: Elaboração da autora.

A LDB 9.394 de 1996 estabelece que o profissional de educação indicado a atuar no planejamento, inspeção, supervisão, orientação e administração dos processos educacionais deve ser um dirigente com formação em nível superior, preferencialmente no curso de pedagogia ou em nível de pós-graduação (BRASIL, 1996) na área de gestão; além disso, espera-se que o ingresso ao cargo seja via concurso público e apreciação de títulos.

Entretanto, Bernardes e Guimarães (2019) enfatizam que as instâncias federativas possuem autonomia para organizar a educação de acordo com seus respectivos Sistemas de Ensino, podendo, assim, definir regras complementares na organização da rede como um todo, inclusive quanto ao perfil dos gestores educacionais.

Nos resultados da presente pesquisa, pôde-se identificar que a maioria dos secretários municipais do país tem formação no campo da educação. Foi observado que todas as regiões registraram índice percentual acima dos 91,0% de gestores formados na área educacional.

**Tabela 7 – Formação no campo educacional**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
92,3%	91,2%	94,1%	94,1%	94,1%	93,0%

Fonte: Elaboração da autora.



Dirigentes municipais que operaram em outras áreas da educação antes do exercício da função atual representam um total de 85,3% no Brasil.

Na região Sudeste, com um índice de 11,9%, está concentrada a menor proporção de secretários não advindos da educação, enquanto no Sul está a maior, 18,6%.

Contudo, em todas as regiões do país a maior parcela dos secretários municipais já exerceram outras funções na área educacional, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 8 – Exercício em outra função na área da educação**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
84,1%	86,0%	84,0%	88,1%	81,4%	85,3%

Fonte: Elaboração da autora.

Bernardes *et al.* (2022) verificou em seu estudo sobre o perfil de secretários estaduais de educação unanimidade quanto a experiência já exercida como gestor em instituições públicas ou privadas, ou seja, o Brasil possui 27 secretários estaduais (entre 2019 e 2021) com experiência prévia em gestão.

Neste estudo, dentre as funções exercidas por esse profissional de educação em âmbito municipal, a maior quantidade (73,9%) esteve em exercício como professor de educação básica em todas as regiões do Brasil. Em seguida estão os secretários municipais que já foram diretores escolares, esses são 37,8%.

Em terceiro lugar, estão aqueles que já estiveram em exercício como membro de equipe pedagógica de escola (30,1%). Contudo, na região Nordeste os gestores municipais que fizeram parte de equipe técnica de Secretaria de Educação é que ocupam essa posição, com 30,8%.

De acordo com a Tabela 9, os secretários municipais de educação que já exerceram as funções de professor de educação superior ou foram secretários de educação em outra rede, têm representatividade máxima de 11,2% na região Nordeste e mínima de 3,1% na região Sul.

**Tabela 9 – Funções executadas na área da educação**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Professor de educação básica</b>	72,9%	76,8%	72,8%	77,3%	71,1%	73,9%
<b>Professor de educação superior</b>	9,5%	11,2%	8,9%	10,6%	6,3%	9,1%
<b>Membro de equipe pedagógica da escola</b>	34,0%	28,8%	30,0%	31,0%	28,6%	30,1%
<b>Diretor de escola</b>	36,0%	34,9%	35,7%	42,9%	39,4%	37,8%
<b>Equipe técnica da Secretaria de Educação</b>	28,0%	30,8%	29,7%	22,6%	26,6%	26,7%
<b>Secretário de educação em outra rede</b>	3,2%	5,2%	5,7%	4,2%	3,1%	4,2%

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados apresentados na Tabela 10 evidenciam que a maioria (86,6%) dos secretários não exercem concomitantemente outras atividades, ou seja, estão em dedicação exclusiva, entretanto, em todas as regiões há respostas contrárias, sendo no Nordeste o maior índice percentual, 16,0%.

**Tabela 10 – Exercício de outra atividade profissional simultaneamente**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
14,5%	16,0%	15,3%	10,3%	12,6%	13,4%

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto ao tempo de experiência dos dirigentes municipais, o Brasil possui secretários com uma média de quase 23 anos (22,86) de experiência no campo da educação.

No tocante à experiência como secretário de educação, a média no país fica em cerca de 4 anos (4,17) de experiência, sendo que nas regiões Sul (3,82), Centro-Oeste (3,64) e Norte (3,63) tal média está um pouco abaixo da média nacional, enquanto que nas regiões Nordeste e Sudeste, a média está um pouco acima, com uma média de 4,43 e 4,40 anos, respectivamente.

A Tabela 11 exprime os resultados de tempo de experiência do secretário municipal de educação brasileiro.

**Tabela 11 – Tempo de experiência**

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Na área da Educação</b>						
<b>Tempo médio</b>	21,40	21,83	20,30	24,24	23,92	22,86
<b>Tempo mediano</b>	21,00	21,00	20,00	24,00	25,00	22,00
<b>Desvio padrão</b>	8,820	9,340	8,524	10,517	10,227	9,896
<b>Como Secretário de Educação</b>						
<b>Tempo médio</b>	3,64	4,43	3,63	4,40	3,82	4,17
<b>Tempo mediano</b>	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
<b>Desvio padrão</b>	3,728	4,743	4,272	4,278	3,930	4,341

Fonte: Elaboração da autora.

Diante dos resultados, o perfil do secretário municipal de educação do Brasil, apesar das especificidades de cada região, pode ser mensurado da seguinte forma: dirigente feminino (72,5%); na faixa etária entre 40 e 49 anos de idade (38,4%); de raça branca (58,9%); com titulação de especialista (67,4%) e formação relacionada ao campo da educação (93,0%); já esteve em exercício em outras áreas da educação (85,3%), sendo a experiência como professor da educação básica (73,9%) a mais representativa; não exerce outra função simultaneamente (86,6%); tem experiência na área da educação média de quase 23 anos; e experiência como secretário de educação de cerca de 4 anos em média.

#### **4.2.2 Perfil da Secretaria Municipal de Educação**

A organização e planejamento das Secretarias Municipais de Educação do país são competências fundamentais para o desenrolar das atividades desse órgão, porém, nem sempre os municípios possuem estruturação enquadrada nos diferentes aportes educacionais.

A maioria (57,0%) dos municípios participantes desta pesquisa possui um Sistema Municipal de Ensino (SME), a maior concentração foi identificada na região Sul com 64,9% de adesão.

Contudo, a região Sudeste chama atenção por ser a única que o inverso é que prevalece, sendo 59,9% dos municípios sem adesão ao SME.

No que tange ao Plano Municipal de Educação (PME), predominantemente ele está ativo (99,3%) nos municípios do Brasil. Em todas as regiões sua adesão está acima dos 97%. Porém, o Centro-Oeste tem o maior percentual (2,6%) de ausência do PME.

Estudos apresentados em Bauru, São Paulo, em 2014 no III Congresso Nacional de Avaliação em Educação, destacaram que cerca de 61,5% dos municípios relacionam os resultados de avaliações à reformulação do Plano Municipal de Educação (BAUER *et al.*, 2015).

A participação da sociedade no campo da educação necessita de espaços para diálogo junto ao Estado, por meio dos Fóruns Permanentes de Educação a possibilidade de interação quanto ao acompanhamento e formulação das políticas públicas educacionais se faz presente.

Apesar disso, esse tipo de movimento não ocorre em grande parte das secretarias municipais do país, as regiões Centro-Oeste, com índice de 73,7% e Sudeste, com 74,4%, são as mais representativas na falta de Fórum Permanente de Educação.

Com uma diferença de apenas 3,8%, as regiões Norte e Sul são proporcionalmente iguais quanto aos índices percentuais, ambas com adesão aos fóruns de 51,9% para 48,1% de não adesão.

Com baixa representatividade neste estudo, estão as Secretarias Municipais de Educação que possuem em seu âmbito escolas municipais que adotaram o sistema apostilado, no Brasil apenas 14,0% desses órgãos centrais utilizam tal organização, ficando em posições extremas quanto a média do país a região Sudeste (21,8%) e a região Nordeste (6,4%). Segundo Bauer *et al.*, 36,7% dos municípios utilizam os resultados de avaliações em larga escala em iniciativas e ações para compra de material apostilado (2015).

Quanto a oferta do ensino fundamental em ciclo, a região Sudeste (71,6%) ficou acima da média nacional de 42,8%, as demais regiões ficaram abaixo de tal índice percentual médio.

A Tabela 12, sintetiza os dados supracitados anteriormente:

**Tabela 12 – Organização e planejamento da educação no município**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Sistema Municipal de Ensino</b>					
53,1%	66,6%	64,2%	40,1%	64,9%	57,0%
<b>Plano Municipal de Educação</b>					
97,4%	99,6%	98,0%	99,5%	99,8%	99,3%
<b>Fórum Permanente de Educação</b>					
26,3%	55,7%	51,9%	25,6%	51,9%	43,2%
<b>Escolas com sistema apostilado</b>					
14,2%	6,4%	12,2%	21,8%	15,3%	14,0%
<b>Ensino Fundamental em ciclos</b>					
25,1%	35,2%	39,5%	71,6%	22,4%	42,8%

Fonte: Elaboração da autora.

Ainda sobre a organização e planejamento do município, nos resultados obtidos na presente pesquisa foram explanados os critérios de escolha dos diretores das escolas.

A desigualdade encontrada entre as regiões do país é determinante na implementação de uma gestão democratizada como prevê o Plano Nacional de Educação, pois é sabido que o critério de escolha de diretores escolares detém desafios que impactam no que é defendido pelo PNE (OLIVEIRA; GIORDANO, 2018).

De forma geral, o Brasil tem como critério predominante (72,5%) a livre indicação de diretores escolares pelos Poderes Públicos, na região Nordeste a prevalência é de 82,6%, enquanto na região Centro-Oeste é de 46,1%. Em seguida está a escolha do diretor por meio de titulação acadêmica, com índice percentual nacional de 26,0%.

Em contraponto, com apenas uma média de 3,3% no país, a menor representatividade identificada foi o uso de listas de candidatos como critério de seleção do diretor.

Escolher o diretor por ter experiência em gestão ou por consulta pública/eleição são critérios que aparecem com um índice percentual nacional exatamente iguais, de 18,9%. Entretanto, quando distribuído por região as diferenças percentuais foram acentuadas, ficando a experiência em gestão, no Sul com 9,4%, no Nordeste com 28,5% e no Centro-Oeste com 11,1% e a escolha por consulta pública, no Sul com 28,0%, no Nordeste com 9,6% e no Centro-Oeste com 51,2%.

**Tabela 13 – Critério de escolha dos diretores das escolas no município**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Livre indicação pelos Poderes Públicos</b>					
46,1%	82,6%	78,9%	68,0%	71,2%	72,5%
<b>Prova de conhecimentos</b>					
4,2%	4,3%	6,2%	15,2%	1,2%	7,0%
<b>Tempo de serviço</b>					
9,8%	14,1%	9,7%	20,8%	12,4%	15,0%
<b>Titulação acadêmica</b>					
15,7%	30,2%	27,8%	28,2%	20,0%	26,0%
<b>Experiência em gestão</b>					
11,1%	28,5%	23,7%	16,3%	9,4%	18,9%
<b>Curso de formação para gestores escolares</b>					
12,2%	15,4%	13,8%	5,7%	8,0%	10,5%
<b>Listas de candidatos</b>					
4,0%	2,4%	2,8%	4,5%	2,8%	3,3%
<b>Consulta pública/eleição</b>					
51,2%	9,6%	16,8%	13,8%	28,0%	18,9%

Fonte: Elaboração da autora.

Nos resultados do perfil da Secretaria Municipal de Educação foi identificado a presença de Conselhos de gestão, sendo eles, o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho Municipal

de Educação, os três estão presentes nacionalmente com índice percentual entre 88,4% e 96,3%.

Apesar dos conselhos estarem presentes na maioria dos órgãos centrais, o secretário que atua como presidente do Conselho Municipal de Educação representa apenas 10,5% da distribuição do país, na região Sudeste está concentrada a maior (23,2%) parte destes profissionais, enquanto na região Norte ocorre o inverso, sendo o índice percentual de 1,6%.

**Tabela 14 – Conselhos de gestão**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Conselho Municipal de Educação</b>					
72,7%	87,8%	77,0%	92,5%	94,0%	88,4%
<b>Secretário x Conselho Municipal de Educação</b>					
2,0%	5,0%	1,6%	23,2%	7,6%	10,5%
<b>Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB</b>					
96,5%	96,0%	94,7%	96,8%	96,2%	96,2%
<b>Conselho de Alimentação Escolar</b>					
96,2%	96,2%	95,4%	96,7%	96,3%	96,3%

Fonte: Elaboração da autora.

No Brasil, a utilização dos resultados do IDEB está cada vez mais presente nas secretarias, com isso, além das avaliações promovidas pelos governos estadual e federal as secretarias vêm realizando avaliações próprias com o intuito desenvolver o aluno, sendo constatado neste estudo que mais de 50% destes órgãos centrais em todo o país incluíram em seu planejamento tal prática.

De acordo com Sousa, Pimenta e Machado (2012) há indicações de que os resultados das avaliações estão sendo apropriados pela gestão municipal, os dados coletados estão embasando as propostas e as práticas de escolas e de Secretarias Municipais de Educação.

Em todas as regiões as secretarias orientam as escolas a prepararem os alunos para as avaliações externas, há variação percentual entre 92,9% e 98,9% a depender da região, conforme apresenta a Tabela 15.

**Tabela 15 – Avaliações**

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
<b>Secretaria x Resultados do IDEB</b>					
94,2%	98,3%	94,7%	97,5%	92,3%	96,2%
<b>Secretaria x Escolas x Avaliações Externas</b>					
97,3%	98,9%	97,0%	95,3%	92,9 %	96,2%
<b>Secretaria x Avaliações Externas Próprias</b>					
54,8%	59,6%	54,5%	54,3%	40,3%	53,0%

Fonte: Elaboração da autora.

Segundo os resultados acima descritos, o perfil da Secretaria Municipal de Educação do Brasil, muito embora tenha especificidades regionais, pode ser estimado da seguinte maneira quanto à organização e planejamento da educação do município, conselhos de gestão e avaliações: majoritariamente (99,3%) a secretaria possui Plano Municipal de Educação; possui Sistema Municipal de Ensino (57,0%); o critério de escolha dos diretores escolares é por meio de livre indicação pelos Poderes Públicos (72,5%); as escolas do município não adotam (86,0%) um sistema apostilado; não oferece o ensino fundamental em ciclos (57,2%); o município não possui (56,8%) Fórum Permanente de Educação; o município possui Conselho de Alimentação Escolar (96,3%); tem Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (96,2%); possui Conselho Municipal de Educação (88,4%), entretanto, o secretário municipal de educação não atua (89,5%) como presidente deste Conselho; nas avaliações, a secretaria utiliza os resultados do IDEB (96,2%); orienta as escolas a prepararem seus alunos para avaliações externas (96,2%); e realiza avaliações externas/próprias além das promovidas pelos governos estadual e municipal (53,0%).



### 4.3 Modelo logístico

O modelo logístico desenvolvido obteve indicadores que expressam boa qualidade. A seguir serão exibidos os indicadores das principais estatísticas no tangente à qualidade do modelo construído para obter resultados do 5º e 9º ano do ensino fundamental.

Devido a técnica estatística aplicada, o método *Stepwise* na Regressão Logística Binária foi a opção escolhida, sendo que esse método possibilita a determinação dos melhores preditores de um critério, eliminando variáveis redundantes.

No conjunto de variáveis independentes pode haver variáveis que pouco influenciam o conjunto de variáveis dependentes (saída). O método *Stepwise* é usado para selecionar quais variáveis mais influenciam o conjunto de saída podendo, assim, diminuir o número de variáveis a compor a equação de regressão (ALVES; LOTUFO; LOPES, 2013, p. 2)

O uso do método *Stepwise* contorna e soluciona problemas de multicolinearidade, impedindo a invalidação do modelo, portanto, em suma, é “[...] uma estratégia muito adequada para selecionar o modelo explicativo que mais se ajusta aos seus dados, desde que sejam evitados altos níveis de multicolinearidade, usando preditores pouco correlacionados que irão manter o poder estatístico da pesquisa” (ABBAD; TORRES, 2002, p. 27).

Quanto a sensibilidade ao tamanho da amostra, a análise estatística foi composta por 24 variáveis para o 5º ano e 36 variáveis para o 9º ano.

Multiplicando o total de variáveis por 10, o mínimo de casos a ser considerados deveria ser 240 casos para o 5º ano e 360 casos para o 9º ano, contudo, a amostra final foi de 3.236 casos, assim, a premissa foi devidamente atendida.

No modelo proposto duas variáveis eram categóricas e necessitaram de recodificação, são elas as variáveis que tratam da escolaridade e da raça do secretário municipal de educação, conforme apresenta a Tabela 16.

**Tabela 16 – Codificações de variáveis categóricas**

		Frequência	Codificação de parâmetro			
			1	2	3	4
<b>Q004</b> Nível de escolaridade concluído	0 - ensino médio	27	1,000	,000	,000	,000
	1 - graduação	275	,000	1,000	,000	,000
	2 - especialização	1145	,000	,000	1,000	,000
	3 - mestrado	102	,000	,000	,000	1,000
	4 - doutorado	32	,000	,000	,000	,000
<b>Q003</b> Cor ou raça	0 - branca	962	1,000	,000	,000	
	1 - preta	69	,000	1,000	,000	
	2 - parda	531	,000	,000	1,000	
	3 - amarela	19	,000	,000	,000	

Fonte: Elaboração da autora.

No presente estudo foi verificada a ausência de observações atípicas, em vista disso, informa-se que nada foi encontrado.

A partir da Regressão Logística foi desenvolvido um modelo logístico para estimar a probabilidade de influência da Secretaria Municipal de Educação no desempenho dos estudantes.

A Tabela 17 apresenta as estatísticas do teste de *Omnibus* apenas do último passo, ou seja, a Etapa 26 do 5º ano e a Etapa 29 do 9º ano da Regressão Logística, a hipótese é de que seja estatisticamente significativa, pois o teste de *Omnibus* valida a diferença entre os -2LL em cada etapa do algoritmo do modelo logístico.

Sendo o -2LL uma medida de semelhança, informa-se que houve rejeição da hipótese nula de igualdade. Portanto, conforme os números na Tabela 17, trata-se de um modelo logístico bom/suficiente.

O teste *Omnibus* analisa a variância do conjunto de dados significativamente, sendo que quando o valor de significância é inferior a .050 compreende-se que o modelo é adequado.

**Tabela 17 – Teste de *Omnibus***

5º ano				
		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 26	Etapa	5,540	1	,019
	Bloco	657,140	28	,000
	Modelo	657,140	28	,000
9º ano				
		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 29	Etapa	4,230	1	,040
	Bloco	672,001	34	,000
	Modelo	972,001	34	,000

Fonte: Elaboração da autora.

Com o intuito de identificar o quanto o conjunto de variáveis escolhido foi capaz de explicar o desempenho dos estudantes, optou-se por testes estatísticos que registram os coeficientes de explicação *Cox & Snell* e *Nagelkerke*.

Tal explicação trata-se de um mecanismo que pode ser utilizado para validar a variável dependente explicada pelas variáveis independentes de forma quantitativa proporcionalmente (HAIR JR. *et al.*, 2005).

Ambos os testes têm a mesma finalidade, contudo o *Nagelkerke* se faz mais compreensível na prática, sendo uma versão adaptada do *Cox & Snell* que fornece resultados entre 0 e 1 (ou 100%) de explicação das variáveis independentes no que se remete ao problema.

No presente estudo o coeficiente de *Nagelkerke* foi de 45% (0,454) de explicação para o 5º ano e 52% (0,520) para o 9º ano. Apesar de a literatura sugerir que somente acima de 60% seja a porcentagem mais adequada, alcançar entre 45% e 52% de precisão para explicar o desempenho do aluno é um número expressivo, já que se trata de um fenômeno complexo que possui a presença de outras características e variáveis diversas, como, por exemplo, o perfil do próprio estudante, da família, questões de saúde, ou seja, outras relevâncias que independem do perfil de uma secretaria.

Isso posto, o fato de a secretaria explicar entre 45% e 52% do desempenho dos estudantes é um número bastante significativo.

**Tabela 18 – Cox & Snell e Nagelkerke**

5º ano		
	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
Etapa 26	,340	,454
9º ano		
	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
Etapa 29	,390	,520

Fonte: Elaboração da autora.

Como medida de verificação da qualidade de ajuste do modelo foi realizado o teste de *Hosmer e Lemeshow*. Esse teste mede o grau do modelo logístico que verifica se existem diferenças significativas entre as classificações esperadas (ou realizadas) e a realidade observada.

No modelo logístico proposto foi obtido um qui-quadrado de 3,759 e significância de 0,878 para o 5º ano do ensino fundamental. Já para o 9º ano o qui-quadrado é de 9,496 e significância de 0,302, vide Tabela 19.

De acordo com a significância registrada na tabela (87,8% para o 5º ano e 30,2% para o 9º ano) a hipótese nula do teste de *Hosmer e Lemeshow* é de que as categorias observadas são iguais às categorias estimadas.

**Tabela 19 – Teste de Hosmer e Lemeshow**

5º ano			
	Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 26	3,759	8	,878
9º ano			
	Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 29	9,496	8	,302

Fonte: Elaboração da autora.

O poder de acerto do modelo logístico construído se faz importante para verificar as classificações preditas e observadas pelo modelo estatístico, pois é sabido que ao transformar uma realidade de dados em equação matemática pode ocorrer desvio de precisão.

O modelo logístico aqui apresentado exprime o melhor e o pior desempenho dos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental, sendo que os resultados do 5º ano (Tabela 20) está com o índice percentual de acerto maior no que se refere ao melhor desempenho, ou seja, na composição total (77 pontos percentuais) de acerto do 5º ano. A possibilidade de acerto é maior ao tratar do melhor desempenho (80,3 pontos percentuais), enquanto a possibilidade de acerto quanto ao pior desempenho está na margem dos 73,3 pontos percentuais.

**Tabela 20 – Desempenho do modelo logístico 5º ano**

			Pior desempenho	Melhor desempenho	
			0	1	Percentual de acerto
Etapa 26	Pior desempenho	0	537	196	73,3
	Melhor desempenho	1	167	681	80,3
	Percentual total de acerto				77,0

Fonte: Elaboração da autora.

Já para o 9º ano, ocorre o inverso (Tabela 21), o modelo tem o índice maior (79,6 pontos percentuais) no que se remete ao acerto de pior desempenho, e 77,8 pontos percentuais para a possibilidade de acerto de melhor desempenho.

**Tabela 21 – Desempenho do modelo logístico 9º ano**

			Pior desempenho	Melhor desempenho	
			0	1	Percentual de acerto
Etapa 29	Pior desempenho	0	549	141	79,6
	Melhor desempenho	1	149	521	77,8
	Percentual total de acerto				78,7

Fonte: Elaboração da autora.

Nesse sentido, de acordo com as Tabelas de Desempenho do modelo logístico (Tabelas 20 e 21) deste estudo, pôde-se verificar que a medida está acima do valor sugerido como corte que permite a chance de chute, sendo para o 5º ano o índice de proporção geral de sucesso de 77 pontos percentuais de probabilidade de acerto, ou seja, 27 pontos percentuais acima dos 50 de possibilidade de chute, enquanto no 9º ano a probabilidade de sucesso de acerto ficou um pouco mais acima, 28,7 pontos percentuais, portanto, um modelo estatístico satisfatório.

Nas Tabelas de Equação das variáveis independentes dos 5º (Tabela 22) e 9º (Tabela 23) anos, são apresentados os coeficientes estimados pela regressão (B). Nesse modelo, valores positivos sugerem que a variável leva o maior desempenho, e valores negativos, o pior desempenho.

Para avaliar as variáveis independentes em termos de significância estatística baseou-se na estatística de *Wald*, tendo como parâmetro ser diferente de 0; desse modo, a Etapa 26 do 5º ano e Etapa 29 do 9º ano são estatisticamente diferentes de 0 em todas as variáveis.

Conforme informado anteriormente, as variáveis independentes que vão explicar o desempenho dos estudantes estão divididas em dois grupos, sendo que o Grupo 1 trata do o perfil do secretário municipal de educação e o Grupo 2 do perfil da Secretaria Municipal de Educação enquanto estrutura.

Destarte, na composição do Grupo 1, os resultados da Tabela 22 informam que a cor do secretário municipal de educação interfere positivamente no desempenho do estudante. Secretarias com dirigentes municipais de raça parda em relação aos de raça branca possuem 5,992 a mais de chance de estar entre as melhores secretarias.

Há diferentes estudos voltados para as interferências quanto a raça do próprio aluno *versus* o desempenho estudantil, contudo, pesquisas que evidenciam tal interferência partindo da base de dados do perfil dos profissionais educadores não são explanadas, assim, uma hipótese a ser estudada em trabalhos futuros é que a raça dos profissionais de educação, incluindo o secretário municipal, tenha influência no desempenho dos estudantes.

No que se remete a experiência como secretário a interferência é positiva, estimadamente 1,036 a mais de chance de estar entre os melhores órgãos. Corroborando com os resultados da presente pesquisa, o estudo feito pelo Inep (Biondi e Felício, 2007 *apud* Viana, 2018) destaca que quanto menor a taxa de

rotatividade de professores quanto de diretores escolares, e maior a experiência, maiores são as notas médias nas escolas.

Por fim, a idade do gestor afeta negativamente em 1,8%, ou seja, o fator idade a cada ano diminui em 1,8% a chance de a secretaria estar dentre os melhores desempenhos.

Para Grupo 2 as variáveis foram posicionadas em Blocos, desse modo, no que se refere ao Bloco de Organização e planejamento, pode ser identificado que secretarias que possuem Fórum Permanente de Educação têm 2,669 a mais de chance de estar entre as melhores e, portanto, ter aluno com melhor desempenho.

Trabalhar em conjunto com o Ministério Público é outro fator positivo, sendo 1,989 a mais de chance de boa desenvoltura. Já o trabalho em conjunto com serviços de segurança pública reflete de forma piorada, pois diminui em 48% a chance de a secretaria estar entre as melhores.

Outra estimativa positiva (1,925) é ter autonomia para ordenar despesas de aperfeiçoamento de pessoal docente e demais profissionais.

Uma educação de qualidade persegue o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa, respeitando suas características e necessidades e vislumbra a formação de pessoas capazes de atuar de forma ética, crítica, participativa e responsável no contexto em que vivem, pautando seus modos de ser e agir pelo bem-estar comum. Para que isso se concretize, são necessários, dentre outros aspectos: a formação continuada para que os professores se atualizem constantemente e se qualifiquem para o exercício da função docente, tendo presentes as demandas sociais emergentes e as tendências educacionais na contemporaneidade (SARMENTO; MENEGAT; RAMIREZ, 2015, p.317).

Ainda no Bloco de Organização e planejamento, a tabela também apresenta alguns outros resultados negativos, como, por exemplo, a autonomia para ordenar despesas como: compra e manutenção de equipamentos (40%), concessão de bolsas de estudo para estudantes (39%) e construção de escolas (37%). Ter autonomia nos itens mencionados diminui a chance de o órgão central estar vinculado aos melhores desempenhos estudantis, ocasionando queda de rendimento advindo da Secretaria Municipal de Educação.

Escolher o diretor escolar por meio de prova de conhecimentos diminui em 64% a chance de melhora no desempenho das escolas. Porém, em estudo realizado sobre o desempenho de alunos do 5º ano, as autoras Oliveira e Carvalho (2018) constataram que estatisticamente há uma significativa associação negativa entre o

desempenho estudantil e a gestão de diretores nomeados por indicação política. Tal estudo trabalhou coeficientes com base nos dados da Prova Brasil (de 2007, 2009 e 2011). Os três anos que foram analisados evidenciaram uma relação negativa.

Os municípios com escolas que adotam o sistema apostilado também refletem negativamente, estima-se uma diminuição de 34% na chance de melhora do quadro, bem como ter o ensino fundamental em ciclos diminui em 56%.

Destaca-se que as variáveis de autonomia nas despesas de aperfeiçoamento de docentes e demais profissionais (Q025), autonomia nas despesas na concessão de bolsas de estudos para estudantes (Q028), trabalhar em conjunto com o Ministério Público (Q038), escolha de diretores por meio de prova de conhecimento (Q042) e ensino fundamental em ciclos (Q050), apesar contempladas na equação dos resultados do 9º ano não foram estatisticamente significantes, ou seja, elas não explicaram o desempenho do estudante.

No Bloco Conselhos de gestão (Grupo 2), duas variáveis foram identificadas como impulsionadoras no desempenho estudantil, sendo que o município que possui Conselho Municipal de Educação com funções exercidas de forma mobilizadora com 1,470 e município que realiza Conferência Municipal de Educação preparatória desde 2014 para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) com 1,453 de chance a mais de melhora no desempenho.

A variável (Q117) que trata de município que realiza Conferência Municipal de Educação preparatória desde 2014 para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) não foi estatisticamente significativa nos resultados do 9º ano.

A tabela exprime no Bloco de Ensino fundamental que secretarias com programa de formação de professores possui 2,057 a mais de chance de estar entre as melhores, enquanto que a secretaria que possui cálculo de demanda por vaga, prevê uma diminuição de 38% na chance de estar entre as melhores.

A variável (Q148) que indica se a secretaria possui programa de formação de professores não foi estatisticamente significativa nos resultados do 9º ano.

Quanto ao Bloco de Avaliação, pôde-se verificar que a Secretaria Municipal de Educação que utiliza os resultados do IDEB como recompensa para escolas com melhores resultados e para subsidiar a formação continuada de professores possui respectivamente 2,514 e 1,822 a mais de chance de estar entre os melhores desempenhos. “As escolas (enquanto organizações complexas) têm algumas similitudes, utilizando a avaliação para esses mesmos fins” (AFONSO, 2000, p.18).



Por fim, a tabela evidencia que ter como plano de carreira a previsão de o professor em sala de aula em no máximo 2/3 de sua jornada de atuação docente proporciona 1,437 a mais de chance de melhora nas notas. Essa variável foi a única presente na tabela que se enquadra no Bloco de Plano de carreira.

A descritiva acima encontra-se sintetizada na Tabela 22 a seguir.

**Tabela 22 – Equação das variáveis independentes 5º ano**

		B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Etapa 26	Q002 – idade	-,018	,007	5,842	,016	,982
	Q003 – raça			42,536	,000	
	Q003(1) – preta	,025	,538	,002	,962	1,026
	Q003(2) – parda	1,790	,637	7,890	,005	5,992
	Q003(3) – amarela	,756	,542	1,944	,163	2,130
	Q015 – experiência como secretário	,036	,015	5,413	,020	1,036
	Q018 – exerce outra atividade	,391	,210	3,452	,063	1,478
	Q021 – Fórum Permanente de Educação	,982	,132	55,079	,000	2,669
	Q025 – autonomia nas despesas de aperfeiçoamento dos profissionais	,655	,217	9,147	,002	1,925
	Q026 – autonomia na compra e manutenção de equipamentos	-,526	,213	6,118	,013	,591
	Q028 – autonomia nas despesas na concessão de bolsas de estudos	-,497	,217	5,224	,022	,609
	Q029 – autonomia nas despesas na construção de escolas	-,470	,151	9,698	,002	,625
	Q037 – trabalhos em conjunto com serviços de segurança pública	-,656	,145	20,590	,000	,519
	Q038 – trabalhos em conjunto com o Ministério Público	,688	,144	22,771	,000	1,989
	Q042 – escolha de diretores escolares por meio de prova de conhecimentos	-1,040	,274	14,352	,000	,354
	Q049 – municípios com escolas que adotam o sistema apostilado	-,418	,189	4,856	,028	,659
	Q050 – ensino fundamental em ciclos	-,838	,130	41,320	,000	,433
	Q057 – função mobilizadora exercida pelo Conselho Municipal de Educação	,385	,134	8,319	,004	1,470
	Q117 – preparo do município para a CONAE	,373	,187	3,994	,046	1,453
	Q147 – cálculo de demanda por vagas	-,492	,159	9,527	,002	,611
Q148 – programa de formação de professores	,721	,191	14,293	,000	2,057	

Q160 – avaliação como subsídio para a formação continuada de professores	,600	,182	10,908	,001	1,822
Q165 – avaliação como recompensa para escolas com melhores resultados	,922	,225	16,852	,000	2,514
Q195 – plano de carreira docente com 2/3 da jornada em sala de aula	,363	,177	4,223	,040	1,437
Constante	-,739	,710	1,084	,298	,477

Fonte: Elaboração da autora.

No 9º ano, na composição do Grupo 1 (perfil do secretário municipal de educação), os resultados da Tabela 19 retratam que a raça do secretário municipal de educação, em parte, impacta positivamente no desempenho estudantil. As secretarias com gestores municipais de raça parda, em relação a raça branca, possuem 7,810 a mais de chance de estar entre os melhores desempenhos.

Quanto ao nível de escolaridade todos são estatisticamente significantes no desempenho das escolas, dos alunos, e, portanto, na desenvoltura da Secretaria Municipal de Educação.

Nos resultados do estudo de Viana (2018) foi compreendido que a formação do gestor municipal impacta positivamente no aprendizado dos alunos, contudo, tal resultado se deu para alunos do 5º ano, já para o 9º ano não apresentou significância estatística. Ressalta-se que na presente pesquisa ocorreu o inverso, ou seja, o impacto foi estatisticamente significativo no desempenho dos estudantes do 9º ano.

É sabido que a maioria dos municípios brasileiros não cumprem os dispositivos legais acerca da formação e desenvolvimento de competência gestora dos dirigentes municipais, mesmo sendo assegurado no Artigo 64º da LDB 9.394 de 1996 que

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Secretários que exercem outra atividade simultaneamente têm 1,606 a mais de chance de estar entre os melhores órgãos centrais.

Os gestores que atuaram na equipe técnica de secretaria anteriormente afetam positivamente em 1,486 a mais de chance de estar entre as melhores. No que se remete a experiência como secretário a interferência é positiva, estimadamente 1,059.

Cabe informar que as variáveis de escolaridade (Q004) e de experiência como equipe técnica de secretaria (Q011) não foram estatisticamente significantes nos resultados do 5º ano, ou seja, elas não explicaram o desempenho estudantil.

Por fim, a idade do secretário municipal de educação reflete negativamente em 3,1%, ou seja, a cada ano a mais o fator idade diminui em 3,1% a chance de a secretaria estar dentre os melhores desempenhos, sendo que esse percentual nos resultados do 5º ano foi de 1,8%.

No que se refere ao Bloco de Organização e planejamento (Grupo 2 - perfil da Secretaria Municipal de Educação enquanto estrutura), pôde-se identificar que secretarias que possuem Sistema Municipal de Ensino e Fórum Permanente de Educação têm respectivamente 1,938 e 1,767 a mais de chance de estar entre as melhores e, portanto, ter aluno com melhor desempenho.

Já o Plano Municipal de Educação interfere de forma negativa, tendo uma probabilidade de 56% de diminuir a chance de a secretaria estar entre os melhores desempenhos. Bauer *et al.* (2015) afirma que 62% dos municípios do país utilizam os resultados das avaliações em larga escala para reformular o Plano Municipal de Educação.

Trabalhar em conjunto com os serviços de assistência social é outro fator positivo, sendo 3,341 a mais de chance de boa desenvoltura. Já o desenvolvimento de trabalho em conjunto com serviços de segurança pública, tem chance de refletir de forma piorada, pois diminui em cerca de 40% a chance de estar entre os melhores desempenhos no 9º ano, no resultado do 5º ano este índice foi de 48%.

Para Sarmiento, Menegat e Ramirez (2015) estabelecer “parcerias e redes de cooperação entre a escola e instituições públicas e privadas, que possam contribuir para que os estudantes (principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social) permaneçam na escola e tenham êxito na aprendizagem” (p.317) é essencial.

Outra estimativa positiva (1,903) é ter autonomia para ordenar despesas na remuneração de pessoal docente e demais profissionais.

A tabela do 9º ano também apresenta alguns outros resultados negativos, como, por exemplo, a autonomia para ordenar despesas como: construção de escolas (44%), manutenção e conservação de escolas (44%) e compra e manutenção de equipamentos (42%). Ter autonomia nos itens mencionados diminui a chance de a secretaria estar vinculada aos melhores desempenhos estudantis.

Escolher o diretor escolar tendo como critério o curso de formação para gestores escolares interfere em 2,820 a mais de chance de bom desempenho, já quando o critério passa a ser pela consulta pública/eleição, há uma diminuição de 77% de chance de o desempenho da escola estar entre os melhores.

Um processo de seleção baseado em competências, com transparência, ética, adequada estruturação das técnicas e instrumentos e uma forte preparação dos profissionais envolvidos pode garantir uma maior probabilidade de sucesso na escolha dos candidatos e, por consequência, o alcance dos resultados de forma harmônica nas equipes (LAMELO *et al.*, 2017, p. 245).

Permanecer no cargo de diretor tem sido significativo para um melhor desempenho estudantil, assim, o ingresso mediante indicação política deve ser observado, pois há uma tendência de permanência restrita na função, podendo mudar a cada eleição (OLIVEIRA; GIORDANO, 2018).

Rocha, Menezes-Filho e Komatsu (2018) enfatizam que a escolha do diretor por meio de critérios técnicos acarreta em resultados mais satisfatórios, ou seja, impacta positivamente no desempenho dos estudantes.

A indicação de diretores no Brasil é historicamente de escolha política e partidária, principalmente em âmbito municipal, tal feito neutraliza a consideração de capacidade educacional ou de gestão (OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

Ainda sobre interferências negativas, os municípios com escolas que adotam o sistema apostilado impulsionam uma diminuição de 51% de chance de representatividade nos melhores desempenhos, nos resultados do 5º ano tal estimativa foi de 34%.

Informa-se que as variáveis de Sistema Municipal de Ensino (Q019), Plano Municipal de Educação (Q020), trabalhar em conjunto com serviços de assistência social (Q036), autonomia para ordenar despesas na remuneração profissionais (Q032), autonomia para ordenar despesas na manutenção e conservação de escolas (Q030), curso de formação como critério para escolha dos diretores escolares (Q046) e consulta pública/eleição como critério para escolha dos diretores (Q048) não foram estatisticamente significantes nos resultados do 5º ano.

No Grupo 2, no Bloco Conselhos de gestão, duas variáveis foram identificadas como boas no desempenho estudantil, sendo o município que possui Conselho Municipal de Educação com funções exercidas de forma mobilizadora (1,513) e a que

trata da capacitação para conselheiros de educação com 1.811 de chance a mais de melhora no desempenho dos estudantes.

Ademais, ter o secretário de educação como presidente do Conselho Municipal de Educação diminui em cerca de 75% de chance de a secretaria estar entre as melhores quanto ao desempenho.

As variáveis de secretário de educação como presidente do Conselho Municipal de Educação (Q073) e de capacitação para os conselheiros de educação (Q094) não foram estatisticamente significantes nos resultados do 5º ano.

A Tabela 23 exprime no Bloco de Ensino fundamental (Grupo 2) que a secretaria que possui cálculo de demanda por vaga tende a diminuir estimadamente 61% de chance de estar entre as melhores desenvolvimentos estudantis, nos resultados do 5º ano o percentual foi de 38%.

Além disso, há também uma diminuição de 31% quando o currículo municipal no ensino fundamental está presente.

A variável (Q150) que indica se há currículo municipal no ensino fundamental, apesar de contemplada na equação dos resultados do 5º ano, não foi estatisticamente significativa.

Quanto ao Bloco de Avaliação, pôde-se verificar que a Secretaria Municipal de Educação que utiliza os resultados do IDEB como recompensa para escolas com melhores resultados possui 3,262 a mais de chance de estar entre os melhores desempenhos, nos resultados do 5º ano a chance é de 2,514.

Quando o resultado da avaliação é utilizado para subsidiar a formação continuada de professores a chance de estar entre os melhores desempenhos estudantis é de 1,579 a mais de chance, enquanto no 5º ano o número sobe para 1,822.

Já quando utilizado para promover debates sobre a educação, a probabilidade de melhora é de 2,201 de chance, e para subsidiar programas ou projetos da Secretaria Municipal de Educação a chance de estar entre os melhores desempenhos é de 1,482.

“A institucionalização da avaliação educacional no Brasil é hoje, sem dúvida, instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do debate público sobre os desafios da educação no país” (CASTRO, 2009, p. 6).

No que se trata de avaliação externa das escolas além das promovidas pelos governos estadual ou federal a chance de obter melhor desempenho dos estudantes é aumentada em 1,400 quando há avaliação própria.

Há tendência de criação, pelos municípios, de propostas próprias de avaliação, além de aderência às iniciativas federais e estaduais. Parece haver correspondência entre a crescente presença de iniciativas nesse âmbito de gestão e as ações do Ministério da Educação, sejam aquelas relativas à avaliação em larga escala, seja a criação de índice para se aquilatar o desenvolvimento da qualidade educacional (BAUER *et al.*, 2015, p. 349).

Ressalta-se que as variáveis de uso dos resultados de avaliação para a promoção de debates sobre a educação (Q158) e para subsidiar programas ou projetos da Secretaria Municipal de Educação (Q163), e a variável que trata de avaliação (própria) externa das escolas além das promovidas pelos governos estadual ou federal (Q173), não foram estatisticamente significantes nos resultados do 5º ano.

Por fim, ter como plano de carreira a previsão de o professor em sala de aula em no máximo 2/3 de sua jornada de atuação docente, proporciona 1,764 a mais de chance de melhora nas notas. Essa variável foi a única presente que se enquadra no Bloco de Plano de carreira (Grupo 2), tanto nos resultados do 9º quanto do 5º ano.

Na Tabela 23, encontra-se a síntese das informações explanadas acima.

**Tabela 23 – Equação das variáveis independentes 9º ano**

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Q002 – idade	-,031	,009	12,789	,000	,969
Q003 – raça			97,835	,000	
Q003(1) – preta	-,205	,598	,117	,732	,815
Q003(2) – parda	2,055	,689	8,912	,003	7,810
Q003(3) – amarela	1,158	,599	3,736	,053	3,183
Q004 – escolaridade			11,614	,020	
Q004(1) – graduação	1,346	1,068	1,588	,208	3,843
Q004(2) – especialização	-,596	,596	1,002	,317	,551
Q004(3) – mestrado	-,776	,573	1,830	,176	,460
Q004(4) – doutorado	-,153	,627	,059	,807	,858

Etapa 29	Q011 – experiência como equipe técnica da secretaria	,396	,163	5,895	,015	1,486
	Q015 – experiência como secretário	,058	,019	9,601	,002	1,059
	Q018 – exerce outra atividade	,474	,224	4,461	,035	1,606
	Q019 – Sistema Municipal de Ensino	,661	,160	17,108	,000	1,938
	Q020 – Plano municipal de Educação	-,831	,404	4,217	,040	,436
	Q021 – Fórum Permanente de Educação	,569	,154	13,602	,000	1,767
	Q026 – autonomia na compra e manutenção de equipamentos	-,550	,242	5,154	,023	,577
	Q029 – autonomia nas despesas na construção de escolas	-,590	,178	10,970	,001	,554
	Q030 – autonomia nas despesas na manutenção e conservação de escolas	-,596	,235	6,460	,011	,551
	Q032 – autonomia nas despesas na remuneração de profissionais	,644	,193	11,099	,001	1,903
	Q036 – trabalhos em conjunto com serviços de assistência social	1,206	,394	9,370	,002	3,341
	Q037 – trabalhos em conjunto com serviços de segurança pública	-,517	,155	11,107	,001	,596
	Q046 – curso de formação como critério para escolha dos diretores escolares	1,037	,233	19,735	,000	2,820
	Q048 – consulta pública/eleição como critério para escolha dos diretores	-1,470	,200	53,942	,000	,230
	Q049 – município com sistema apostilado	-,713	,272	6,874	,009	,490
	Q057 – função mobilizadora exercida pelo Conselho Municipal de Educação	,414	,150	7,641	,006	1,513
	Q073 – secretário de educação como presidente do Conselho de Educação	-1,385	,263	27,812	,000	,250
	Q094 – capacitação para os conselheiros de educação	,594	,160	13,743	,000	1,811
	Q147 – cálculo da demanda por vaga no ensino fundamental	-,964	,169	32,605	,000	,381
	Q150 – currículo municipal no ensino fundamental	-,381	,158	5,778	,016	,683
	Q158 – resultados de avaliação para a promoção de debates sobre a educação	,789	,220	12,882	,000	2,201
	Q160 – resultados de avaliação para subsidiar a formação docente contínua	,457	,204	5,014	,025	1,579
	Q163 – resultados de avaliação para subsidiar programas ou projetos	,393	,188	4,374	,036	1,482
	Q165 – uso dos resultados de avaliação para recompensa das melhores escolas	1,182	,227	27,173	,000	3,262
	Q173 – secretaria com promoção de avaliação externa própria	,337	,153	4,813	,028	1,400
	Q195 – plano de carreira docente com 2/3 da jornada em sala de aula	,568	,230	6,085	,014	1,764
Constante	-,083	1,106	,006	,940	,920	

Fonte: Elaboração da autora.

A Tabela 24, a seguir, apresenta por ordem de impacto as variáveis predominantes nos resultados do 5º e 9º ano.

A variável de maior impacto (1ª posição) em ambos os anos finais do ensino fundamental foi a que se refere à cor do secretário municipal de educação, o profissional de raça parda (em relação ao de raça branca) aumenta a chance de estar entre os melhores resultados de desempenho.

Utilizar o resultado de avaliação em larga escala como a do SAEB para recompensar as melhores escolas (3ª posição) e para subsidiar a formação continuada docente (7ª posição no 5º ano e 12ª posição no 9º ano), impacta positivamente no desempenho estudantil tanto do 5º ano quanto do 9º.

Rocha, Menezes Filho e Komatsu identificaram em estudo sobre uso das avaliações como instrumento de gestão no município de Sobral, interior do Ceará, um certo descontentamento quanto ao desempenho estudantil da rede municipal, com a intenção de otimizar a situação

[...] a Prefeitura de Sobral decide inovar na condução da política educacional e implementar um conjunto de novas medidas de gestão a fim de melhorar o nível de alfabetização no município. Dentre as medidas encontram-se a escolha dos diretores escolares a partir de critérios técnicos, a concentração dos alunos da rede em um número reduzido de escolas, a criação de uma escola de formação continuada para os professores, o desenvolvimento de um material didático unificado, a pioneira ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, o pagamento de bônus aos professores conforme o cumprimento de metas preestabelecidas, entre outras (ROCHA; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2018, p. 6).

Já quando o uso do resultado de avaliação embasa a promoção de debates na área da educação (5ª posição) e subsidia programas ou projetos educacionais (15ª posição), somente é significativo no desempenho dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental.

A autora Lück (2009) afirma que os resultados de avaliações podem indicar sucessos ou dificuldades, limitações e atenção para situações e adequações para obter os resultados desejados.

A secretaria que tem em sua estrutura o Fórum Permanente de Educação (2ª posição no 5º ano e 9ª posição no 9º ano) tem maior chance de estar entre os melhores desempenhos.



Contudo, somente nos resultados do 9º ano os órgãos que aderem a um Sistema Municipal de Ensino (6ª posição) aumentam a chance no desempenho de forma positiva.

No que se remete a experiência do dirigente de uma Secretaria Municipal de Educação, a chance de estar entre os melhores resultados de desempenho estudantil cresce quando o dirigente já desenvolveu a função de secretário anteriormente (11ª posição no 5º ano e 17ª posição no 9º ano) e quando já fez parte da equipe técnica de uma secretaria (14ª posição no 9º ano).

As autoras Oliveira e Giordano (2018) indicam em estudos sobre o perfil dos diretores escolares que a permanência no cargo tem sido apresentada como um importante fator no que se remete ao desempenho estudantil, corroborando com a presente pesquisa quando correlacionada.

Ter autonomia junto a despesas que envolvem os profissionais educadores também impulsiona a chance de melhores desempenhos.

Nos resultados do 5º ano a autonomia nas despesas para aperfeiçoamento dos profissionais e dos docentes está na 6ª posição, já nos do 9º ano é a autonomia nas despesas de remuneração dos profissionais que é estatisticamente significativa, ficando na 7ª posição de impacto.

A qualificação dos professores e o desempenho dos alunos foram observados pelos autores Kane, Rockoff e Staiger (2007) *apud* Viana (2018) em estudos sobre escolas públicas de Nova Iorque, o trabalho identificou que professor melhor qualificado impacta de forma positiva na nota do aluno.

A secretaria que tem em sua organização o plano de carreira docente com 2/3 da jornada em sala de aula tem maior chance de estar entre os melhores resultados de desempenho estudantil, sendo que essa variável impacta na 10ª posição em ambos os anos (5º e 9º ano).

Para melhor compreensão, o ranking das variáveis de maior impacto descritas acima está apresentado na tabela a seguir.

**Tabela 24 – Ranking das variáveis de maior impacto**

<b>Variáveis em posições iguais</b>				
	<b>5º ano</b>		<b>9º ano</b>	
	Posição	Exp(B)	Posição	Exp(B)
Q003(2) – raça parda	1ª	5,992	1ª	7,810
Q165 – uso dos resultados de avaliação para recompensa das melhores escolas	3ª	2,514	3ª	3,262
Q195 – plano de carreira docente com 2/3 da jornada em sala de aula	10ª	1,437	10ª	1,764
<b>Variáveis em posições diferentes</b>				
	<b>5º ano</b>		<b>9º ano</b>	
	Posição	Exp(B)	Posição	Exp(B)
Q021 – Fórum Permanente de Educação	2ª	2,669	9ª	1,767
Q036 – trabalhos em conjunto com serviços de assistência social	*	*	2ª	3,341
Q148 – programa de formação de professores	4ª	2,057	*	*
Q046 – curso de formação como critério para escolha dos diretores escolares	*	*	4ª	2,820
Q038 – trabalhos em conjunto com o Ministério Público	5ª	1,989	*	*
Q158 – resultados de avaliação para a promoção de debates educacionais	*	*	5ª	2,201
Q025 – autonomia nas despesas de aperfeiçoamento dos profissionais	6ª	1,925	*	*
Q019 – Sistema Municipal de Ensino	*	*	6ª	1,938
Q160 – resultados de avaliação para subsidiar a formação docente contínua	7ª	1,822	12ª	1,579
Q032 – autonomia nas despesas na remuneração de profissionais	*	*	7ª	1,903
Q057 – função mobilizadora exercida pelo Conselho Municipal de Educação	8ª	1,470	13ª	1,513
Q094 – capacitação para os conselheiros de educação	*	*	8ª	1,811
Q117 – preparo do município para a CONAE	9ª	1,453	*	*
Q015 – experiência como secretário	11ª	1,036	17ª	1,059
Q018 – exerce outra atividade	*	*	11ª	1,606
Q011 – experiência como equipe técnica da secretaria	*	*	14ª	1,486
Q163 – resultados de avaliação para subsidiar programas ou projetos	*	*	15ª	1,482
Q173 – secretaria com promoção de avaliação externa própria	*	*	16ª	1,400

Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com a autora Heloísa Lück (2009, 2011, 2015) as ações dos dirigentes de educação devem ser articuladas entre si e também impulsionar a participação de todos no desenvolvimento dos processos, partindo do planejamento e alcançando a execução.

Desse modo, a gestão educacional não é meramente administrar recursos financeiros, patrimônios ou recursos de pessoas, mas sim compreende diversas ações articuladas, participativas e dinâmicas que fazem da concepção de gestão para além de uma simples administração de abrangência escolar. Trata-se de uma gestão dos sistemas de ensino de dimensões políticas e técnicas que se complementam e possibilitam o sucesso educacional.

## 5 PRODUTO: CARTA DE RECOMENDAÇÃO EDUCACIONAL

O curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul prevê que, ao término do curso, o discente elabore dois produtos, quais sejam, o Trabalho Final de Curso, e um segundo produto que se concretizará como elo entre a pesquisa e o objeto e o ambiente investigado.

Essa opção está fundamenta no artigo 4º da Portaria Normativa nº 17/2009 (BRASIL, 2009), a qual regulamenta o objetivo primeiro do Mestrado Profissional, que, em síntese, busca “[...] capacitar os profissionais qualificados para o exercício da prática profissional [...]” (BRASIL, 2009, p. 21).

A despeito das críticas acerca da dicotomia entre teoria e prática, cujo pressuposto está na afirmação de que, enquanto o mestrado acadêmico promove a formação de pesquisadores e docentes, o mestrado profissional forme profissionais para atuação no mercado de trabalho (OSTERMANN; REZENDE, 2009), esta pesquisa entende que, além da qualificação profissional, o egresso do curso de mestrado profissional em educação retribui à sociedade não apenas um produto que poderá contribuir para a melhoria da qualidade educacional, mas também um profissional comprometido com a transformação de ordem social.

Para Chisté (2016), é necessário que seja rompida a dicotomia que sustenta a ideia de que, de um lado, estarão aqueles que raciocinam (mestrado acadêmico) e, de outro, os que executam (mestrado profissional).

Posto isso, a partir da caracterização dos dados encontrados, após análise minuciosa, foi desenvolvido como produto desta pesquisa uma Carta de Recomendação. Trata-se de um instrumento complementar para a Secretaria Municipal de Educação, bem como para o profissional responsável por dirigir esse órgão central, o secretário municipal de educação, e, que colabora com possíveis reflexões, visando melhora no desempenho estudantil.

Partindo do pressuposto de que o perfil da secretaria e do secretário municipal se correlacionam com o desempenho escolar do estudante, espera-se que este produto, a Carta de Recomendação Educacional, proporcione reflexões que venham a corroborar com o planejamento de gestão desse órgão central.

Quem planeja, examina e analisa dados, comparando-os criteriosamente, coteja-os com uma visão de conjunto, estuda limitações, dificuldades e

identifica possibilidades de superação das mesmas. Esse processo de análise, cotejamento, dentre outros processos mentais, define o planejamento como um processo de reflexão diagnóstica e prospectiva mediante o qual se pondera a realidade educacional em seus desdobramentos e se propõe intervenções necessárias. O planejamento será, portanto, tanto mais eficaz quanto mais cuidada for a reflexão promovida: rigorosa, crítica, de conjunto e livre de tendências e de ideias preconcebidas (Lück, 2009, p. 35).

Diante dos resultados encontrados na presente pesquisa e considerando as contribuições da autora Heloísa Lück (2009), a Carta de Recomendação Educacional deve contemplar a indicação do perfil que uma Secretaria Municipal de Educação deve ter para executar uma política focada na melhoria dos resultados de desempenho educacional.

Em decorrência da complexidade da área da educação e da necessidade de sua organização para o funcionamento do sistema de ensino, propor um instrumento complementar que visa melhorar/contribuir com o desenvolvimento do perfil de um órgão central de tamanha responsabilidade nos municípios é impulsionar o crescimento do campo educacional no país.

Nesse sentido, Viana (2018) ressalta que apesar das referências encontradas pela autora para embasar sua pesquisa na relação entre o efeito da gestão central sobre a qualidade das redes de ensino, não foi possível identificar nenhum estudo que mantenha relação direta entre as medidas da qualidade da educação e o papel da gestão central.

Destarte, a intenção do produto aqui proposto é colaborar cientificamente com a temática, mas também impactar positivamente na realidade das Secretarias Municipais de Educação.

Em consonância com os achados neste estudo, tanto por meio da pesquisa bibliográfica quanto por meio dos resultados, interpretações e análises, desenvolveu-se a Carta de Recomendação Educacional a seguir, contudo, ressalta-se que a realidade em que a Secretaria Municipal de Educação está inserida faz-se importante para que a Carta seja aplicada de forma assertiva.

### **Carta de Recomendação Educacional**

São Caetano do Sul, \_\_\_/\_\_\_/2023.

À Secretaria Municipal de Educação,

Atuar na melhoria educacional requer mobilização nos mais diversos ambientes que englobam o sistema de ensino do país, dentre eles, os órgãos centrais, que estão ativos no planejamento, implementação, avaliação e monitoramento da educação.

Em apoio ao fortalecimento e desenvolvimento da gestão educacional no Brasil, e com o objetivo de impactar positivamente no desempenho escolar dos estudantes, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação mantenha em sua estrutura pontos que venham a impulsionar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes brasileiros.

Foi observado em estudos sobre o perfil de secretarias municipais que há variáveis plausíveis de influência positiva nos resultados de desempenho estudantil, diante disso, sugere-se que a Secretaria Municipal de Educação se disponha a considerar a estruturação proposta a seguir, tendo em vista a possibilidade de adaptações justificáveis alinhadas às especificidades local:

- É indicado que o dirigente municipal tenha experiência prévia como secretário;
- É indicado que o dirigente municipal tenha atuado anteriormente como profissional da equipe técnica de uma secretaria;
- É indicado que na organização da secretaria municipal esteja presente de forma ativa o Fórum Permanente de Educação, o Sistema Municipal de Ensino e o Conselho Municipal de Educação;
- É indicado que a Secretaria Municipal de Ensino realize trabalhos em conjunto com o Ministério Público e os Serviços de Assistência Social;

- É indicado que a secretaria promova avaliação externa além das promovidas pelo governo estadual ou federal;
- É indicado que a secretaria municipal faça uso dos resultados das avaliações do IDEB na promoção de debates educacionais e para subsidiar a avaliação de programas ou projetos da secretaria, indica-se ainda que esses resultados também sejam utilizados para subsidiar a formação continuada docente e para recompensar as melhores escolas;
- É indicado que a secretaria escolha os diretores das escolas tendo como critério o curso de formação para gestores escolares;
- É indicado que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva o plano de carreira docente com o limite máximo de 2/3 da jornada dos professores em sala de aula;
- É indicado que no planejamento da secretaria tenha programa de formação de professores e o desenvolvimento de capacitação para os profissionais conselheiros de educação;
- É indicado que a Secretaria Municipal de Educação tenha autonomia nas despesas de aperfeiçoamento e nas despesas na remuneração de pessoal docente e demais profissionais.

Contar com a colaboração dos diferentes órgãos envolvidos no campo educacional e refletir sobre as possíveis ações de melhoramento da área, é acreditar que o conhecimento é o caminho para uma sociedade melhor, com respeito e consideração à execução da cidadania brasileira.

Atenciosamente,  
Ariana Pessoa

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvendar os fatores de interferência no desempenho dos estudantes é um dos maiores desafios para a educação no Brasil.

Considerando a relação entre a gestão educacional e a aprendizagem no ensino fundamental, este estudo investigou possíveis influências entre a Secretaria Municipal de Educação e o desempenho estudantil.

A intenção de arrolar sobre a figura central desta pesquisa, o secretário municipal de educação, se faz importante para a área acadêmica que se encontra com um número reduzido de pesquisas voltadas para esse dirigente educacional, principalmente quando relacionado ao desempenho do aluno.

O órgão central da presente pesquisa faz parte do campo da gestão educacional do Brasil que corrobora com a administração, planejamento e organização dos sistemas de ensino, assim como está presente de forma ativa na implementação e no monitoramento das políticas públicas educacionais.

Desse modo, a temática do estudo possibilita a perspectiva de possíveis variáveis significantes estatisticamente no que se refere a influência da Secretaria Municipal de Educação no desenvolvimento acadêmico do aluno.

A partir da interpretação e da análise dos resultados, o perfil do profissional secretário foi caracterizado, bem como caracterizou-se o perfil da Secretaria Municipal de Educação enquanto estrutura.

Em termos abrangentes, os objetivos da pesquisa foram fundamentais para obtenção dos resultados e interpretação, de modo que conclui-se que há correlação positiva entre os perfis caracterizados e o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental.

Foi identificado um número maior de variáveis estatisticamente significativas e de maior impacto nos resultados do desempenho dos alunos do 9º ano e, por meio deste estudo, foi possível imprimir um *ranking* de 17 posições, enquanto para o 5º ano o *ranking* foi de 11 posições, ou seja, seis variáveis a mais nos resultados do 9º ano.

Evidentemente, as variáveis de maior impacto transcorrem, em sua maioria, em posições diferentes entre os resultados do 5º ano e do 9º ano. Contudo, algumas variáveis impactam na mesma posição em ambos os resultados.



No que se remete ao perfil do secretário, o tipo de raça desse profissional foi identificado como a variável que mais aumenta estatisticamente a chance de melhores desempenhos estudantis, pois essa variável ficou na 1ª posição do *ranking* de variáveis de maior impacto, tanto nos resultados dos alunos do 5º ano quanto do 9º ano.

É oportuno destacar que há diversas pesquisas voltadas para as influências quanto a raça do próprio aluno *versus* o desempenho do estudante, entretanto, estudos que evidenciam tal interferência partindo da base de dados da caracterização do perfil dos profissionais gestores de educação não são explorados, no máximo, as pesquisas tratam da raça do profissional com a intenção de traçar o perfil em si, mas não, de fato, de confrontar tal resultado junto ao desempenho estudantil; assim, uma hipótese a ser estudada em trabalhos futuros é que a raça dos dirigentes de educação, incluindo o secretário municipal, tenha influência no desempenho dos estudantes

Ter experiência como secretário de educação também interfere positivamente no desempenho dos alunos em ambos os anos (5º e 9º). Já a experiência prévia do secretário como parte da equipe técnica da secretaria é uma variável de impacto estatístico apenas no desempenho dos alunos do 9º ano.

Quanto ao perfil da Secretaria Municipal de Educação, há impacto positivo no desempenho dos alunos (5º ano e 9º ano) quando ela possui Fórum Permanente de Educação e Conselho Municipal de Educação exercendo função mobilizadora.

Porém, cabe ressaltar que em parte dos municípios do Brasil, cerca de 56,8%, não há Fórum Permanente de Educação. Já o Conselho Municipal de Educação está presente na maioria dos municípios do país.

Outra variável estatisticamente significativa e de maior impacto que foi encontrada neste estudo é o fato de a secretaria ter em sua organização o Sistema Municipal de Ensino, sendo constatado que há influência positiva, porém, somente no desempenho dos alunos do 9º ano.

Das variáveis que se relacionam ao uso dos resultados de avaliações, como as do SAEB, identificou-se que as secretarias que usam os resultados para recompensar as melhores escolas é a variável que estatisticamente mais influencia no bom desempenho dos alunos, sendo que usar os resultados para subsidiar a formação continuada docente também impacta em ambos os anos (5º e 9º).

A presente pesquisa identificou, ainda, que a Secretaria Municipal de Educação que usa os resultados das avaliações para subsidiar a avaliação de programas ou projetos educacionais e para promover debates educacionais, ocasiona em interferência significativa de forma positiva no desempenho dos alunos do 9º ano.

Outras variáveis de impacto estatisticamente significativo no desempenho dos alunos do 9º ano em que a secretaria tem influência e que estão vinculadas ao planejamento deste órgão central também chamam atenção, sendo elas: a promoção de avaliação externa própria, trabalhar em conjunto com serviços de assistência social, ter autonomia nas despesas na remuneração dos profissionais educadores e desenvolvimento de capacitação dos profissionais que atuam como conselheiros de educação.

Ainda no âmbito de planejamento da Secretaria Municipal de Educação, o estudo identificou que há interferência positiva no desempenho dos alunos do 5º ano quando o órgão trabalha em conjunto com o Ministério Público, quando prepara o município para a CONAE, quando tem autonomia nas despesas de aperfeiçoamento dos profissionais e dos docentes e quando há programa de formação de professores.

A variável que corresponde ao critério de escolha dos diretores escolares tem impacto positivo somente no desempenho dos alunos do 9º ano, sendo o critério de curso de formação para gestores escolares estatisticamente significativo. Contudo foi identificado neste estudo que é majoritário o critério de escolha por meio de livre indicação dos Poderes Públicos.

Por fim, pôde-se identificar na presente pesquisa que a Secretaria Municipal de Educação que possui o plano de carreira docente com o limite máximo de 2/3 da jornada dos professores em sala de aula impacta positivamente nos resultados de desempenho estudantil dos alunos do 5º e 9º ano.

A escassez de pesquisas que vão ao encontro deste estudo foi um dos principais obstáculos durante o desenvolvimento, mas também tornou-se um dos principais estímulos desta empreitada.

Compreender o perfil de uma secretaria e ressaltar a importância do profissional secretário municipal de educação enquanto gestor educacional por meio dos resultados encontrados é gerar visibilidade para a área e suas especificidades cientificamente por um ângulo não costumeiro.

Levando em conta as variáveis que estatisticamente são significativas no desempenho estudantil e, portanto, interferem no desenvolvimento acadêmico do

aluno, torna-se possível sinalizar que tanto o perfil da Secretaria Municipal de Educação quanto o perfil do secretário podem impulsionar tal feito.

É importante salientar que os resultados apresentados nesta pesquisa devem ser aprofundados em âmbito quantitativo e qualitativo, sugerindo-se que estudos futuros possam dar continuidade às investigações relacionadas ao tema, bem como explorar cientificamente a gestão educacional por meio do profissional secretário municipal de educação ao mesmo tempo que se dê a esse dirigente a devida notoriedade na área da educação.

## REFERÊNCIAS

- ABBAD, Gardênia; TORRES, Cláudio Vaz. Regressão múltipla stepwise e hierárquica em Psicologia Organizacional: aplicações, problemas e soluções. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, p. 19-29, 2002.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ALVES, Marleide Ferreira.; LOTUFO, Anna Diva Plasencia.; LOPES, Mara Lúcia Martins. Seleção de variáveis stepwise aplicadas em redes neurais artificiais para previsão de demanda de cargas elétricas. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 1, n. 1, 2013.
- AMÂNCIO, Márcia Helena; CASTIANI, Remi. Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação de 1962 – qualidade social na construção da pessoa humana e da sociedade. **Ver. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 102, n. 262, p. 723-741, set./dez. 2021.
- ASSIS, Bruno Sendra de.; MARCONI, Nelson. Efeito das políticas de provimento ao cargo de diretor na gestão escolar. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 881-922, jul./ago. 2021.
- BAIROS, Mariângela. O ciclo de políticas públicas educacionais: o tortuoso caminho entre quem formula e quem implementa a política. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 48, p. 117-138, out./dez. 2019.
- BAUER, Adriana. *et al.* Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números?. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago. 2015.
- BERNARDES, Carliene Freitas da Silva; GUIMARÃES, Selva Fonseca. Quando homens e mulheres assumem a direção: as diferenças de gênero na gestão escolar. **Revista Profissão Docente**. Uberaba, v.19, n. 40, p. 01-18, jan./abr. 2019.
- BERNARDES, Carliene Freitas da Silva *et al.* Divisão sexual do trabalho na gestão educacional: o perfil dos (as) secretários (as) estaduais de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Brasília, v. 38, n. 01. 2022.

BONAMINO, Alicia. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em aberto**, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016.

BONTEMPI JR., Bruno. O Manifesto dos Educadores de 1959 revisitado: evento, narrativas e discursos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, artigo e07278. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147278>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar 25/2019**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191844>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar 47/2019**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193198>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar 216/2019**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219972>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar 267/2020**. Brasília/DF, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265284>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília/DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final do CONAE 2010.** Brasília/DF, 2010. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final do CONAE 2014.** Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final do CONAE 2018.** Brasília/DF, 2018. Disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/Documento\\_Base\\_-\\_Relatorio\\_Final\\_da\\_CONAE\\_2018.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino.** 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-articulacao-com-os-sistemas-de-ensino—sase>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 20-21, 29 dez. 2009.

BRASIL. **Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019.** Estabelece as Diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Brasília/DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar 235/2019**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139285>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

CAPELLA, Ana Claudia. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília. ENAP. 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Pesquisa-Ação em mestrados profissionais: análise de pesquisas de um programa de pós-graduação em ensino de ciências e de matemática. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 789-808, 2016.

COSTA, Daianny Madalena. Avaliação em larga escala: uma contribuição da organização docente. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2, p. 102-120, 2012.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, Rafael Rodrigo. As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: antagonismos, projetos em disputa e desdobramentos. **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, n. 3, p. 118-144, ago./dez. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 790-811, set./dez. 2011.

DRABACH, Nadia Pedrotti. A trajetória da administração da educação pública no Brasil e a construção da democracia. **Revista Histedbr On-line**. Campinas, v. 13, n. 51, p. 42-53, jun. 2013.

EDUACADEMIA. **O que é a Prova Brasil**. 2022. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/o-que-e-a-prova-brasil/?repeat=w3tc>. Acesso em: 04 jun. 2022.

FNE. Fórum Nacional de Educação. **Carta aberta do coordenador do Fórum Nacional de Educação**. 2016. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/Biblioteca/CartasHeleno/CartaAbertaDefesaEdPublica.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FNE. Fórum Nacional de Educação. **Conferência Nacional de Educação 2022 (CONAE)**. 2022. Disponível em: < <https://fne.mec.gov.br/noticias-fne/170-conferencia-nacional-de-educacao-2022-conae>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBBI, Beatriz Christo *et al.* Uma boa gestão melhora o desempenho da escola, mas o que sabemos acerca do efeito da complexidade da gestão nessa relação?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.28, n. 106, p. 198-220, jan./mar. 2020.

HAIR, Joseph Júnior. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

HAIR, Joseph Júnior. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

INEP. Ministério da Educação. **Censo Escolar**. Microdados do Censo Escolar da Educação Básica. 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 10 setembro. 2022.

INEP. Ministério da Educação. **Dicionário de variáveis**. Questionário eletrônico do secretário municipal SAEB 2019. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/aneb\\_anresc/quest\\_contextuais/2019/question%C3%A1rio\\_eletronico\\_secretario\\_municipal\\_saeb\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/aneb_anresc/quest_contextuais/2019/question%C3%A1rio_eletronico_secretario_municipal_saeb_2019.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2022.

INEP. Ministério da Educação. **Escalas de proficiência do SAEB**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/escalas-de-proficiencia-do-saeb>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

INEP. Ministério da Educação. **Press Kit SAEB 30 anos**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 16 maio. 2022.



INEP. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INEP. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica: documento de referência - versão 1.0**. 2018. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2018/documentos/saeb\\_documentos\\_de\\_referencia\\_versao\\_1.0.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_de_referencia_versao_1.0.pdf)>. Acesso em: 29 maio. 2022.

JOHNSON, Richard.; WICHERN, Dwichern. **Applied multivariate statistical analysis**. Fourth Edition. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

LAMELO, Thiago Miquel *et al.* Processo seletivo público para escolha de secretário municipal: análise da experiência da cidade de Londrina, PR. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Joaçaba, v.16, n.3, p. 235-258, edição especial. 2017.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

MARQUES, Fernanda Castro; SANTOS, Sandra Avi dos. **A regulamentação do Sistema Nacional de Educação**. Nexo Políticas Públicas. 2021. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/?pagina=2>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em 23 mar. 2022.

MIERTSCHINK, Edgar. **Funções gerenciais na gestão educacional:** caracterização do trabalho gerencial dos gestores da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria de Jetibá-ES. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MIRANDA, Nonato Assis de; GARCIA, Paulo Sérgio; VERASZTO, Estéfano Vizconde. Avaliação em larga escala e seus efeitos na gestão escolar: a concepção dos diretores. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 29, n. 57, p. 251-268, jan./mar. 2020.

MIRANDA, Nonato Assis de *et al.* Desafios da gestão escolar na educação infantil: a concepção das diretoras. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v.13, n. 2, p. 117-135, maio/ago. 2020.

NASCIMENTO, Leandra Fernandes do; CAVALCANTE, Maria Marina Dias. Abordagem quantitativa em educação: investigações no cotidiano escolar. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, v.11, n. 25, p. 251-262, abr./jun. 2018.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; CARVALHO, Cynthia Paes de. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; GIORDANO, Emília. O perfil dos diretores de escolas públicas no Brasil. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 49-72, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/376>. Acesso em 15 out. 2022.

OLIVEIRA, Marli dos Santos de; SANTELLI, Igor Henrique da Silva. O direito à educação na ordem constitucional brasileira: texto e contexto. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 53, p. 01-20, dez. 2020.

OLIVEIRA, Vitor; MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. A Relação entre a Qualidade da Gestão Municipal e o Desempenho Educacional no Brasil. **INSUPER–Centro de Políticas Públicas. Policy Paper**, n. 34, ago. 2018.

OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flávia. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: uma reflexão sobre os mestrados profissionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 66-80, 2009.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública. **Educação & realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Revista Periferia**, UERJ, v. 8, n. 1, p. 66-79, jan./jun. 2016.

PITANGA, Ângelo Francklin. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo v. 8, n. 17, p. 184-201, ago. 2020.

PREARO, Leandro Campi. **O uso de técnicas estatísticas multivariadas em dissertações e teses sobre o comportamento do consumidor**: um estudo exploratório. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PREARO, Leandro Campi *et al.* Avaliação do emprego da técnica de análise fatorial em teses e dissertações de algumas instituições de ensino superior. **Revista de Gestão (REGG)**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 621- 638, out./dez. 2011.

ROCHA, Roberto Hsu; MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Avaliando o impacto das políticas educacionais em Sobral. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 4, p. 5-30, 2018.

SANTOS, José Paulino Sousa. **A gestão das políticas educacionais municipais**: a experiência da rede pública municipal de Alto Alegre de Pindaré MA. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino; RAMIREZ, Vera Lúcia. Educação de qualidade em gestão pública; a construção do planejamento de uma secretaria de educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-editado pela ANPAE. v. 31, n. 2, p. 313-333, maio/ago. 2015.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Daniel Neves. **Constituição de 1946**. Brasil Escola. [s.d.]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-de-1946.htm>>. Acesso em: 14 de abr. de 2022.

SMORIGO, Carla Brum Carvalho. A qualidade da educação brasileira: realidade de preceitos constitucionais. **Revista Científica Intra@ciência**, São Paulo: Faculdade do Guarujá, v. 9. 2014. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170531140304.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531140304.pdf)>. Acesso em: 10 de maio. de 2022.

SOUSA, Sandra Zakia; PIMENTA, Cláudia Oliveira; MACHADO, Cristiane. Avaliação e gestão municipal da educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set./dez. 2012.

STEINER, Maria Teresinha Arns. **Uma Metodologia para o Reconhecimento de Padrões Multivariados com Resposta Dicotômica**. 1995. 158 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

TRIVELLONI, Carlos Alberto Peruzzo.; HOCHHEIM, Norberto. Avaliação de Imóveis com Técnicas de Análise Multivariada. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO**, 1998, Florianópolis. Anais. Florianópolis: COBRAC, 1998.

VIANA, Camila Maria Silva. **A relação entre a qualificação do secretário de educação municipal e o aprendizado**. 2018. 44 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

VICTORIO, Moysés Almeida *et al.* A Importância da Utilização do Controle Interno na Gestão Pública: um estudo em uma Secretaria Municipal de Educação. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 206-229, maio/nov. 2018.

VIEIRA, José Jairo; RAMALHO, Carla Chagas; VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. A origem do Plano Nacional de Educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 64-80, 2017.

## APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO SAEB 2019



### **DICIONÁRIO DE VARIÁVEIS** QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL **SAEB 2019**

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
DAEB



## SUMÁRIO

1. Informações Pessoais e Experiência Profissional .....	<b>4</b>
2. Organização e Planejamento.....	<b>6</b>
3. Conselhos de Gestão .....	<b>8</b>
4. Educação Infantil.....	<b>11</b>
5. Ensino Fundamental.....	<b>13</b>
6. Ensino Médio .....	<b>14</b>
7. Avaliação .....	<b>14</b>
8. Plano de Carreira.....	<b>16</b>
9. Avaliação do Questionário .....	<b>18</b>

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Caro(a) Secretário(a) de Educação,

O SAEB é composto por dois tipos de instrumentos: as provas aplicadas aos estudantes e os questionários. As informações coletadas neste questionário acerca de sua experiência profissional, das suas práticas administrativas e sobre a sua rede servem para que possamos conhecer melhor a realidade da educação básica. Em nenhum momento seus dados serão divulgados.

### INFORMAÇÕES PESSOAIS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Qual é o seu sexo?

- Masculino  
 Feminino

Qual é a sua idade?

Qual é a sua cor ou raça?

- Branca  
 Preta  
 Parda  
 Amarela  
 Indígena  
 Não quero declarar

Qual é o seu mais alto nível de escolaridade concluído?

- Ensino Fundamental  
 Ensino Médio  
 Graduação  
 Especialização  
 Mestrado  
 Doutorado

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

Esta formação é relacionada ao campo educacional?

SIM

NÃO



## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Além de Secretário(a) da Educação, você exerceu alguma outra função na área de educação?

SIM

NÃO

Item apresentado somente após resposta em outro item

Indique as funções que exerceu:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Professor (a) da Educação Básica
- Professor (a) da Educação Superior
- Membro de equipe pedagógica da escola.
- Diretor (a) de escola.
- Equipe técnica da Secretaria de Educação.
- Secretário (a) de Educação em outra rede.
- Outros.

Qual o seu tempo total de experiência, em anos, na área de educação?

Anos

Qual o seu tempo de experiência como Secretário(a) de Educação?

Considere toda a sua experiência nesta e em outras redes de ensino.

Anos

Meses

Você ocupa o cargo de Secretário(a) de Educação desde o início da atual gestão?

SIM

NÃO

Além de atividades na área da educação, você exerce outra atividade profissional?

SIM

NÃO

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

### ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

Sobre a organização e planejamento da educação, o município possui:

Sistema Municipal de Ensino?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Plano Municipal de Educação?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Fórum Permanente de Educação?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>

Quantos servidores/funcionários estão lotados na sede da Secretaria de Educação?

Preencha com zero caso não haja nenhum.

Quantos servidores/funcionários lotados na sede da Secretaria de Educação estão dedicados EXCLUSIVAMENTE à Educação infantil?

Preencha com zero caso não haja nenhum.

Quantos servidores/funcionários lotados na sede da Secretaria de Educação estão dedicados EXCLUSIVAMENTE ao Ensino Fundamental?

Preencha com zero caso não haja nenhum.

Selecione quais despesas a Secretaria de Educação tem autonomia para ordenar:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Aperfeiçoamento de pessoal docente e demais profissionais
- Aquisição e manutenção de equipamentos
- Compra de material didático
- Concessão de bolsas de estudo para estudantes
- Construção de escolas
- Manutenção e conservação das escolas

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

- Merenda escolar
- Remuneração de pessoal docente e demais profissionais
- Transporte escolar
- Outros

A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Serviços de saúde
- Serviços de assistência social
- Serviços de segurança pública
- Ministério Público
- Outros

Há alguma legislação que regulamente a nomeação dos diretores das escolas?

SIM

NÃO

Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas?

Selecione todas as que se aplicarem.

- Livre indicação pelos poderes públicos
- Prova de conhecimentos
- Tempo de serviço
- Titulação acadêmica
- Experiência em gestão
- Curso de formação para gestores escolares
- Listas de candidatos
- Consulta pública/eleição

As escolas do município adotam um sistema apostilado?

SIM

NÃO

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Ensino Fundamental é oferecido em ciclos?

SIM

NÃO

### CONSELHOS DE GESTÃO

O município possui Conselho Municipal de Educação?

SIM

NÃO

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

Indique quais funções são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação:

Selecione todas as que se aplicarem

- Consultiva
- Normativa
- Deliberativa
- Fiscalizadora
- Propositiva
- Mobilizadora
- Não sei

Indique a QUANTIDADE de membros do Conselho Municipal de Educação que representam:

Secretaria municipal - incluso Secretário(a)

- Instituições particulares
- Diretores de escola de Ensino Fundamental
- Diretores de instituições de Educação Infantil
- Professores de Ensino Fundamental
- Professores de Educação Infantil
- Professores de escolas particulares
- Servidores das escolas
- Pais de estudantes
- Estudantes
- Sindicatos e associações de docentes

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Câmara Municipal

Outros setores

Do total de membros do Conselho de Educação, quantos são eleitos?

Membros

O Secretário de Educação é o presidente do Conselho de Educação?

SIM

NÃO

Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho de Educação neste ano?

Preencha com zero caso não tenha havido nenhuma reunião.

Reunião

Indique os recursos disponíveis para o funcionamento do Conselho de Educação:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Sala própria.
- Computador
- Impressora
- Acesso à internet
- Transporte
- Telefone
- Diárias
- Dotação orçamentária própria
- Apoio administrativo

Selecione quais atribuições o Conselho de Educação possui:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Solucionar dúvidas interpretativas sobre a legislação educacional
- Emitir parecer sobre a interpretação de normas
- Estabelecer normas para o ingresso dos alunos
- Estabelecer normas para autorização de funcionamento das escolas

### QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

- Verificar o cumprimento do calendário letivo pelas escolas
- Verificar se as escolas conveniadas de educação infantil cumprem as diretrizes do município
- Sugerir medidas para aperfeiçoamento profissional dos docentes
- Propor ações para a diminuição da repetência.
- Realizar reuniões ampliadas para discutir assuntos educacionais.
- Promover eventos.

**Neste ano foi realizada capacitação para os Conselheiros de Educação?**

SIM

NÃO

**Há Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - CACS no seu município?**

SIM

NÃO

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

**Neste ano foi realizada capacitação para os membros do Conselho de acompanhamento e Controle Social do Fundeb?**

SIM

NÃO

**Indique os recursos disponíveis para o funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb:**

Selecione todas as que se aplicarem.

- Sala própria
- Computador
- Impressora
- Acesso à internet
- Transporte
- Telefone
- Diárias
- Dotação orçamentária própria
- Apoio administrativo

**Há no seu município Conselho de Alimentação Escolar?**

SIM

NÃO

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Item apresentado somente após resposta em outro item

Neste ano foi realizada capacitação para os membros do Conselho de Alimentação Escolar?

SIM

NÃO

Indique os recursos disponíveis para o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar:

Selecione todas as que se aplicarem.

- Sala própria.
- Computador.
- Impressora.
- Acesso à internet.
- Transporte.
- Telefone.
- Diárias.
- Dotação orçamentária própria.
- Apoio administrativo.

Desde 2014, o município realizou alguma Conferência Municipal de Educação preparatória para a Conferência Nacional de Educação (Conae)?

- Sim
- Não
- Não sei

### EDUCAÇÃO INFANTIL

A Secretária possui instituições de Educação Infantil sob sua responsabilidade direta ou indireta?

SIM

NÃO

Item apresentado somente após resposta em outro item

Com relação à EDUCAÇÃO INFANTIL, a Secretária possui:

Cálculo da demanda por vagas?

SIM

NÃO

### QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Programa para garantia de acesso?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Supervisão escolar?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Programa de formação de professores?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Busca ativa de crianças?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Currículo Municipal para a Educação Infantil?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>

**A Secretária firma convênios com instituições para o atendimento de:**

Creche - Crianças de 0 a 3 anos?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>
Pré-escola - Crianças 4 a 5 anos?	<input type="button" value="SIM"/>	<input type="button" value="NÃO"/>

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

**As escolas conveniadas são selecionadas através de chamada pública?**

**Existem normas para o funcionamento das instituições conveniadas?**

**Em relação às escolas conveniadas, indique quem assume as responsabilidades sobre os aspectos listados:**

*Selecione todas as que se aplicarem.*

**Espaço físico**

Poder Público/Secretaria de Educação.

Escolas/Instituições conveniadas.

**Manutenção de espaço físico**

Poder Público/Secretaria de Educação.

Escolas/Instituições conveniadas.



## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

### Seleção de docentes

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

### Pagamento de docentes

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

### Capacitação de docentes

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

### Fornecimento de merenda escolar

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

### Transporte escolar

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

### Materiais didáticos

- Poder Público/Secretaria de Educação.  
 Escolas/Instituições conveniadas.

## ENSINO FUNDAMENTAL

A Secretaria possui escolas de Ensino Fundamental?

SIM

NÃO

Item apresentado somente após resposta em outro item

Com relação ao Ensino Fundamental, a Secretaria possui:

Cálculo da demanda por vagas?

SIM

NÃO

Programa de formação de professores?

SIM

NÃO

Busca ativa de crianças e jovens?

SIM

NÃO

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Currículo Municipal?

SIM

NÃO

### ENSINO MÉDIO

A Secretaria possui escolas de Ensino Médio?

SIM

NÃO

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

Com relação ao Ensino Médio, a Secretaria possui:

Cálculo da demanda por vagas?

SIM

NÃO

Programa de formação de professores?

SIM

NÃO

Busca ativa de jovens?

SIM

NÃO

Currículo Municipal?

SIM

NÃO

### AVALIAÇÃO

A Secretaria utiliza os resultados do IDEB?

SIM

NÃO

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

De que forma os resultados são utilizados?

Selecione todas as que se aplicarem.

- Planejamento das ações educacionais
- Promoção de debates sobre a educação
- Divulgação de informações para a sociedade
- Subsídios para a formação continuada de professores
- Implantação de políticas para redução da repetência
- Revisão ou criação de orientações curriculares
- Subsídios para a avaliação de programas ou projetos da Secretaria de Educação
- Produção de materiais didáticos e pedagógicos

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

- Recompensa para escolas com melhores resultados
- Auxílio para unidades escolares com resultados inferiores
- Subsídios para pagamento de bonificação para professores
- Estabelecimento de metas de desempenho nos testes de proficiência
- Monitoramento das escolas
- Criação de critérios para remanejamento de diretores
- Outros

A Secretária orienta as escolas a prepararem seus alunos para as avaliações externas?

SIM

NÃO

A Secretária Municipal realiza avaliação externa das escolas, além daquelas promovidas pelos governos estadual ou federal?

SIM

NÃO

**Item apresentado somente após resposta em outro item**

**Indique a periodicidade da avaliação:**

- Mensal
- Bimestral
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Bianual
- Outra

**Indique as etapas da Educação Básica que são avaliadas pela Secretária:**

Selecione todas as que se aplicarem.

- Creche
- Pré-escola
- Ensino Fundamental - Anos iniciais

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Ensino Fundamental - Anos finais

Ensino Médio

**Indique o que é avaliado:**

*Selecione todas as que se aplicarem.*

- Instalações e equipamentos
- Projeto pedagógico
- Desenvolvimento dos alunos
- Desempenho dos alunos
- Desempenho dos professores
- Outros

### PLANO DE CARREIRA

**Indique quais profissionais vinculados à sua Secretaria possuem plano de carreira.**

Auxiliares e assistentes da Educação Infantil:  Sim  Não  Não se aplica

Professores(as) da Educação Infantil:  Sim  Não  Não se aplica

Professores(as) do Ensino Fundamental:  Sim  Não  Não se aplica

Professores(as) do Ensino Médio:  Sim  Não  Não se aplica

Profissionais não docentes:  Sim  Não  Não se aplica

**Quais as jornadas de trabalho semanais dos(as) professores(as)?**

*Selecione todas as que se aplicarem.*

- Até 20 horas semanais.
- De 21 a 30 horas semanais.
- De 31 a 40 horas semanais.
- Mais de 40 horas semanais.

**O plano de carreira prevê o limite máximo de 2/3 da jornada do(a) professor(a) em sala de aula?**

SIM

NÃO

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Para TODOS(AS) os(as) professores(as) com jornada de trabalho de 40 horas semanais o VENCIMENTO BÁSICO INICIAL é igual ou superior a R\$ 2.557,74 mensais?

SIM

NÃO

Item apresentado somente após resposta em outro item

Quais critérios de progressão ou promoção são utilizados no plano de carreira do magistério?

Selecione todas as que se aplicarem.

- Tempo de efetivo exercício no cargo.
- Qualificação.
- Titulação.
- Assiduidade.
- Avaliação de desempenho.
- Prova de conhecimentos para professores.
- Desempenho dos alunos em avaliação externa.
- Outros.

A remuneração dos(as) professores(as) de Educação Infantil, comparada com a dos(as) professores(as) com o mesmo nível de formação que atuam no Ensino Fundamental:

- É inferior à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- É equivalente à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- É superior à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- Não existe este profissional na rede.

A remuneração dos(as) professores(as) de Ensino Médio, comparada com a dos(as) professores(as) com o mesmo nível de formação que atuam no Ensino Fundamental:

- É inferior à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- É equivalente à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- É superior à dos(as) professores(as) de Ensino Fundamental.
- Não existe este profissional na rede.

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Neste ano, quais temas foram abordados em cursos de formação continuada para professores da rede (atualização, treinamento, capacitação etc.)?

Selecione 'Sim' ou 'Não' em cada linha.

Conteúdo e compreensão dos conceitos da(s) área(s) de ensino:	SIM	NÃO
Avaliação da aprendizagem:	SIM	NÃO
Avaliação em larga escala:	SIM	NÃO
Metodologias de ensino:	SIM	NÃO
Conhecimento do currículo:	SIM	NÃO
Gestão da sala de aula:	SIM	NÃO
Educação inclusiva:	SIM	NÃO
Novas tecnologias:	SIM	NÃO
Gestão e administração escolar:	SIM	NÃO

### AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Solicitamos seu auxílio para que possamos aprimorar o questionário. Assim, por favor, avalie os tópicos a seguir.

Facilidade de preenchimento das respostas:

- Muito difícil
- Difícil
- Nem fácil e nem difícil
- Fácil
- Muito fácil

## QUESTIONÁRIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

A compreensão dos termos utilizados no questionário

- Muito difícil
- Difícil
- Nem fácil e nem difícil
- Fácil
- Muito fácil